

**IZABELA AMARAL DE ALMEIDA**

**CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: UM ESTUDO DE CASO  
SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DOS  
ABRIGOS DE VIÇOSA-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2013**

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

A447c  
2013

Almeida, Izabela Amaral de, 1986-

Convivência familiar e comunitária : um estudo de caso sobre as representações de crianças e adolescentes dos abrigos de Viçosa, MG / Izabela Amaral de Almeida. – Viçosa, MG, 2013. x, 154 f. : il. ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Maria de Lourdes Mattos Barreto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 143-148.

1. Crianças. 2. Adolescentes. 3. Convivência. 4. Família. 5. Comunidade. 6. Piaget, Jean, 1896-1980. 7. Representações sociais. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Doméstica. Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica. II. Título.

CDD 22. ed. 305.23

**IZABELA AMARAL DE ALMEIDA**

**CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: UM ESTUDO DE CASO  
SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DOS  
ABRIGOS DE VIÇOSA-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 18 de junho de 2013.

---

Lílian Perdigão Caixêta Reis

---

Gisele Maria Costa Souza

---

Maria de Lourdes Mattos Barreto  
(Orientadora)

*Para meu esposo Halley, meus pais João  
e Neuza e meus irmãos Erick e Rayanna.*

*Meus amores, minha Família!*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu bom DEUS por sempre guiar e conduzir meus passos e por me proporcionar a oportunidade de estar aqui com saúde física e mental para ultrapassar mais essa etapa da minha vida.

Ao meu amor, companheiro e amigo Halley por todo carinho, atenção, cuidado e cumplicidade amorosa que tenho tido a feliz oportunidade de vivenciar. Seu incentivo, apoio e paciência foram fundamentais para conclusão deste trabalho. Agradeço também a toda sua família pelo acolhimento de sempre.

À minha maior preciosidade, meus pais João Ferreira de Almeida e Neuza Murta Amaral de Almeida, que pelo amor incondicional e por serem meu alicerce, me motivam e me dão força na busca de novos horizontes. Vocês são meu porto seguro!

Aos meus queridos e amados irmãos Erick Murta Amaral e Rayanna C. Amaral de Almeida pela valiosa convivência em todos os anos da minha vida.

À minha orientadora Dra. Maria de Lourdes Mattos Barreto, para quem eu não encontro palavras para descrever tantos momentos significativos e inesquecíveis, de trocas, de conforto e de aprendizado. Obrigada pela oportunidade de crescer e aprimorar meu saber. *“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina!” (Cora Coralina).*

Aos meus avós, tios, primos e amigos que souberam entender minhas ausências tornando essa fase mais leve. Vocês fazem parte da minha história e são fundamentais em minha vida.

Ao Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, que permitiu meu ingresso no mestrado e aos professores que transformaram essa oportunidade em uma incessante vontade de aprender.

À turma do mestrado em Economia Doméstica 2011, pela valiosa companhia nesses dois anos, em especial, Elenciria e Eliane Santos pela amizade e pela troca que realizamos nesse processo.

Às professoras Lílian Perdigão Caixêta Reis e Gisele Maria Costa Souza por aceitarem participar deste trabalho e pela valiosa contribuição nesta banca de dissertação.

Aos coordenadores das Instituições de Acolhimento de Viçosa, por permitirem a coleta de dados e por acreditarem no meu trabalho.

A todos os profissionais das Instituições de Acolhimento de Viçosa, em especial minhas colegas de profissão Adriana Firmino e Jaqueline Lopes, pela acolhida e paciência durante a coleta de dados. Parabéns pelo belíssimo trabalho que realizam com essas crianças e adolescentes!

Às crianças e adolescentes participantes da pesquisa. Quantos significados pude construir na minha vida com vocês.

Às assistentes sociais do Fórum de Viçosa Fernanda e Sandra pelas valiosas informações prestadas em relação à rede de atendimento às crianças e adolescentes do município de Viçosa. O conhecimento que adquiri com vocês vai ser para toda vida!

À CAPES, pelo apoio financeiro.

A todas as crianças e adolescentes que se encontram em situação de acolhimento institucional. Vocês são a razão e motivação deste trabalho!

## **BIOGRAFIA**

IZABELA AMARAL DE ALMEIDA, filha de João Ferreira de Almeida e Neuza Murta Amaral de Almeida, nasceu em 10 de outubro de 1986, em Virgem da Lapa, Minas Gerais.

Em 2007, ingressou no curso de Serviço Social da Escola de Estudos Superiores de Viçosa, formando-se em 2010. Durante a graduação participou como voluntária no projeto “ESUV Acolhe”. Foi monitora da disciplina Fundamentos do Serviço Social por um período de dois anos e desenvolveu um projeto de Iniciação Científica intitulado: O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e suas contribuições para desenvolvimento das múltiplas aprendizagens de crianças e adolescentes no município de Viçosa – MG. Foi medalha de ouro com certificado de “Melhor Desempenho Acadêmico do curso de Serviço Social”.

Em 2011, ingressou no Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, submetendo-se à defesa da Dissertação em junho de 2013.

Em 2012, atuou como Assistente Social no Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG, Comarca de Viçosa.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>vii</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>ix</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2 MARCO TEÓRICO.....</b>	<b>9</b>
2.1 Uma abordagem histórica dos serviços de proteção à infância abandonada .....	9
2.2 Os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes: a modalidade de Abrigo Institucional.....	16
2.3 Considerações sobre famílias e infâncias.....	23
2.4 A importância de ouvir as crianças nas pesquisas .....	27
2.5 Construção e evolução do conhecimento.....	32
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>43</b>
3.1 Sujeito e situação experimental.....	50
3.2 Construção do instrumento de coleta de dados.....	52
3.3 Método de coleta de dados.....	54
3.4 Método de análise dos dados .....	56
3.5 Considerações éticas .....	58
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>60</b>
4.1 Conhecendo as crianças e adolescentes entrevistados .....	60
4.2 A Convivência Familiar e Comunitária sob o olhar das crianças e adolescentes em situação de acolhimento: apresentando os resultados.....	69
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>137</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>143</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>149</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>150</b>
<b>APÊNDICE B .....</b>	<b>152</b>

## RESUMO

ALMEIDA, Izabela Amaral de, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2013. **Convivência Familiar e Comunitária: Um estudo de caso sobre as representações de crianças e adolescentes dos abrigos de Viçosa-MG.** Orientadora: Maria de Lourdes Mattos Barreto.

O estudo do conhecimento e a compreensão do mundo social têm instigado pesquisas em variadas áreas sobre as representações acerca dos diferentes aspectos do funcionamento da organização social. O conhecimento social é o conhecimento proveniente das interações e transmissões sociais, e é por meio dessa interação que as crianças iniciam a construção de suas representações da realidade social. Uma realidade que carece de investigação nesse sentido é a dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, no qual, crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados no seio da família são afastados do convívio familiar por meio da aplicação de medidas protetivas. O presente trabalho vem reafirmar a importância de se ouvir crianças e adolescentes em situação de acolhimento, uma vez que o ponto de vista deste público pode subsidiar ações significativas para o fortalecimento da rede de atendimento. Assim, a problemática apresentada foi: A modalidade de acolhimento em Abrigos Institucionais oferecida no município de Viçosa tem se mostrado efetiva enquanto medida protetiva, considerando a representação das crianças e adolescentes sobre a convivência familiar e comunitária? A hipótese que norteou este estudo foi de que as crianças e os adolescentes institucionalizados podem estar com seus direitos de convivência familiar e comunitária ameaçados devido à própria dinâmica de funcionamento da instituição de acolhimento que não favorece a promoção do convívio familiar e comunitário, pois faltam alternativas efetivas de atendimento que permitam reverter as situações que levaram ao acolhimento. O objetivo geral foi conhecer as representações das crianças e adolescentes inseridos na modalidade de Abrigo Institucional do município de Viçosa - MG, no que diz respeito à convivência familiar e comunitária. Utilizou-se o Método Clínico Piagetiano, que tem como instrumento de coleta e análise de dados a entrevista clínica, constituída de perguntas básicas e complementares. A amostra foi constituída de 13 crianças e adolescentes com idades entre 7 e 17 anos, institucionalizados em dois Abrigos de Viçosa-MG. A análise qualitativa dos dados das entrevistas evidencia como as crianças e adolescentes têm uma maneira peculiar de construir suas ideias sobre a realidade social, especificamente, do

abrigo. Constatase que a cultura da institucionalização ainda é priorizada em detrimento de políticas de reconstrução e fortalecimento dos vínculos familiares. Assim, embora o direito fundamental à convivência familiar e comunitária esteja garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na prática, este não tem se efetivado, sobretudo no que se refere ao apoio à família para superação das dificuldades que levaram crianças e adolescentes à situação de vulnerabilidade, os quais continuam à mercê de políticas públicas pontuais e seletivas que não garantem os seus direitos de maneira universal.

## ABSTRACT

ALMEIDA, Izabela Amaral, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2013.  
**Family and Community Living: A case study on the representation of children and adolescents Shelters Viçosa-MG.** Adviser: Maria de Lourdes Mattos Barreto.

The study of knowledge and understanding of the social world have instigated research in various areas of the representations about the different aspects of the functioning of social organization. The social knowledge is knowledge derived from social interactions and transmissions, and it is through this interaction that children begin constructing their representations of social reality. A reality that requires research in this direction is that of childcare services for children and adolescents, in which children and adolescents who have had their rights violated in the family are separated from family life through the application of protective measures. This study reaffirms the importance of listening to children and adolescents in the host situation, since the viewpoint of the public can support significant actions to strengthen the service network. Thus, the issue presented was: The type of host in Shelters Institutional offered in Viçosa has proven effective as a protective measure, considering the representation of children and adolescents on family and community living? The hypothesis guiding this study was that children and adolescents institutionalized may be with their rights to family and community living threatened due to the dynamics of functioning of the host institution that is not conducive to promoting family and community living, because of the lack effective alternatives service that allow reversing the situations that led the hosting. The general objective was to know the representations of children and adolescents included in the form of shelter Institutional Viçosa - MG, in with respect to family and community living. It was used the Clinical Method Piaget, whose instrument of data collection clinical interview consisting of basic and supplementary questions and the possibility of concrete material. The sample consisted of 13 children and adolescents aged between 7 and 17 years, institutionalized in two shelters Viçosa-MG. The qualitative analysis of the interviews shows how children and adolescents have a peculiar way of building your ideas about social reality, specifically shelter. It is verified that the culture of institutionalization still have taken precedence over policy of rebuilding and strengthening family ties. Thus, although the fundamental right to family and community living is guaranteed by the Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), in

practice this has not been effected, especially with regard to strengthening the family to overcome the difficulties that led to vulnerable situation, which continue at the mercy of selective and punctual public policies that do not guarantee their rights universally.

# 1 INTRODUÇÃO

*Vários milhares de crianças e adolescentes estão, neste exato momento, circulando pelas ruas e por diversas instituições de assistência e proteção, apesar de terem pais e diversos parentes. Alguns serão reconduzidos aos seus lares, outros, se sobreviverem à vida nas ruas, serão encaminhados a abrigos, instituições de privação de liberdade, clínicas de desintoxicação e outros tipos de instituição e poderão nunca retornar às suas famílias (RIZZINI, 2006, p. 17).*

O interesse pela temática desse estudo surgiu durante minha graduação no curso de Serviço Social pela Escola de Estudos Superiores de Viçosa, especialmente quando iniciei, no ano de 2010, o estágio supervisionado no Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras que é uma das modalidades de acolhimento para crianças e adolescentes. A partir do estágio e das leituras sobre os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes foram surgindo questionamentos com relação às estratégias utilizadas pelas equipes de atendimento desses serviços, principalmente na modalidade de acolhimento Abrigo Institucional, para garantir os direitos de convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes acolhidos.

A escolha em ouvir as crianças e adolescentes acolhidos na modalidade de Abrigo Institucional do município de Viçosa-MG surgiu após cursar a disciplina do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica intitulada “Aspectos Teórico- Metodológicos da Pesquisa com Crianças”. As ricas e prazerosas leituras e discussões dessa disciplina apontavam a necessidade de pesquisas *com* crianças e, assim, fui despertada para a importância de ouvir o que as crianças e os adolescentes afastados de suas famílias de origem e inseridos na modalidade de acolhimento Abrigo Institucional têm a dizer sobre suas vivências durante o período de acolhimento.

O desenvolvimento desta pesquisa, junto ao Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, foi fundamental por se tratar de um Programa que tem a família como objeto de estudo e, além disso, a partir das perspectivas das próprias famílias tem-se a possibilidade de compreender o processo de desenvolvimento do indivíduo em suas peculiaridades, além de suas interações, relações, contexto social, histórico, cultural e econômico, no qual estão inseridos os diferentes subsistemas familiares. A escolha pelas crianças e adolescentes como sujeitos deste estudo se justifica pelo fato de serem eles os

membros da família que recebem diretamente o atendimento, ou seja, o acolhimento no Abrigo Institucional.

Este estudo se insere na linha de pesquisa: Família, Políticas Públicas e Avaliação de Programas e Projetos Sociais, oferecida pelo Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica. Tendo em vista que essa linha de pesquisa tem o objetivo de identificar, analisar e avaliar programas públicos e privados que interferem no cotidiano do sistema familiar, buscou-se neste trabalho compreender como as crianças e os adolescentes lidam com seu afastamento de suas famílias, além de refletir sobre como percebem o ambiente institucional no qual estão inseridos. Esses dados são fundamentais para que se conheçam as instituições de acolhimento a partir do olhar dos próprios residentes dessas instituições e que se comece a agir em direção ao bem estar e à qualidade de vida das crianças e adolescentes, uma vez que o tema acolhimento para crianças e adolescentes vem ganhando cada vez mais importante espaço de discussão no âmbito do desenvolvimento de políticas públicas.

Os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes que podem ser ofertados nas modalidades: Casas Lares, Repúblicas, Famílias Acolhedoras e Abrigos Institucionais, tendem a ser implantados em todo Brasil, como diretriz do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, um trabalho sério que carece de monitoramento e avaliação em suas dimensões mais significativas.

Os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes configuram-se como integrantes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e medidas excepcionais e provisórias de afastamento do convívio familiar. São medidas de proteção que visam, principalmente, a defesa do direito à convivência familiar e comunitária, permitindo às crianças e adolescentes que foram afastados de suas famílias, a vivência em um ambiente estável, enquanto a família de origem é continuamente trabalhada até que seja possível a reintegração familiar. Esses serviços buscam, também, o desenvolvimento de novas estratégias para a resolução dos conflitos, o fortalecimento da autoestima e das competências da família, o fortalecimento da autonomia, tanto do ponto de vista socioeconômico, quanto do ponto de vista emocional, além da construção de possibilidades que viabilizem a retomada do convívio familiar.

É importante ressaltar que o estudo do conhecimento e a compreensão do mundo social têm instigado pesquisas em variadas áreas sobre as representações acerca dos diferentes aspectos do funcionamento da organização social. O conhecimento social é o

conhecimento proveniente das interações e transmissões sociais, e é por meio dessa interação que as crianças iniciam a construção de suas representações da realidade social. Nesse sentido, considera-se fundamental, estudos que busquem ouvir as crianças e adolescentes institucionalizados, uma vez que o ponto de vista desse público pode subsidiar ações significativas e que contribuam para mudanças que as beneficiem, inclusive no fortalecimento da rede de atendimento e na melhoria das condições de acolhimento.

Ressalta-se ainda a necessidade de pesquisas *com* crianças, e não apenas *sobre* crianças. Nesse sentido, é importante salientar que a criança há muito tempo vem sendo objeto de estudo de diversos campos da ciência, porém, muitas dessas pesquisas tinham, e ainda têm, o pressuposto de que as crianças são seres incapazes, incompletos, sem a possibilidade de se expressarem e exporem seus pontos de vistas, necessidades e desejos, ou seja, não as considerando como sujeitos e cidadãos. Não se pode desconsiderar as grandes contribuições trazidas pelas pesquisas sobre as crianças para a construção do conhecimento na área ao longo dos anos. No entanto, atualmente coexistem pesquisas com crianças que partem do pressuposto de que elas são cidadãos, atores sociais e culturais, protagonistas e repórteres competentes de suas próprias experiências e entendimentos, sendo, portanto, as melhores informantes do seu aqui e agora (CRUZ, 2008; LEITE, 2008).

No Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica destacam-se alguns estudos sobre a representação de crianças e adolescentes em relação a diversos conteúdos referentes ao conhecimento social como, por exemplo, os trabalhos de Ferreira (2008), Silva (2009), Rocha (2009), Andrade (2011), Costa (2012) e Soares (2012).

Ferreira (2008) pesquisou as representações de crianças de 4 a 6 anos a respeito do consumo de água. O objetivo foi identificar como as crianças representam as questões do consumo de água como recurso natural, utilizando o Método Clínico Piagetiano. A autora constatou que as crianças, ao expressarem suas representações, não se limitaram somente a reproduzir as informações que recebem do ambiente, mas reelaboram essas informações, dentro de sua compreensão particular do mundo social.

Silva (2009) investigou as representações de crianças e adolescentes de 4 a 14 anos sobre trabalho e se elas estabeleciam relações entre trabalho e gênero, distinguindo as atividades laborais exercidas por homens e mulheres na polarização entre “trabalho masculino” e “trabalho feminino”, conforme a divisão sexual do trabalho presente na

nossa sociedade. Utilizou para coleta e análise dos dados o Método Clínico Piagetiano, tendo como instrumento a entrevista clínica. Os resultados apontaram que a construção do conhecimento social passa por fases evolutivas, partindo de níveis mais simples para mais elaborados, e que as crianças, desde muito cedo, têm o que dizer sobre a temática pesquisada.

Rocha (2009) investigou as representações de crianças e adolescentes de 4 a 13 anos sobre recursos monetários e suas relações com o consumo. O estudo foi ancorado na pesquisa qualitativa, com base no Método Clínico Piagetiano. Os resultados mostraram que a construção do conhecimento social sobre recursos monetários e suas relações com o consumo é construído pelas crianças nas vivências do dia a dia passando assim por níveis evolutivos, desde os mais simples até os mais complexos. A pesquisa revelou ainda que as crianças também têm o que dizer sobre suas vivências com os recursos monetários e as relações de consumo.

Andrade (2011) investigou as representações sobre o adoecimento e a hospitalização pela perspectiva de crianças, de 4 a 12 anos, hospitalizadas em uma instituição que possui atividades lúdicas. Utilizou o Método Clínico Piagetiano, como método de coleta e análise dos dados, a fim de investigar os pensamentos, percepções e sentimentos das crianças acerca da hospitalização, da doença, dos procedimentos submetidos e das atividades lúdicas. Os resultados evidenciaram que há uma tendência evolutiva nas representações das crianças sobre a hospitalização e o processo de adoecimento, indo de níveis mais simples até os mais complexos.

Costa (2012) investigou quais representações crianças entre 5 e 6 anos de idade que frequentam um ambiente tradicional e um ambiente construtivista têm sobre a escola. Utilizou para coleta e análise dos dados o Método Clínico Piagetiano, tendo como instrumento a entrevista clínica. Os resultados indicaram que o modo como as crianças de ambos os ambientes escolares expressam suas ideias sobre a escola se assemelha no que diz respeito à forma de compreendê-la, conceituá-la e caracterizá-la. As explicações das crianças se basearam, praticamente, no que tem na escola, no que sentem em relação à escola e no que fazem na escola, ou seja, basearam suas explicações nos aspectos mais visíveis da situação, que lhes são diretamente observáveis e familiares.

Soares (2012) investigou como ocorre a evolução do pensamento de crianças e adolescentes de 5 a 14 anos de idade sobre o reconhecimento da diferença, o ambiente físico de uma escola regular que tem crianças/adolescentes com deficiência, e o

reconhecimento da deficiência e o respeito e cooperação das crianças/adolescentes sem deficiência com as crianças/adolescentes com deficiência. Utilizando o Método Clínico e a entrevista clínica como instrumento de pesquisa, buscou fazer um estudo evolutivo do pensamento das crianças e adolescentes. Os resultados indicaram que as crianças mais novas elaboram uma representação a partir de aspectos mais aparentes, e os mais velhos têm a capacidade de coordenar diferentes variáveis do problema.

Esses são exemplos de pesquisas que vêm mostrar a importância de ouvir as crianças e os adolescentes como sujeitos culturais, consumidores, como cidadãos que desejam falar sobre o mundo físico, social, econômico, sobre as profissões e trabalho, sobre o meio ambiente, sobre a inclusão, sobre as diversas instituições da sociedade como os hospitais, a escola, ou seja, as crianças e adolescentes possuem capacidade de falar sobre os diversos assuntos do mundo. Esses estudos ressaltam, ainda, o quanto a criança e o adolescente são capazes de falar de uma forma peculiar sobre inúmeros assuntos e sobre a realidade na qual estão ou não inseridos.

Já a literatura que trata especificamente dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes se baseia, atualmente, na perspectiva das redes de atendimento e das percepções das famílias de origem, sendo pouco difundida a literatura que apresentam as representações das próprias crianças e adolescentes em situação de acolhimento, principalmente em relação à garantia e promoção da convivência familiar e comunitária.

Na pesquisa realizada por Silva (2007), sobre a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes abrigados, foram realizadas entrevistas com as famílias, utilizando como questões norteadoras a análise do perfil das crianças e adolescentes abrigados, a natureza do vínculo familiar e comunitário existente antes do abrigamento e o momento de ruptura desse vínculo, além de indagações sobre a pobreza enquanto fator determinante para o afastamento do convívio familiar e o papel das políticas públicas. Os resultados encontrados pela autora indicaram que, apesar das grandes mudanças ocorridas no papel dos Juizados da Infância e Juventude quanto à legitimidade e ampla defesa dos direitos das crianças e adolescentes, as práticas que ainda vigoram na justiça, reproduzidas na atuação da maioria dos Conselhos Tutelares, levam aos abrigos um enorme contingente de crianças e adolescentes sem vínculos ou em processo de dissolução desses vínculos, com praticamente nenhuma chance de inserção em famílias substitutas, em função de fatores como idade e cor, e que têm no abrigo a única alternativa de proteção.

Na investigação de Valente (2008), acerca da modalidade de acolhimento em Famílias Acolhedoras enquanto Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, a autora entrevistou as famílias de origem de crianças e adolescentes que estavam acolhidos nessa modalidade. A pesquisadora centrou seu estudo em trabalhos de orientação sócio-psico individual, ao grupo familiar, nos grupos familiares entre si, nos grupos comunitários; e de articulação com os serviços da comunidade. A partir dos dados coletados a pesquisadora constatou que, ainda hoje, muitos programas sociais de proteção têm focalizado o seu trabalho exclusivamente na criança/adolescente, despotencializando a família de seu papel de provedora e de autoridade. A autora salienta que uma dificuldade a ser superada no trabalho com as famílias é a carga de ideologias e valores dos profissionais, que na maioria das vezes são expressos em ações e atitudes. Isso faz com que muitos dos trabalhos se pautem, principalmente, por duas perspectivas: a instrumental e a culpabilizante. A perspectiva instrumental reduz a família a um grupo articulador de "estratégias de sobrevivência", pensando-a como unidade de consumo e de geração de renda, desconsiderando o fato de que uma vida precária não impede que haja relacionamento afetivo entre os seus componentes. A perspectiva culpabilizante vê as famílias como a fonte dos problemas, considerando-as "desestruturadas" e "incapazes" de dar "continência" a seus membros (VALENTE, 2008).

A pesquisa realizada por Prada e Weber (2002) teve por objetivo analisar, por meio do discurso de crianças que vivem em abrigos, como estavam organizadas suas famílias no momento do abrigamento, como funcionavam os abrigos onde moravam, quais as expectativas de futuro dessas crianças e suas redes de vinculação afetiva. Os resultados mostraram que a maioria das famílias das crianças entrevistadas era nuclear e apresentava um padrão de violência entre seus membros nas relações cotidianas, sendo que os principais motivos para o abrigamento foram a negligência e o abandono. Os resultados mostraram o descaso e a violência a que são submetidas, especialmente, crianças de instituições que abrigam um grande número de sujeitos.

Desse modo, a partir dessas reflexões, buscou-se investigar com a presente pesquisa as representações das crianças e adolescentes inseridos na modalidade de Abrigo Institucional de Viçosa-MG, no que diz respeito à garantia e a promoção da convivência familiar e comunitária, que é o princípio básico destes serviços.

A importância do desenvolvimento de pesquisas que analisem os impactos da retirada das crianças e adolescentes de suas famílias por meio de medidas judiciais se

justifica no fato de o afastamento do convívio familiar ser uma medida excepcional e provisória aplicada somente nas situações de grave risco à integridade física e/ou psíquica da criança ou adolescente, tendo em vista que o ambiente familiar saudável é considerado o melhor lugar para o desenvolvimento da população infanto-juvenil. Analisar a aplicação do princípio que visa à garantia da convivência familiar e comunitária é fundamental para que essas crianças tenham garantidos os seus direitos de proteção integral e convivência social. Além disso, a relevância da compreensão sobre os procedimentos que norteiam o desenvolvimento dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em Viçosa-MG, encontra-se na identidade de um serviço que tem como público alvo crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados ou ameaçados no contexto da família mediante ao enfraquecimento do vínculo relacional e afetivo em uma etapa peculiar de suas vidas.

Diante desse contexto, esta investigação buscou responder à seguinte questão: “A modalidade de acolhimento em Abrigos Institucionais oferecida no município de Viçosa-MG, tem se mostrado efetiva enquanto medida protetiva, considerando a representação das crianças e adolescentes sobre a convivência familiar e comunitária?”

A hipótese que norteou o presente estudo foi:

- As crianças e adolescentes afastados de suas famílias de origem e institucionalizados podem estar com seus direitos de convivência familiar e comunitária ameaçados devido à própria dinâmica de funcionamento da Instituição, que não favorece a promoção do convívio familiar e comunitário, pois faltam alternativas efetivas de atendimento que permitam reverter as situações que levaram ao acolhimento.

O objetivo geral que norteou este estudo foi: Identificar e analisar as representações das crianças e dos adolescentes afastados de suas famílias de origem e inseridos na modalidade de Abrigo Institucional do município de Viçosa – MG, no que diz respeito à convivência familiar e comunitária. Para isso, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- Fazer o levantamento das crianças e adolescente em situação de acolhimento na modalidade de Abrigo Institucional do município de Viçosa-MG.

- Construir um instrumento para identificação das representações das crianças e adolescentes em relação à convivência familiar e comunitária durante o período de acolhimento;
- Identificar as representações das crianças e dos adolescentes em situação de acolhimento institucional no que diz respeito à convivência familiar e comunitária;
- Analisar, a partir das representações das crianças e adolescentes, a natureza da convivência familiar e comunitária com base no que regulamenta esse tipo de serviço.

## 2 MARCO TEÓRICO

Este capítulo tem por objetivo apresentar o referencial teórico que orientou a presente investigação. Primeiramente, é apresentada uma abordagem acerca da evolução histórica dos serviços de proteção à infância abandonada desde seus primeiros registros até os atuais Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes com ênfase na modalidade de Abrigo Institucional.

Para refletir sobre a infância como objeto de estudo e o lugar das crianças na pesquisa, é apresentada uma abordagem acerca da categoria família enquanto objeto de pesquisas de diversas áreas. Também são discutidos os primeiros métodos utilizados para se estudar a criança e a importância de se ouvi-las enquanto sujeitos e participantes da pesquisa científica.

Por fim, são apresentados os pressupostos básicos da Teoria Piagetiana que estão diretamente relacionados à investigação. Destaca-se ainda a construção do conhecimento social, que está estreitamente ligado às representações que as crianças constroem sobre o mundo, inclusive sobre a convivência familiar e comunitária.

### 2.1 Uma abordagem histórica dos serviços de proteção à infância abandonada

A adoção definitiva da Doutrina da Proteção Integral a partir da Constituição Federal de 1988 passou a representar um novo marco na proteção à infância e juventude no Brasil. De acordo com essa Doutrina, crianças e jovens, em qualquer situação, devem ser protegidos e seus direitos garantidos, além de terem reconhecidas prerrogativas idênticas às dos adultos. Essa doutrina baseia-se na concepção de que criança e adolescente são sujeitos de direitos universalmente reconhecidos, não apenas de direitos comuns aos adultos, mas, além desses, de direitos especiais provenientes de sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento que devem ser assegurados pela família, Estado e sociedade (PONTES, 1992).

Apesar do direito à proteção integral inaugurada pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o abandono de crianças, comum na antiguidade, em praticamente todas as sociedades, é ainda praticado e tolerado nos dias atuais. Existem no mundo muitas crianças vivendo em instituições de acolhimento por terem sido abandonadas pelas famílias ou afastadas das mesmas por meio de medidas judiciais.

A história nos mostra que a existência de casos de abandono de crianças é conhecida em praticamente todas as grandes civilizações desde a Antiguidade Grega e Romana. Segundo Marcílio (2006), na Grécia Antiga, o pai tinha total poder sobre o seu filho, e práticas, hoje caracterizadas violentas, como a morte, venda, aborto e infanticídio, eram comuns contra as crianças. Essa realidade era tolerada e aceita pela sociedade, visto que as crianças pequenas pouco ou nada valiam.

Segundo Weber (2000):

Na Grécia antiga quando um pai ou uma mãe, querendo livrar-se de um filho, colocavam o recém-nascido em um lugar selvagem, desejando-lhe a morte, mas sem matá-lo com as próprias mãos. Na vida romana o direito à vida era concedido, geralmente pelo pai, em um ritual. Neste ritual, o recém-nascido era colocado aos pés de seu pai. Se o pai desejava reconhecê-lo, tomava-o nos braços, se não, a criança era levada para fora e colocada nas ruas. Se a criança não morresse de frio ou de fome, pertencia a qualquer pessoa que desejasse cuidar dela para, principalmente, fazê-lo seu escravo (WEBER, 2000, p. 34).

Na civilização romana os pais abandonavam os pequenos na rua, por não querer tê-los como filhos ou porque ter um filho implicaria mais gastos para a família. Como essa prática era frequente, já havia, em Roma, por exemplo, lugares comuns onde pais costumavam deixar seus filhos. De um modo geral, essas crianças eram acolhidas por outras famílias e eram vendidas, usadas como escravos ou, ainda, utilizadas como “objeto” de mendicância.

Registros históricos indicam que a pobreza era uma das principais motivações para a prática do abandono de recém-nascidos, mas com a chegada do cristianismo produz-se uma verdadeira mudança nos estratos sociais mais necessitados e consequente proteção dos mais fracos por parte dos cristãos. A sociedade vigente à época se viu obrigada a mudar atitudes e leis, que na prática, demoraram a acontecer e, ainda na Idade Média, a criança era uma espécie de adulto em miniatura, um grupo de segunda categoria, um ser imperfeito que precisava sair deste estado infantil para merecer algum respeito (WEBER, 2011).

Apesar de a criança ser ainda considerada um ser imperfeito, a prática do aborto e do infanticídio passou a ser rejeitada severamente pela Igreja Católica no decorrer dos séculos e, a partir do século XIII, foi instalado, na Itália, um sistema inspirado nas rodas existentes nos mosteiros medievais, que recebiam crianças para serem criadas servindo a Deus, sendo esses mosteiros ligados a alguma ordem religiosa, como, por exemplo, as

Santas Casas de Misericórdia. Segundo Weber (2000), esse sistema chamado de “Roda dos Expostos ou dos Enjeitados” se difundiu amplamente a partir dos séculos XIV e XV e generalizou-se na Europa após o século XVII. De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela das instituições. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criança que enjeitava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante – ou Rodeira – que um bebê acabara de ser abandonado (MARCÍLIO, 2006).

O Brasil no século XVIII iria assistir não apenas ao grande crescimento das cidades, mas também, ao aumento no número de crianças abandonadas. Começava, então, a prática de abandonar recém-nascidos em locais públicos, surgindo com isso a necessidade de abrigos para essas crianças que eram deixadas pelas mães dentro de cestinhas na porta das casas de famílias e, também, para aquelas que perambulavam pelas ruas do país. Segundo Dannemann (2006), na cidade de Salvador, em 1726, o abandono de crianças já se constituía um sério problema. De acordo com Venâncio (1997):

Durante o período colonial, muitas mulheres viram-se diante da necessidade de abandonar os próprios filhos. Não é exagero afirmar que a história do abandono de crianças é a história secreta da dor feminina, principalmente da dor compartilhada por mulheres que enfrentavam obstáculos intransponíveis ao tentar assumir e sustentar os filhos legítimos ou nascidos fora das fronteiras matrimoniais (VENANCIO, 1997, p. 189).

Essa situação provocou a reação do então vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, Conde de Sabugosa que, querendo "evitar tanta impiedade", entregou à Santa Casa de Salvador a tarefa de instalar a primeira Roda dos Expostos para receber os bebês rejeitados pela família. A Roda dos Expostos segundo Marcílio (2006):

[...] foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa história. Criada na Colônia, perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguiu manter-se durante a República e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950. Sendo o Brasil o último país a abolir a chaga da escravidão, foi ele igualmente o último a acabar com o triste sistema da roda dos enjeitados. (MARCILIO, 2006, p. 51).

Nesse sentido, a Roda dos Expostos foi, por quase um século e meio, praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil.

Em meados do século XIX, sob a influência do iluminismo e seguindo os rumos da Europa liberal, que fundava cada vez mais sua fé do progresso contínuo na ordem e

na ciência, começou uma sólida campanha para a abolição da Roda dos expostos. Esta passou a ser considerada imoral e contra os interesses do Estado. Igualmente, iniciou-se no Brasil o movimento para a extinção da Roda dos Expostos, que partiu inicialmente dos médicos higienistas, horrorizados com os altíssimos níveis de mortalidade que aconteciam dentro das casas dos expostos (MARCÍLIO, 1999).

Além disso, os esforços para acabar com as rodas no Brasil também tiveram adesão dos juristas, que começavam a pensar em novas leis para proteger a criança abandonada e para corrigir a questão social que começava a perturbar a sociedade, neste caso, a adolescência infratora. Ao mesmo tempo, os escritores apontavam em romances sociais a imoralidade da Roda dos Expostos (MARCÍLIO, 1999).

Apesar desses esforços, o movimento pela extinção das rodas no País não foi forte o suficiente para extingui-las no século XIX. Somente em meados do século XX que o Estado, com sua ação normativa, começou a ter um papel ativo relativamente à ajuda atribuída a crianças e adolescentes que eram abandonados e o atendimento a estas passou a sofrer mudanças significativas.

Nesse contexto, de acordo com Rizzini (2004), ao ser inaugurado o Regime Republicano, o Brasil já possuía grande experiência na assistência à infância desvalida e o Estado visava o melhor aparelhamento institucional capaz de “salvar” a infância brasileira no século XX. Durante esse período, a criança, fora da família, abandonada ou na rua, ganhou um grande destaque na sociedade brasileira. Como salienta Trindade (1999) o vigor da urbanização e do capitalismo industrial jogou sobre ela um olhar de preocupação.

Assim, a partir da primeira metade do século XX, a preocupação com a infância foi tomando outro rumo, firmando-se a convicção da necessidade de "salvar o menor". Ficou cada vez mais evidente nos discursos, principalmente jurídico e filantrópico, a dicotomia entre infância moralmente abandonada e menores delinquentes.

Se antes do século XX a criança era vista como um ser desprotegido, sobretudo no período entre as duas guerras mundiais, ela ganha uma nova conotação que se projeta para o seu futuro. É vista, então, como futuro trabalhador e, portanto, cidadão, ou então futuro delinquente e, eminentemente, perigoso (TRINDADE 1999).

As alterações jurídico-administrativas começaram aparecer *em 1927 quando toda a legislação é consolidada no primeiro Código de Menores, o qual cuidava, ao mesmo tempo, das questões de higiene da infância e da delinquência e estabelecia a vigilância pública sobre a infância* (BERGER, 2005, p. 172).

É a partir da consolidação do Código de Menores de 1927 que a criança passa a ser vista como futuro produto e produtor para o país. Nesse contexto, ocorre também a mudança de foco de intervenção da Medicina, que passa da perspectiva da doença para a da saúde, possibilitando poder controlar melhor o espaço público. É nesse contexto que o discurso médico-preventivo entra em pauta, passando a ocorrer maior intervenção na família, principalmente intervenções com a mãe, objetivando alcançar as crianças, visando à formação de uma família moderna, em que as crianças passam a ser vistas como futuros cidadãos, devendo ser, portanto, normatizadas de acordo com a nova ordem disciplinar.

Inicia-se, então, uma fase filantrópico-assistencialista, que pensa a educação "moralizante" das crianças, como meio fundamental de torná-las úteis e de resguardar a própria sociedade. Na verdade, filantropia e caridade se permeiam, adquirindo características mútuas: de um lado as estratégias filantrópicas de prevenção da desordem e, de outro, os preceitos religiosos da caridade.

Conforme Rizzini (2004), com a instauração do Estado Novo, em 1937, percebe-se uma crescente ideologização dos discursos dos representantes do Estado no atendimento à infância e a juventude. Já na ditadura implantada por Getúlio Vargas, intervir junto a essa população tornou-se uma questão de defesa nacional. Assim, a almejada assistência centralizada é implantada pelo governo Vargas, em 1941, com a criação do Serviço de Assistência a Menores (SAM). Esse órgão do Ministério da Justiça funcionava como um equivalente do sistema Penitenciário para a população "menor de idade". Sua orientação era correcional-repressiva. O sistema previa atendimento diferente para o adolescente autor de ato infracional e para o "menor" carente e abandonado.

Na década de 1950, finalmente os esforços para extinguir por completo o sistema de Rodas dos Expostos no Brasil foram cumpridos, sendo, portanto, o último país a acabar com este sistema. Como salienta Trindade (1999), neste momento, ao contrário de períodos anteriores, foi se firmando uma prática diferenciada de atendimento à criança, na qual a assistência era apenas um traço tênue e a educação foi se tornando fundamental. Nessa nova prática firmou-se cada vez mais a noção de "educar para o trabalho e pelo trabalho", noção plenamente de acordo com a consolidação do tempo do trabalho industrial.

Já na década de 1960, como salienta Berger (2005), no ano de 1964 estabeleceu-se pela Lei 4.513 a Política Nacional de Bem Estar do Menor (PNBEM) com proposta

claramente assistencialista, a ser executada pela Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM), com o objetivo de dar um caráter nacional à política de bem estar de crianças e adolescentes. De acordo com Silva (2004), surgiu no fim dos anos 1970 um movimento social com uma nova visão sobre crianças e adolescentes, considerando-os sujeitos de sua história, que apontava a perversidade e a ineficácia da prática de confinamento de crianças e adolescentes em instituições.

Com esse cenário de perversidade e repressão contra as crianças e adolescentes, a virada para década de 1980 foi marcada pelo início da abertura política e democrática do país. Segundo Berger (2005, p. 172) *em 1986 foi criada a Comissão Nacional Criança e Constituinte e a Funabem sai da Previdência Social e passa para o Ministério do Interior, responsável pelas áreas social e de desenvolvimento*. Assim, a década de 1980 representou importantes e decisivas conquistas para os movimentos sociais pela infância brasileira.

A Assembleia Nacional Constituinte, formada em 1987 e presidida pelo então deputado Ulysses Guimarães, organizou um grupo de trabalho comprometido com o tema da criança e do adolescente, cujo resultado concretizou-se no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, introduzindo conteúdo e enfoque próprios da Doutrina de Proteção Integral da Organização das Nações Unidas e trazendo os avanços da normativa internacional para a população infanto-juvenil brasileira. Desse modo, a proteção integral as crianças e adolescentes é contemplada nos artigos 227 e 228<sup>1</sup> da Constituição Federal de 1988 e, conforme preconiza o artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

É importante enfatizar que apesar dos grandes avanços que a Constituição Federal de 1988 trouxe em relação aos direitos das Crianças e Adolescentes, o marco jurídico para consolidação desses direitos somente foi possível com os princípios constitucionais que provocaram a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.

---

1 Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial BRASIL (1988).

Sob a influência das diretrizes da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), o ECA condensa a trajetória da construção dos direitos e deveres da criança e do adolescente preconizando que ações de proteção integral à criança e ao adolescente sejam realizadas com prioridade absoluta, fundamentadas no respeito à peculiar condição de pessoa em desenvolvimento.

É interessante ressaltar ainda que o ECA determina as políticas de atendimento às crianças e adolescentes no Brasil e se constituiu a partir da organização da sociedade civil e da formação de uma grande rede de movimentos sociais na luta pelos direitos das crianças e adolescentes na década de 1980, não sendo, portanto, resultado da vontade pessoal das autoridades brasileiras, mas do conjunto das instituições que sempre fizeram os movimentos sociais em defesa dos direitos do público infanto-juvenil.

Segundo Câmara (2000):

O mérito do ECA foi criar um sistema de justiça para a infância e a juventude, tendo por suporte a "absoluta prioridade" das ações, mediante a criação dos Conselhos Municipal e Tutelar, das Curadorias da Infância e da Juventude, da redefinição da atuação dos Juízes de Direito, Juízes da Infância e da Juventude, cabendo, ao Conselho Municipal, definir as políticas de atendimentos, ao Conselho Tutelar, a sua execução (CÂMARA, 2000, p.5).

Assim, o ECA é considerado uma das mais avançadas legislações em defesa dos direitos da criança e do adolescente do mundo e que propõe um olhar diferenciado sobre as crianças e adolescentes enquanto pessoas em formação e cujos direitos à saúde, educação, alimentação, convivência familiar e comunitária, cultura, esporte, lazer, formação profissional, proteção no trabalho, dentre outros, devem ser respeitados e garantidos com absoluta prioridade pelo Estado, Família e Sociedade.

Desde a consagração da doutrina da proteção integral a crianças e adolescentes no País, com a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, vem-se exigindo revisões nos programas de atendimento à infância. No que concerne ao direito à convivência familiar e comunitária, o ECA estabelece significativas mudanças no atendimento à infância abandonada, no sentido de superar o enfoque assistencialista, e implantar modelos que contemplem ações emancipatórias, com base na noção de cidadania. Entretanto, apesar do direito à convivência familiar e comunitária estar presente de forma clara no ECA, espaços de discussão acerca da defesa, promoção e garantia desse direito foram criados somente nos últimos anos. Apenas em 2004/2005, um plano de ação específico para a promoção desse direito foi produzido, que é o Plano

Nacional de Promoção de Defesa e Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

Foi a partir desse enfoque que foi criado o documento *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* com a finalidade de regulamentar, no território nacional, a organização e oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, no âmbito da política de Assistência Social (BRASIL, 2009).

## **2.2 Os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes: a modalidade de Abrigo Institucional**

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) reuniram-se no dia 18 de junho de 2009 para a aprovação conjunta de um importante documento que regulamenta em todo território nacional os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Intitulado *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, esse documento visa regulamentar a organização e oferta dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida de proteção. Além disso, é uma ação prevista no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

A formulação desse documento levou em consideração as discussões sobre essa temática realizadas em diferentes fóruns regionais, nacionais e internacionais, cabendo destacar as conferências estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente realizadas em 2007 e, em especial, os encontros do Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária – GT Nacional, que iniciou em 2006 a discussão dos parâmetros para aprimoramento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. O referido documento foi colocado em consulta pública e contempla várias propostas recebidas de organizações sociais, gestores, Conselhos de Assistência Social e Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente de âmbito Estadual, Municipal e do Distrito Federal, universidades, entre outros (BRASIL, 2009).

Como está previsto no documento *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*:

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integram os serviços de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social

(SUAS), sejam eles de natureza público-estatal ou não-estatal, e devem pautar-se nos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, da Norma Operacional Básica do SUAS e no Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre emprego e condições adequadas de cuidados alternativos com crianças (BRASIL, 2009, p. 12).

Desse modo, o documento *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes* estabelece que o afastamento do convívio familiar é uma medida excepcional e provisória, aplicada somente nas situações de grave risco à integridade física e/ou psíquica da criança ou adolescente, tendo em vista que o ambiente familiar saudável é o melhor lugar para o desenvolvimento da população infanto-juvenil (BRASIL 2009). Como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 19: *Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária [...] (BRASIL, 1990).* Nessa perspectiva, todos os esforços devem ser empreendidos no sentido de manter o convívio com a família (nuclear ou extensa, em seus diversos arranjos), já que esses vínculos são fundamentais nessa etapa peculiar de desenvolvimento.

Quando for constatada a necessidade do afastamento do convívio familiar e encaminhamento para as modalidades de acolhimento provisório, no intuito de garantir a proteção integral das crianças e adolescentes, esforços devem ser empreendidos para que em um período inferior a dois anos, seja viabilizada a reintegração familiar (família nuclear ou extensa); na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. A permanência de crianças e adolescentes em serviço de acolhimento por período superior a dois anos deverá ter caráter extremamente excepcional, e estar fundamentada em uma avaliação criteriosa acerca da necessidade de manter o acolhimento.

É muito importante que as equipes técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes desenvolvam, constantemente, ações de fortalecimento dos vínculos afetivos entre as crianças e adolescentes acolhidos e suas famílias, através de visitas e encontros e que elas também não percam o contato com membros de sua comunidade. O fortalecimento desses vínculos afetivos é de extrema relevância para o processo de reintegração familiar e para amenizar o sofrimento tanto das crianças e adolescentes quanto das famílias. Como preconiza o documento *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes:*

O impacto do abandono ou do afastamento do convívio familiar pode ser minimizado se as condições de atendimento no serviço de acolhimento propiciarem experiências reparadoras à criança e ao adolescente e a retomada do convívio familiar. Dessa forma, tais serviços não devem ser vistos como nocivos ou prejudiciais ao desenvolvimento da criança e do adolescente, devendo-se reconhecer a importância dos mesmos, de forma a evitar, inclusive, a construção ou reforço de uma auto-imagem negativa ou de piedade da criança e adolescente atendidos, por estarem sob medidas protetivas (BRASIL, 2009, p. 13).

Os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes podem ser ofertados em diferentes modalidades, tais como: Casas Lares, Repúblicas, Famílias Acolhedoras e Abrigo Institucional, e, esta última será pontuada mais especificamente por se tratar do objeto desta pesquisa. A diferenciação das modalidades de acolhimento reflete uma forma mais adequada de atendimento às demandas da população infanto-juvenil. Somente a partir da análise do perfil da criança ou adolescente, da situação familiar, histórico de vida, dentre outros aspectos, é que se deve indicar qual serviço poderá responder de forma mais efetiva às suas necessidades (BRASIL, 2009).

Os **Serviços de Casas Lares** são medidas de acolhimento provisório oferecidos em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador ou cuidador que reside temporariamente em uma casa que não é a sua, prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo. Essa modalidade é destinada a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos (BRASIL, 2009).

O **Serviço de acolhimento em República** oferece apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens de 18 a 21 anos de idade que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e estão em processo de desligamento de instituições de acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta e que não possuam meios para auto-sustentação (BRASIL, 2009).

O **Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras** é destinado a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos que se encontram em situação de abandono, violação ou ameaça de direitos e cujas famílias estão temporariamente impossibilitadas de cumprir suas responsabilidades de cuidado e proteção. Esse serviço organiza o acolhimento em residências de famílias selecionadas e capacitadas por uma equipe técnica que realiza acompanhamento psicossocial da criança/adolescente, da família de origem, da família

acolhedora e da rede social de apoio até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem e, na sua impossibilidade, encaminhado para adoção (BRASIL, 2009).

Os **Abrigos Institucionais** oferecem acolhimento para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, afastados do convívio familiar em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. A permanência nos Abrigos se dá até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta, como está previsto no documento *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*:

O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local (BRASIL, 2009, p. 63).

O estabelecimento e a utilização de programas em regime de abrigo estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seus artigos 90 a 102, que conceituam as entidades de atendimento e delimitam sua operacionalização: *o abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade* (BRASIL, 1990).

Para que o atendimento em serviços de abrigo institucional possibilite à criança e ao adolescente constância e estabilidade na prestação dos cuidados, vinculação com o educador/cuidador de referência e previsibilidade da organização da rotina diária, os educadores/cuidadores deverão trabalhar, preferencialmente, em turnos fixos diários, de modo a que o mesmo educador/cuidador desenvolva sempre determinadas tarefas da rotina diária. (BRASIL, 2009, p. 64).

É interessante enfatizar que a institucionalização de crianças e adolescentes é um assunto abrangente e polêmico, englobando vários campos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Muitos autores e profissionais criticam a prática de institucionalizar, como Everig Goffman (1987) e Michel Foucault (2006), que são dois referenciais estratégicos fundamentais para o estudo e compreensão adequada das instituições.

Foucault (2006) faz uma abordagem sobre as instituições disciplinares em sua obra *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Goffman (1987) traz pesquisas e

problematizações sobre as “instituições totais” em sua obra *Manicômios, prisões e conventos*.

Goffman (1987) realizou uma pesquisa de campo entre os anos de 1955 e 1956 em um Hospital Psiquiátrico nos Estados Unidos, cujo objetivo era o de tentar conhecer o mundo social dos pacientes, procurando captar a sua perspectiva subjetiva. Partindo dessa pesquisa de campo e utilizando uma ampla bibliografia, o autor elaborou o conceito de “instituição total” como:

Um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 1987, p. 11).

Goffman (1987) enumera cinco categorias de instituição total, sendo que, algumas características são distintivas entre elas, mas grande parte dos traços é aplicável a todas como a conquista da maior parte do tempo de seus participantes. Dessa forma, para o autor, as instituições totais são caracterizadas pelo seu “fechamento” através de barreiras que são levantadas para segregar os internados do contato social com o mundo exterior. As proibições à saída estão muitas vezes incluídas no plano físico e arquitetônico da mesma. Seu traço principal é que ela concentra todos os diferentes aspectos da vida de uma pessoa (trabalho, lazer, descanso) no mesmo local e sob a autoridade de uma equipe dirigente.

Além disso, a família também é outro elemento incompatível com a instituição total, uma vez que a vida familiar e doméstica é contrastada com a vida grupal dos internados, que dificilmente podem manter uma vida doméstica significativa. A instituição total suprime um círculo completo de lares reais ou potenciais.

Foucault (2006), ao estudar o funcionamento do poder nas sociedades modernas, afirma que procedimentos disciplinares já existiam há muito tempo, nos conventos, no exército, nas oficinas, “mas as disciplinas se tornaram no decorrer do século XVII e XVIII formas gerais de dominação”. Elas seriam uma sofisticação da tecnologia conventual monástica que, apesar de implicar na obediência a um superior, tinham como objetivo principal o aumento do autodomínio. Assim, a tecnologia disciplinar promove a distribuição dos indivíduos no espaço, utilizando diversos procedimentos: o enclaustramento (baseado no modelo conventual); o quadriculamento celular e individualizante (“cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo”); a regra das localizações funcionais (vigiando ao mesmo tempo em que cria um espaço útil); a

classificação e a serialização (individualizando os corpos ao distribuí-los e fazê-los circular numa rede de relações). Além disso, para o autor, em uma instituição total os menores segmentos da atividade humana podem estar sujeitos a regulamentos e julgamentos da equipe diretora.

Diante da abordagem sobre as “instituições” feita por Goffman (1987) e por Foucault (2006), entende-se que as crianças e os adolescentes que vivem em instituições de acolhimento podem estar com alguns de seus direitos ameaçados, inclusive, o direito á convivência familiar e comunitária por, ainda encontrarmos instituições que se caracterizam pela falta de segurança, proteção, higiene, cuidados, carinho, pelo confinamento, dentre outros.

O atendimento na modalidade de abrigo passa a ser uma medida protetiva, provisória e excepcional. Entretanto, essa premissa vem sendo sistematicamente ignorada, pois faltam alternativas efetivas de atendimento que permitam reverter às situações que levaram ao acolhimento, dentro do tempo previsto pela legislação (RIZZINI et. al, 2006, p. 91).

Por se tratar de uma medida provisória, estratégias de reintegração familiar devem ser objetivadas durante todo o período do abrigamento, a fim de garantir o direito à convivência familiar e comunitária. Ações de reintegração familiar são aquelas que buscam promover o retorno de crianças e adolescentes ao convívio familiar e atuam em prol da garantia do direito fundamental à convivência familiar e comunitária, conforme preconiza o ECA (1990). Inúmeras formas de nomear o processo de retorno das crianças e adolescentes à família/convivência familiar são encontradas, como desligamento institucional, desabrigamento, reintegração familiar, desinstitucionalização, reunificação familiar e reinserção familiar. São diferentes expressões para se referir ao processo de saída de uma instituição de abrigo e o retorno à família, seja família de origem, extensa e adotiva.

Segundo o ECA (1990), o retorno ao convívio familiar deve ser promovido assim que a família apresentar condições favoráveis para receber a criança ou o adolescente no lar. A entidade de abrigo é responsável por promover o restabelecimento e a preservação dos vínculos familiares; comunicar às autoridades jurídicas, periodicamente, os casos inviáveis de reatamento dos vínculos; proceder a um estudo social e pessoal de cada família; reavaliar periodicamente cada caso, dando ciência dos resultados à autoridade competente; manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos, entre outras determinações. Apesar destas determinações,

muitas vezes as equipes das instituições de acolhimento não apresentam condições de atender a todas as exigências legais, tornando-se difícil a efetivação de seus objetivos e a reintegração familiar de forma rápida e eficaz (SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2011).

No campo científico, ainda existe uma carência de pesquisas disponíveis na realidade brasileira sobre essa temática. Os estudos de Azor e Vectore (2008), Saraiva (2002), Silva e Nunes (2004) e Siqueira e Dell'Aglio (2007) são exemplos de pesquisas sobre esse processo no Brasil.

Segundo Azor e Vectore (2008), os fatores que contribuíram para o retorno ao convívio familiar de jovens abrigados foram a insistência do Poder Judiciário, o acompanhamento familiar por profissionais, a adequação da moradia e o desejo dos familiares. Para essas autoras, é mais importante e necessário conhecer as condições emocionais, a motivação da família e as expectativas relacionadas ao retorno das crianças e adolescentes no momento de promover a reinserção familiar do que avaliar apenas as condições econômicas da família.

A pobreza também tem sido considerada um fator de risco para o afastamento familiar de crianças e adolescentes, sendo, em muitos casos, o único motivo e o principal obstáculo para a reinserção familiar. Para Saraiva (2002), a falta de recursos materiais básicos está presente em famílias com precárias condições de estrutura, o que tem como um de seus resultados a comum situação de negligência em relação à educação dos filhos ou ao seu abandono.

O estudo de Silva e Nunes (2004) apontou que, após o retorno à família, os jovens acabam sendo inseridos na situação de vulnerabilidade social na qual seus familiares se encontravam. Nesse estudo, os familiares e os egressos dos abrigos apresentavam-se fora do mercado de trabalho formal, desempenhando atividades esporádicas de venda ou limpeza e de recolhimento de papel nas ruas.

Já Siqueira e Dell'Aglio (2007), ao focalizar o processo de reinserção de uma adolescente, observaram a existência de inúmeros e expressivos fatores de risco no ambiente familiar. Esses fatores apareceram de forma clara e já estavam presentes antes do desligamento da jovem.

Nesse sentido, é responsabilidade das entidades governamentais e não governamentais que executam a modalidade de Abrigo Institucional, a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e, para isso, essas instituições devem multiplicar esforços através da intervenção de profissionais habilitados junto às famílias e as crianças e adolescentes para facilitar e aproveitar as visitas desses parentes para estudos

e intervenções, de forma que se possam elaborar projetos que garantam os direitos de convivência familiar e comunitária.

Dessa forma, para melhor compreensão da importância da família no desenvolvimento, manutenção e equilíbrio emocional e social de seus membros, e ainda, o lugar que a criança ocupa nas pesquisas com famílias, será apresentado o tópico a seguir.

### **2.3 Considerações sobre famílias e infâncias**

Para entender a infância enquanto objeto de estudo das mais diversas ciências, é necessário, primeiramente, compreender a criança dentro do contexto familiar, por ser este essencial para formação e compreensão do indivíduo em sua singularidade.

Historicamente, é na família que a criança inicia o seu processo de socialização, tendo em vista que esta exerce o papel na formação fundamental, básica, afetiva e cognitiva dos seus membros, além da transmissão de valores, costumes e tradições entre gerações. Nesse sentido, a instituição familiar reveste-se de grande importância no que concerne ao desenvolvimento dos indivíduos.

A família vem se constituindo ao longo dos anos objeto privilegiado de análise, em que esta instituição é lembrada, segundo Nunes (2003, p. 37), *como um dos principais objetos das ciências sociais, entendida universalmente como o grupo social primário mais típico*. Devido à constatação de que a família desempenha papel fundamental no desenvolvimento, manutenção e equilíbrio emocional e social de seus membros, profissionais das mais diversas áreas como Educação, Sociologia, Filosofia, História, Psicologia, Antropologia, Economia Doméstica, Pediatria, Filosofia, Serviço Social, dentre outras, têm focalizado a família como objeto de estudo, contribuindo para o conhecimento, entendimento e compreensão de como ela se desenvolve e se modifica ao longo dos anos e a partir das diferentes influências internas e externas.

É interessante salientar que existe na sociedade uma forte tendência a “naturalização” da família, e segundo Durham, (1983, p. 15), *o problema inicial do estudo da família é dissolver essa aparência de naturalidade para percebê-la como criação humana mutável*. Essa tendência de naturalização é reforçada pelo fato de se tratar de uma instituição que diz respeito à regulação social da atividade de base nitidamente biológica: o sexo e a reprodução (DURHAM, 1983).

Nesse contexto, segundo Giraldi (2007, p. 3), *a família é uma instituição extremamente antiga e foi sofrendo diversas mudanças ao longo do tempo, tanto em relação ao seu papel social quanto referente às funções internas estabelecidas para cada integrante*. Ainda de acordo com Giraldi (2007), toda a história da humanidade constitui-se de revolucionárias transformações políticas, sociais, econômicas, culturais, e todas as instituições que existiam durante essas revoluções e ainda existem nos dias atuais sofreram e sofrem significativas consequências dessas mudanças, inclusive a família, pois sua história caminha paralelamente à história da humanidade, ou seja, todas as diferentes formas de organizações familiares existentes hoje nas mais distintas civilizações surgiram em decorrência dessas mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais sofridas pela sociedade.

Nessa perspectiva, é extremamente importante compreender que a família é um grupo em desenvolvimento e que ela está inserida em um processo histórico também em desenvolvimento.

Uma instituição historicamente construída, não podendo-se falar em família como algo único, e sim em modelos distintos, além do fato de as estruturas familiares não surgirem em decorrência de um só fator. Isto nos possibilita afirmar que a família não se limita ao modelo nuclear, existindo diversas formas de estrutura e funcionamento familiar. Portanto, ao atuar, pensar e estudar a família considera-se fundamental o alerta para a concepção que se tem da mesma, de modo a assegurar que posições pré-concebidas ou preconceituosas não prejudiquem a compreensão dos distintos laços que estruturam as famílias (NCFR, 1985, p. 91).

É interessante enfatizar que vivemos e fazemos parte da história, de modo que estamos presenciando significativas mudanças no modelo familiar; e devido ao fato da família ser mutável, não pode ser dada à mesma a aparência de naturalidade. Segundo Durham (1983, p. 16), *o fundamental para “desnaturalizar” a família é, portanto, entender que a relação que conhecemos entre grupo conjugal, família, parentesco e divisão sexual do trabalho pode ser dissociada, dando origem a instituições muito distintas*. Nessa perspectiva, a variedade de arranjos possíveis, constatados empiricamente, produz a necessidade de rever o conceito de família ou limitar sua aplicabilidade à nossa sociedade ocidental. Tanto em um caso quanto em outro, dissolve-se sua aparência de naturalidade (DURHAM, 1983).

Apesar das grandes mudanças que a família tem sofrido ao longo dos anos, como diminuição de tamanho, fragilização dos laços matrimoniais e de parentesco,

diversificação de arranjos, dentre outras, de acordo com Durham (1983), podem agravar as tensões existentes dentro do núcleo conjugal, mas estas não podem ser interpretadas como enfraquecimento da família. Ou seja, essa instituição continua forte na contemporaneidade, interferindo tanto no funcionamento econômico, social e cultural como na formação de cada um de seus membros.

De acordo com Dessen (2000), para se compreender como as famílias funcionam é necessário estudar em profundidade as interações e relações entre os diferentes subsistemas familiares, entendendo-as no contexto histórico e sociocultural na qual está inserida. Por isso, é de suma importância compreender o indivíduo no contexto da família, com suas singularidades e complexidades e como um grupo que se modifica paralelamente à sociedade. Além disso, entende-se que estudar a família significa incluir todos os seus membros, inclusive as crianças, uma vez que as diferentes ciências reconhecem a importância e a necessidade de ampliação do espaço reservado para as mesmas na pesquisa com famílias.

A partir dessa premissa, é interessante salientar que, por diversos períodos históricos, questionou-se qual era o tempo da infância e quem era a criança. O pesquisador francês Philippe Ariès, em sua obra *História Social da Criança e da Família*, de 1960, aponta que o conceito ou a concepção que se tem da infância foi sendo construído historicamente e que a criança, por muito tempo, não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim como um adulto em miniatura. Na perspectiva antropológica de Tedrus (1998):

Segundo a concepção medieval, em um primeiro momento, a infância foi considerada uma fase sem importância. A criança era concebida como um homem em tamanho reduzido havendo portanto uma indiferença generalizada para com este ser “indefeso” e “dependente”. As crianças permaneciam no anonimato e, para exemplificar acerca do mundo indiferenciado de adultos e crianças, Ariès levantou dados muito expressivos sobre o traje, o vocabulário, os jogos e a iconografia (TEDRUS, 1998, p. 20).

A constituição de um novo conceito de infância com a separação da criança do mundo do adulto ocorreu devido à interferência dos poderes públicos e com a preocupação da Igreja através do movimento de moralização dos homens, em que a criança começa a ser considerada como um ser puro e inocente e a infância um período de debilidade e fragilidade do ser humano (TEDRUS, 1998).

Nessa perspectiva, para Delval (2002):

O estudo da criança nos permite conhecer não apenas as características dos seres humanos de uma determinada idade, como também todo o processo pelo qual se chega a ser adulto. Por isso, não se ocupa apenas de um conteúdo ou de um tipo de sujeito, mas também procura descobrir como se constitui a mente humana (DELVAL, 2002, p. 34).

Ainda, de acordo com Delval (2002), o estudo da criança começou relativamente tarde. Os primeiros estudos sobre o desenvolvimento das crianças foram realizados por meio de biografias ou estudos monográficos, feitos de um único sujeito, tomando a observação sistemática ao longo do seu desenvolvimento. Pesquisadores como Dietrich Tiedmann (1748-1803), William Preyer (1841-1897), Ovide Decroly (1871-1932), dentre outros, marcaram os primeiros estudos realizados nessa área. É interessante ressaltar a influência da teoria da evolução das espécies formulada por Darwin em 1859, que contribuiu para dar impulso aos estudos sobre o desenvolvimento das crianças. Iniciou-se, assim, uma etapa evolucionista, na qual se tentava estudar a evolução das espécies ao longo da história, bem como do indivíduo durante sua infância. No entanto, esses primeiros trabalhos permitiram recolher uma grande quantidade de materiais úteis, mas que tinham sérias limitações e não penetravam em muitos aspectos do comportamento infantil (DELVAL 2002).

Outro pesquisador que deve ser destacado é Jean Piaget (1896-1980), que através da minuciosa observação das crianças buscava compreender as características do desenvolvimento e explicar como ocorre a construção do conhecimento, se tornando importante referência para o entendimento do desenvolvimento e a aprendizagem humana.

De acordo com Delval (2002), quando Piaget começou a estudar o pensamento da criança, no início do século XX, os métodos dominantes na psicologia infantil eram a observação, mais ou menos sistematizada, e as provas padronizadas para o diagnóstico do nível de inteligência, também chamadas de testes. A observação é ainda importante e continua sendo utilizada, mas para o estudo das representações infantis é insuficiente e, por isso, muitos dos primeiros trabalhos sobre o desenvolvimento da criança realizados mediante a observação já eram acompanhados de interferências e intervenções do pesquisador (DELVAL, 2002).

A partir dessa abordagem, é interessante salientar que investigar a infância requer do pesquisador grande conhecimento da história e da condição social da criança. Diversas disciplinas como a sociologia, a história, a psicologia, a antropologia, dentre

outras, têm desenvolvido trabalhos de pesquisas que procuram resgatar a infância, tomando-a como objeto de conhecimento nas suas múltiplas dimensões. Para Sarmento (2008), esses estudos têm alargado as fronteiras do campo disciplinar, configurando uma abordagem renovada (nos planos teóricos, epistemológico e metodológico) da infância, como categoria social das crianças como membros ativos da sociedade e como sujeitos das instituições modernas em que participam a escola, a família, os espaços de lazer, etc. A emergência de diferentes espaços de produção do conhecimento da infância tem sido demonstrada também nas pesquisas no interior dos programas de pós-graduação, que tomam essa categoria como objeto, revelando novos eixos de análise e temas de estudo (SARMENTO 2008). Nessa perspectiva, buscaremos compreender de que maneira as crianças têm participado dessas pesquisas.

#### **2.4 A importância de ouvir as crianças nas pesquisas**

O campo da ciência vive uma ruptura conceitual acerca da criança e da infância. Há muito a aprender sobre as crianças tratadas no plural, suas múltiplas infâncias; há muito a debater sobre as orientações teórico-metodológicas da pesquisa com crianças (ROCHA, 2008). Nesse contexto, a antropologia, a filosofia, a sociologia, a história e a psicologia, focaram o olhar na criança questionando qual deve ser o seu verdadeiro lugar e sua participação no meio científico. Através do empenho destas ciências em compreender a criança em sua totalidade surge a proposta de integração de diferentes métodos de pesquisa, para que o uso dos instrumentos possam atender a especificidade dessa área multidimensional.

Defendendo um papel de protagonista para as crianças, as diferentes Ciências têm buscado mostrar que as crianças são seres sociais, culturais, produtores e transformadores do mundo em que vivemos. Assim, defendem que as crianças participem das pesquisas com o direito à voz e à vez. Defendem que os métodos a serem utilizados pelos pesquisadores demonstrem de fato o discurso produzido pela criança.

Começa-se por Ariès (1981) que, segundo Kramer (1996), com sua obra *História Social da Criança e da Família* inaugura a história da infância como uma linha de investigação. Não se trata de estudar a criança como problema em si, mas de compreendê-la partindo de uma perspectiva histórica. Compreendendo este autor percebe-se que a ideia de infância não existiu sempre e da mesma forma. Na sociedade feudal a criança exercia um papel produtivo direto; já na sociedade burguesa havia a

necessidade de preparar a criança para uma atuação futura. Além disso, o conceito de infância é determinado historicamente pela sociedade e suas formas de organização. Com Ariès aprende-se a própria condição e a natureza histórica e social do ser criança, que não possui um valor uniforme; seu valor diferencia dependendo de sua classe.

Ao buscar a origem dos debates sobre infância e educação, Kramer (1996) ressalta que as produções francesas muito contribuíram no delineamento de uma concepção de infância concreta. Houve um rompimento conceitual dentro da psicologia que a pedagogia se curvava. A visão idealizada de infância, com a qual a pedagogia lidara até então, não poderia ficar permanente, uma vez que a infância é um campo temático de natureza interdisciplinar. Cada ciência deseja ressaltar sua singularidade, mas o estudo da criança exige uma interdisciplinaridade que só será possível se as ciências humanas e sociais dialogarem tendo a criança no âmago da vida social e da pesquisa.

Na busca por essa interdisciplinaridade, Delgado e Müller (2005) vêm mostrar que a sociologia propõe o importante desafio teórico-metodológico de considerar a criança como atores sociais plenos. Não tendo, assim, a necessidade de separar as crianças dos adultos, como se pertencessem a mundos diferentes, a infância pode ser vista como uma série de ordens diferentes, competindo e muitas vezes criando conflitos. O foco da socialização na sociologia da infância estimula compreender as crianças como atores capazes de criar e modificar culturas no mundo do adulto, fazendo-se necessário metodologias que tenham como foco suas vozes.

Sarmiento (2008) afirma que a Sociologia da Infância propõe uma distinção analítica no seu duplo objeto de estudo: as crianças como atores sociais nos seus mundos de vida, e a infância como categoria social do tipo geracional, ou seja, socialmente construída. Ao mesmo tempo, a antropologia, que pouco via e pensava a criança, agora busca contribuir para compreender as relações entre crianças e adultos em espaços de guarda em uma sociedade de classes e questionar sobre o surgimento da categoria criança e questões fundamentais como: qual o lugar social da criança e como se dá a institucionalização da socialização infantil? Valoriza também as manifestações diferenciadas dessa categoria, pois, tudo indica que a linguagem verbal, em se tratando de crianças, é a que se faz mais presente no transcorrer do processo de socialização e é igualmente a mais exigida e estimulada. Afirmar isso não implica deixar de considerar a existência e também a utilização de outras formas que não a falada, para se veicular

mensagens, ou mesmo o uso concomitante de fala e gesto nas relações adulto/criança (TEDRUS,1998).

Sobre essa relação adulto/criança e pesquisador/pesquisado, Delgado e Muller (2005) evidenciam os estudos **com** crianças e não **sobre** as crianças, onde o pesquisador negocie com as mesmas todos os aspectos e etapas das investigações: a entrada no campo e os objetivos, quais querem realmente participar da pesquisa e contribuir com a coleta de dados. Entretanto, apesar desse envolvimento das crianças em todas as etapas da pesquisa, os julgamentos, os desejos, os receios, as preferências etc. das mesmas, ou seja, suas representações sobre o mundo têm sido poucas vezes alvo de interesse de estudo. Quando há algum interesse em se estudar esses aspectos, a prática mais comum é recorrer a algum adulto para obter essas informações, revelando a desconfiança em relação à competência das crianças para se comunicarem, onde elas não são tomadas como sujeitos (CRUZ, 2008).

Nessa perspectiva, é interessante ressaltar que pouco se sabe sobre as culturas infantis, pois poucas são as vezes que a criança é ouvida e, na maioria das vezes, quando isso acontece, sua fala apresenta-se à margem das interpretações e análise dos pesquisadores que ficam presos aos seus próprios referenciais de análise.

No entanto, é notável o fato de que, nos últimos anos, está havendo um crescente interesse entre pesquisadores de distintas áreas de conhecimento em captar a perspectiva da criança acerca dos mais variados temas, pois trazendo as crianças concretas para o centro da investigação, com suas peculiaridades decorrentes do gênero, idade, classe, raça, etnia e história de vida, é possível compreender o sentido pessoal que estes sujeitos atribuem ao que conhecem. Assim, conhecer as apropriações dos saberes pela própria criança é fundamental. Para Quinteiro (2002), os saberes constituídos sobre a infância até o momento permitem conhecer mais sobre as condições sociais das crianças, sua história e sua condição de criança sem infância e pouco sobre a infância enquanto construção cultural, seus próprios saberes, suas possibilidades de criar e recriar a realidade social na qual se encontram inseridas. De acordo com Cruz (2008, p. 13), *buscar formas de ouvir as crianças, explorando as suas múltiplas linguagens, tem como pressuposto a crença de que elas têm o que dizer e o desejo de conhecer o ponto de vista delas*. Nesse caso, é necessário entender que estudos comprovam que mesmo as crianças bem pequenas têm o que dizer. De acordo com Cruz (2008):

[...] desde a mais tenra infância, nas suas interações sociais, as pessoas vão somando impressões, gostos, antipatias, desejos, medos, etc.,

desenvolvendo sentimentos e percepções cada vez mais diversificados e definidos, atribuindo significados, construindo a sua identidade (CRUZ, 2008, p. 13).

Nessa perspectiva, a atitude de ouvir a criança nas pesquisas e levar em consideração o seu ponto de vista somente será possível se for superada a ideia de criança enquanto ser incapaz de aprender e ensinar até atingir certo nível de desenvolvimento, que desde muito tempo orienta nosso pensar e agir principalmente com relação às crianças bem pequenas.

Dessa forma, deve-se abandonar essa visão adultocêntrica, caracterizada por destacar as incapacidades em comparação com os adultos, a limitação de sua experiência, a insuficiência de seus conhecimentos, a incapacidade de pensar logicamente e de controlar e sua própria conduta. Deve-se fundamentar uma concepção que considere a criança como capaz de estabelecer relações com os outros e com o mundo desde o nascimento e que conceba essas experiências vividas socialmente como processos de aprendizagem responsáveis por impulsionar a formação e o desenvolvimento das qualidades humanas desde a infância.

Segundo Rocha (2008), a ênfase na escuta das crianças justifica-se pelo reconhecimento das mesmas enquanto agentes sociais de sua competência para a ação, para a comunicação e troca cultural. Tal legitimação da ação social das crianças resulta também de um reconhecimento e de uma definição contemporânea de seus direitos fundamentais de proteção, provisão e participação. Assim, em vez de pesquisar *sobre* a criança, com o intuito de melhor conhecê-la, o objetivo passa a ser pesquisar *com* a criança as experiências sociais e culturais que ela compartilha com outras pessoas do seu ambiente, colocando-a como parceira do pesquisador, na busca de uma permanente compreensão da experiência humana (SOUZA, 2008).

Diante do exposto, é interessante ressaltar que é importante a criança se envolver nas pesquisas e existem várias formas para isto, dentre elas: a participação no planejamento e organização, na análise de dados, na validação das informações e como assistentes ou auxiliares de pesquisa. Já para as crianças menores de seis anos de idade a categoria mais aplicável é a de respondentes ou informantes (CAMPOS, 2008). Nessa perspectiva, é possível perceber que as crianças interagem no mundo adulto porque negociam, compartilham e também criam culturas, e por isso é importante pensar em metodologias que realmente tenham como foco suas vozes, olhares, experiências e pontos de vista (DELGADO e MULLER, 2005). A estratégia de trocas comunicativas

coloca-se como base para o estabelecimento de relações de troca cultural e do compartilhamento necessário para a compreensão de pontos de vista diferentes (CRUZ, 2008).

Em relação aos aspectos metodológicos, Silva *et al.* (2008) afirmam que é necessário delinear uma metodologia que ajude o pesquisador a evitar projetar o seu olhar sobre as crianças, colhendo delas apenas aquilo que é reflexo dos seus próprios preconceitos e representações. É preciso que o pesquisador se coloque no ponto de vista da criança e veja o mundo com os olhos da criança. Outro aspecto importante da pesquisa comprometida com a escuta das crianças é que o pesquisador deve considerar na pesquisa não apenas a dimensão etária, mas também a geracional, articulada às dimensões de gênero e classe social, à raça e à etnia. Além disso, outra preocupação deve ser com a explicitação de nomes (verdadeiros ou fictícios) das crianças e adolescentes observados ou entrevistados na apresentação da pesquisa.

Em estudos realizados com crianças e acompanhados por Kramer (2002), a autora relata que a questão da utilização ou não dos nomes das crianças se tornou uma grande dificuldade. Segundo a autora, alternativas tais como usar números, mencionar as crianças pelas iniciais ou as primeiras letras do seu nome foram recusadas, pois isso negava a sua condição de sujeitos, desconsiderava a sua identidade, simplesmente apagava quem eram e as relegava a um anonimato incoerente com o referencial teórico que orientava a pesquisa. A autora salienta ainda que com a preocupação, no entanto, de não revelar a identidade das crianças, seja porque estudavam na única escola da região e seus depoimentos traziam muitas críticas à escola e às professoras, a revelação dos nomes se constituía em risco real, tornando-se necessário, em muitas situações, usar nomes fictícios. Em alguns contextos, diante do grande envolvimento e da integração entre pesquisador e crianças, foi decidido pedir para as crianças escolherem os nomes com que queriam aparecer na versão oficial do trabalho (KRAMER 2002). Nesse sentido, não há dúvida de que as vozes das crianças e adolescentes precisam ser ouvidas e divulgadas, entretanto, não se pode deixar de considerar que expor essa população pode aumentar o risco de vida que correm, por isso, as implicações éticas na pesquisa com crianças e adolescentes exigem do pesquisador extrema atenção e cuidados.

Dessa forma, o pesquisador deve estar atento a todos esses aspectos, já que cada pesquisa envolve situações diversas e distintas, não havendo, portanto, na pesquisa com crianças uma metodologia exclusiva, pois cada estudo apresenta suas especificidades, e

explicitar ou não nomes e utilizar rostos em imagens, por exemplo, dependerá dos objetivos da pesquisa e suas implicações.

Conhecer o ponto de vista das crianças é algo delicado e, por isso, é necessário cruzar os diálogos em grupos com vários instrumentos como desenhos, fotografias, filmagens, literatura infantil de um modo geral, dentre outras, por serem recursos diversificados que possibilitam uma maior compreensão e fidelidade em relação ao ponto de vista da criança. É interessante salientar que pesquisar com crianças requer do pesquisador uma série de habilidades e também muita sensibilidade em captar as mensagens das mesmas, pois as crianças têm geralmente um modo particular de usar a linguagem. É necessário o pesquisador assumir como legítimas as formas de comunicação das crianças, mesmo que os significados que elas atribuem às suas experiências não sejam os mesmos atribuídas pelo pesquisador. Desse modo, será feita no tópico a seguir, uma discussão acerca da construção e evolução do conhecimento e da representação na criança da realidade na qual estão inseridas.

## **2.5 Construção e evolução do conhecimento**

Desde os tempos primitivos o homem tem buscado respostas para os diversos fenômenos ao seu redor. Segundo Delval (2002), explicar consiste em construir modelos adequados de como os fenômenos ocorrem. A partir dessa premissa, existe no meio científico, há milhares de anos, a preocupação de vários estudiosos em entender e explicar como se constrói e evolui o conhecimento. De acordo com Barreto (2011, p. 18) *a busca de explicações sobre como as crianças pensam, como se desenvolvem e como adquirem o conhecimento sobre o mundo foi criando diferentes teorias sobre o desenvolvimento e o processo de ensino-aprendizagem.* O epistemólogo suíço Jean Piaget (1896-1980) foi um desses estudiosos que, para explicar o desenvolvimento humano, partiu da ideia de que os atos biológicos são atos de adaptação ao meio físico e organizações do meio ambiente, sempre procurando manter um equilíbrio. Piaget construiu sua teoria ao longo de 60 anos de pesquisa, sendo esta considerada por muitos teóricos extremamente ampla e complexa. Ele se interessou, principalmente, em descobrir quais os fatores influenciavam no desenvolvimento dos seres humanos e como explicar esse desenvolvimento, o que o levou a questionar sobre a origem e evolução do conhecimento. De acordo com Barreto (2010):

A problemática inicial de Piaget é fundamentalmente filosófica. As questões levantadas são: o que é conhecimento? O que conhecemos? A partir dessas questões iniciais, outra pergunta toma forma e se transforma na questão básica de reflexão e estudo: Como se passa de um estado de menor conhecimento a outro de maior conhecimento? (Barreto 2010, p. 2).

Dessa forma, o próprio Piaget intitula de Epistemologia Genética sua teoria que consiste no estudo do conhecimento desde seu início, onde busca compreender como o ser humano, enquanto sujeito epistêmico<sup>2</sup>, chega ao conhecimento, como aprende, como se desenvolve, como se aprimora. Piaget afirma que o problema específico da Epistemologia Genética é do aumento do conhecimento, ou seja, da passagem de um conhecimento menos evoluído a um saber mais evoluído, mais complexo em compreensão e extensão (BARRETO, 2010).

Segundo Barreto (2011), cada teoria baseia-se em um “modelo” de ser humano, ou seja, cada uma considera a criança de modo diferente. A diferença nos pressupostos dos maiores teóricos deriva-se, em parte, do fato de que cada um deles se vê interessado em um aspecto distinto da criança, querendo explicar os diferentes ângulos do seu desenvolvimento de acordo com sua formação, visão do mundo e contextualização histórica. Dessa forma, segundo Barreto (2011, p. 18) *as teorias não podem ser simplesmente contrastadas, pois cada uma constitui seu objeto de forma diferente*. As principais correntes podem ser explicadas pelo menos a partir de três perspectivas, ou seja, seguindo três pressupostos básicos: Empirismo/Ambientalismo<sup>3</sup>, Inatismo/Apriorismo<sup>4</sup> e Interacionismo/Construtivismo<sup>5</sup>.

Piaget se posicionou em uma visão interacionista/construtivista no que diz respeito à origem do conhecimento. Nesta visão teórica, não há dissociação dos pressupostos orgânicos e ambientais, ou seja, esses dois fatores exercem influência mútua. O conhecimento não é inato nem adquirido, mas é construído. A criança nasce com características hereditárias, que são marcantes para seu desenvolvimento posterior, assim como recebe influência do meio em que vive (BARRETO, 2011). Desse modo,

---

2 O sujeito epistêmico é o sujeito universal, independente de raça, sexo, cor, origem, posição geográfica. Esse sujeito é o responsável pelo seu próprio desenvolvimento; é o centro ativo, operativo, cognitivo, de decisão e de iniciativa, de tomada de consciência (BARRETO, 2011).

3 Para esta corrente teórica, o conhecimento é adquirido por meio de informação externa (BARRETO, 2011).

4 Nesta concepção o desenvolvimento é determinado basicamente por fatores biológicos. Características tanto físicas quanto biológicas passam de pai para filho, e o conhecimento é pré-formado, inato (BARRETO, 2011).

5 Nessa concepção o conhecimento é constituído pela interação do sujeito com o mundo. Considera tantos fatores orgânicos como ambientais, embora nenhum sozinho seja determinante.

Piaget acreditava que o conhecimento não era inerente ao próprio sujeito, como postula o apriorismo, e nem provém totalmente das observações do meio que o cerca, como postula o empirismo. Ele considera que o sujeito é ativo em todo o processo de construção do conhecimento, onde há uma constante interação tanto física quanto mental entre o sujeito e o objeto, modificando-o e ao mesmo tempo sendo modificado por ele, construindo e estruturando seu conhecimento (BARRETO, 2010).

Para Piaget, existem três diferentes tipos de conhecimento: conhecimento físico, conhecimento lógico-matemático e conhecimento social. O conhecimento físico é o conhecimento das propriedades físicas de objetos e eventos e a criança o adquire agindo sobre um objeto e manipulando-o com os seus sentidos. O conhecimento lógico-matemático é o conhecimento construído a partir do pensar sobre as experiências com objetos e eventos e também necessita da ação da criança. Ao contrário dos outros tipos de conhecimento, o conhecimento social é o conhecimento sobre o qual os grupos sociais ou culturais chegam a um acordo por convenção. Regras, leis, moral, valores, ética e o sistema de linguagem são exemplos de conhecimento social. Este tipo de conhecimento se origina na cultura e pode ser diferente de um grupo para outro. Além disso, não pode ser extraído das ações sobre os objetos como acontece com o conhecimento físico e das relações lógicas como o conhecimento lógico-matemático. O conhecimento social é construído pela criança a partir de suas ações na interação com outras pessoas (adultos e outras crianças) e na transmissão social (BARRETO, 2010). Como salienta Barreto (2010):

Considerar que existem diferentes tipos de conhecimento, ou seja, conhecimentos de diferentes classes, significa explicar a aquisição de conhecimento por meio de diferentes fontes: os objetos, as pessoas e o próprio sujeito. Esse tipo de classificação releva aspectos do conhecimento que muitas vezes não são valorizados na escola e mesmo na sociedade, como o conhecimento social (BARRETO, 2010, p. 12).

Ainda de acordo com a perspectiva Piagetiana, Barreto (2010, p. 2) salienta que *os conhecimentos não são simples produtos da aprendizagem, de condições inatas ou de processos sócio-linguísticos*. Eles não procedem da simples experiência dos objetos, e nem de uma programação inata pré-formada no sujeito, mas de construções sucessivas de novas estruturas<sup>6</sup> (BARRETO, 2010). Assim, na perspectiva Piagetiana, o

---

<sup>6</sup> A noção de Estrutura é mais frequentemente utilizada para designar as formas de organização dos raciocínios, a maneira de interagir no mundo e explicar os caminhos que os esquemas percorrem até chegar as estruturas lógicas (BARRETO, 2011).

desenvolvimento cognitivo do sujeito é um processo de sucessivas mudanças qualitativas e quantitativas das estruturas.

É interessante salientar que, para compreender os tipos de conhecimento, temos que recorrer ao conceito de abstração, que explica que existem diferentes tipos de ação, ou seja, explica como acrescentamos relações a realidade. Piaget divide a abstração em dois tipos: **abstração empírica**, em que o sujeito retira as informações a partir de sua ação sobre os objetos e **abstração reflexiva (reflexionante)**, em que o sujeito retira informações a partir das coordenações de ações e não dos objetos diretamente. A abstração reflexionante pode ser de dois tipos: abstração pseudo-empírica em que os objetos são suporte à atividade do sujeito e a abstração reflexiva em que há tomada de consciência, uma vez que a reflexão consiste em tomada de consciência e em uma possibilidade de formalização (BARRETO, 2010).

No sistema piagetiano, há ainda um conceito fundamental que é o de equilíbrio, sendo este um fator central do desenvolvimento mental. A Teoria da Equilíbrio explica como ocorre o desenvolvimento, ou seja, explica a gênese das estruturas e a passagem de um nível de desenvolvimento para outro. De acordo com Barreto (2010):

A equilíbrio resulta de duas tendências do sistema cognitivo: a de se alimentar (assimilação) e a de se modificar (acomodação). O conceito de equilíbrio ilustra e sustenta as perspectivas piagetianas fundamentais, principalmente o construtivismo, que atribui um papel estruturante às atividades do sujeito na dialética entre o sujeito e o objeto do conhecimento (BARRETO, 2010, p. 12).

Para compreender o processo de construção do conhecimento e do desenvolvimento Piaget considerou a existência de quatro fatores gerais. Na obra “A Psicologia da Criança”, escrita por Piaget e Barbel Inhelder (1966), os autores propõem os fatores: maturação e hereditariedade, exercício e experiência, interações e transmissões sociais e equilíbrio, além da afetividade que, apesar de não ser considerado um fator do desenvolvimento, é considerado um componente do desenvolvimento intelectual, dessa forma, presente em toda ação física ou mental.

A *maturação* e a *hereditariedade* não explicam, sozinhas, o desenvolvimento, porém, desempenham um papel importante no sentido de fornecer possibilidades de interação com o meio, ou seja, determinam somente o alcance das possibilidades, mas não causa atualização nas estruturas cognitivas. Isso porque os fatores herdados

colocam amplas restrições ao desenvolvimento cognitivo, restrições que mudam à medida que a maturação progride (PIAGET; INHELDER, 1966).

O *exercício* e a *experiência* também exercem importância na construção do conhecimento e no desenvolvimento cognitivo, pois, para se conhecer é necessário agir sobre os objetos do mundo (físico e social) e estabelecer relações, e isso ocorre à medida que o sujeito age sobre eles de diferentes formas, experimentando suas possibilidades. Piaget ressalta dois tipos de experiências: a experiência física, que resulta em conhecimentos adquiridos pela experiência com os objetos e suas relações a partir da “abstração empírica”, que consiste em agir sobre o objeto para abstrair dele suas propriedades observáveis; e a experiência lógico-matemática, que consiste em agir sobre os objetos para conhecer o resultado da coordenação das ações, ou seja, o conhecimento é construído a partir das relações que as crianças constroem ao agirem sobre os objetos a partir da abstração reflexionante, que consiste em retirar informações de sua coordenação de ações e não diretamente dos objetos (PIAGET; INHELDER, 1966).

As *interações* e as *transmissões sociais*, de extrema importância para o presente estudo, contribuem principalmente para a construção do conhecimento social, que se dá a partir do intercâmbio entre as pessoas, ou seja, a partir das ações e interações com os outros. Por mais que a ideia de transmissão social possa evidenciar que a criança seja receptora, a ação social é ineficaz sem uma assimilação ativa da criança, o que supõe instrumentos operatórios adequados e sempre ação da criança (PIAGET; INHELDER, 1966).

Por fim, o quarto e mais importante fator, a *equilibração*, ainda que não seja determinante no processo de desenvolvimento, coordena e regula os outros três fatores, além de fazer surgir estados progressivos de equilíbrio. Embora a equilibração seja necessária para conciliar as contribuições dos outros fatores, ela também possui suas próprias características, sendo, como pontua Barreto (2010), um processo interno que pode ser observado a partir de construções parciais feitas pelo sujeito e na passagem de um estágio de desenvolvimento para outro.

Apesar de não estar relacionado de forma mais profunda com os fatores gerais para o desenvolvimento mental, a afetividade (motivação e seleção) deve ser considerada, pois Piaget considera o desenvolvimento intelectual como tendo dois componentes: um cognitivo e um afetivo. O aspecto afetivo tem uma profunda influência sobre o desenvolvimento intelectual e, embora este aspecto em si não possa

modificar as estruturas cognitivas, ele pode influenciar quais estruturas modificar (Barreto, 2010).

Além dos fatores de desenvolvimento mental, Piaget explica muitos aspectos do pensamento e comportamento das crianças considerando que estas passam por estágios<sup>7</sup> de desenvolvimento. A classificação por estágios é um meio para compreender o processo de desenvolvimento da espécie humana. Como salienta Barreto (2010, p. 2), *o estágio foi definido por Piaget como forma de organização da atividade mental, sob seu duplo aspecto: por um lado, motor e intelectual, por outro, afetivo*. Os estágios do desenvolvimento definidos por Piaget são: sensório-motor (0 a 2 anos), pré-operatório (2 a 7 anos), operatório-concreto (7 a 11 anos), operatório formal (11 a 15 anos ou mais). É interessante enfatizar que a idade de aparição dessas estruturas é apenas norteadora e o mais importante é a ordem em que esses estágios aparecem. Ou seja, as idades cronológicas, durante as quais se espera que as crianças desenvolvam comportamentos representativos de um dado estágio não são fixas, porém, toda criança passa pelos estágios do desenvolvimento cognitivo na mesma ordem (BARRETO, 2010).

O período sensório-motor (0 a 2 anos) tem como característica principal a ausência da função semiótica, ou seja, a criança não representa mentalmente os objetos, em que sua ação é direta sobre eles, isto é, ela não possui nessa fase capacidade de representação. A estimulação e percepção do ambiente é principalmente de natureza sensorial (visão, audição, tato, paladar e olfato) e motora (movimentos com o corpo). De acordo com Barreto (2010):

Muito do conhecimento construído durante os dois primeiros anos de vida é conhecimento físico, conhecimento sobre as características físicas dos objetos. Um bebê descobre as propriedades dos objetos do seu ambiente manipulando-os. Durante a maior parte deste período o afeto é dirigido a si mesmo e às próprias atividades e só mais tarde aparece à possibilidade de dirigir afeto a outros objetos e pessoas além de si mesmo (BARRETO, 2010, p. 39).

O segundo período, que é o pré-operatório (2 a 7 anos), caracteriza-se principalmente pelo egocentrismo intelectual, ou seja, a criança ainda não se mostra capaz de se colocar na perspectiva do outro, o seu pensamento é estático e rígido, a

---

<sup>7</sup> Os estágios ou períodos são um instrumento metodológico, de classificação que descreve o desenvolvimento do pensamento ao longo de um *continuum* (BARRETO, 2011).

criança só capta estados momentâneos, sem juntá-los em um todo. Desta forma, o pensamento da criança é pré-lógico.

É nesse período que aparece a função simbólica que possibilita a criança a interiorizar suas ações. De acordo com Barreto (2010):

Este período tem início com as primeiras simbolizações rudimentares que aparecem no final do período sensório-motor. Trata-se do período no qual a criança realiza suas primeiras tentativas relativamente desorganizadas e hesitantes de enfrentar um mundo novo e estranho de símbolos. Este estágio é caracterizado pelo desenvolvimento da linguagem e outras formas de representação e pelo rápido desenvolvimento conceitual. O raciocínio, neste estágio, é pré-lógico ou semiológico (BARRETO, 2010, p. 39).

No período operatório-concreto (7 a 11 anos) a criança desenvolve a habilidade de aplicar o pensamento lógico a problemas concretos e já desenvolve noções de tempo, espaço, velocidade, ordem, casualidade, dentre outras, pois já é capaz de relacionar diferentes aspectos e interiorizar dados da realidade e seu pensamento é lógico. Nesse período sua organização mental é integrada, porém, ela necessita ainda daquilo que é concreto para apoiar seu pensamento. Aqui, a criança se apresenta cada vez mais social e menos egocêntrica intelectualmente, nota-se a elevação do nível intelectual em relação ao pensamento pré-operatório em todos os aspectos. No entanto, o uso funcional da lógica não significa atingir o nível mais elevado do uso das operações lógicas. As crianças ainda apresentam dificuldade em lidar com problemas hipotéticos, puramente verbais ou abstratos, sendo assim, devemos entender este estágio como um período de transição entre o pensamento pré-lógico e o pensamento totalmente lógico, típico das crianças mais velhas que atingiram as operações formais (WADSWORTH, 1999).

Já no período operatório formal (11 a 15 anos ou mais), a representação da criança e do adolescente permite a abstração total. Eles já não se limitam mais à representação imediata nem somente às relações previamente existentes, pois já são capazes de pensar em relações possíveis e levantar hipóteses distinguindo o mundo real do mundo possível.

Tem como principais características: o pensamento hipotético-dedutivo, ou seja, formal – raciocínio sobre problemas hipotéticos; o raciocínio indutivo – capacidade de transitar entre os fatos específicos às conclusões gerais; e a abstração reflexiva, que está presente em todos os estágios, mas, aqui, apresenta-se em seu nível mais elevado de abstração. A partir desse estágio o pensamento não muda, ou seja, não há mudança estrutural na

qualidade do raciocínio, pois o que se espera é que o conteúdo e a função da inteligência continuem a progredir (WADSWORTH, 1999).

Barreto (2010, p. 41) salienta que *as capacidades cognitivas do adolescente com as operações formais já consolidadas são qualitativamente iguais as do adulto. À medida que cresce o que muda não é o pensamento, mas o conteúdo e a tomada de consciência.* Após esse estágio, as estruturas cognitivas do adolescente alcançam seu nível mais elevado de desenvolvimento, a partir daí não haverá mais mudança estrutural na qualidade de raciocínio, já que os adolescentes tornam-se aptos a aplicar o raciocínio lógico a todas as situações.

Segundo a Teoria Piagetiana, os diferentes estágios colocam a criança frente a diferentes desafios e possibilidades para lidar com os obstáculos e oportunidades ao se adaptar ao meio. Ou seja, na construção do conhecimento as estruturas próprias de cada estágio possibilitam algumas ações do sujeito, ao mesmo tempo em que o limita, fazendo-o necessitar de estruturas mais complexas para lidar com certos conteúdos. No entanto, os diversos tipos de conhecimentos, dentre eles o conhecimento social, vêm sendo construído desde os primeiros estágios e no decorrer do desenvolvimento vai se tornando mais complexo. É através do contato com outro e, principalmente, através das trocas sociais que a criança dá início a construção de suas representações da realidade.

Montoya (2008) ressalta que, na obra de Piaget, o termo “representação” possui dois sentidos, que embora se refiram a entidades psicológicas diferentes são, ao mesmo tempo, complementares. No sentido mais estreito, refere-se à capacidade de evocar objetos, ações e situações particulares ausentes, ou seja, à capacidade de utilizar significantes diferenciados de seus significados, reduzindo-se a uma evocação simbólica. Esse tipo de representação é denominada de representação imagética ou imagem mental. No sentido mais amplo, refere-se à representação conceptual, que se confunde com o pensamento representativo, pois não se apoia simplesmente nas percepções e nos movimentos, mas sim, em um sistema de conceitos ou de esquemas mentais.

Na presente pesquisa o termo representação é empregado em um sentido amplo, de representação de mundo, como ato de conceber, ou criar mentalmente, de formar ideias; como noção, ideia, conceito, compreensão, ponto de vista, etc., como proposto por Piaget em sua obra “A Representação do Mundo na Criança” (1926/2005).

Embora esses dois sentidos possam ser identificados para o termo representação na teoria, Piaget classifica, a partir do estágio pré-operatório, cinco tipos de representação, apresentados por Barreto (2010) em sua ordem de aparecimento:

*Imitação diferida:* é a imitação de objetos e eventos já distantes há algum tempo, ou seja, ela se baseia na ausência do modelo. A imitação diferida demonstra que a criança desenvolveu a capacidade de representar mentalmente o comportamento imitado.

*Jogo simbólico:* a natureza do jogo simbólico é imitativa, porém, ele também é uma forma de auto-expressão, tendo a si mesmo como expectador, pois a criança não tem a intenção de se comunicar com os outros. Nesse jogo a criança cria símbolos para representar qualquer coisa que ela deseja.

*Desenho ou imagem gráfica:* no estágio pré-operatório cresce o empenho das crianças em representar coisas por meio de desenho, que se torna cada vez mais realístico, apesar de as crianças desenharem o que imaginam, e não o que vêem.

*Imagem mental:* são representações internas (símbolos) de objetos ou de experiências perceptivas passadas, embora não sejam cópias fidedignas. São consideradas como símbolos por serem imitação de percepções e, portanto, guardarem uma similaridade com elas.

*Linguagem:* a linguagem permite a evocação de acontecimentos não atuais. É por volta dos 2 anos que a criança começa a usar palavras faladas para representar um objeto. O rápido desenvolvimento desta forma de representação simbólica é importante por apresentar um caráter instrumental, na medida em que facilita o desenvolvimento conceitual que ocorre nesse estágio.

Pode-se perceber, então, que as crianças, desde pequenas, buscam compreender o mundo ao seu redor e lhe dar significações. Para isso, elas, no contato com o mundo físico e social, constroem representações sobre esse mundo, que se diferenciam das representações dos adultos. Ou seja, as crianças se colocam questões e tentam explicar o mundo ao seu redor de maneira diferente do adulto. Porém, entre as crianças pode-se observar uma semelhança nas explicações que apresentam, o que permite identificar aspectos gerais nas suas representações sobre diferentes conteúdos e que esses aspectos sofrem mudanças à medida que a idade avança. Embora o pensamento e o modo de explicar e dar significado aos fenômenos nas crianças sejam diferentes, comparados aos dos adultos, seu pensamento tem uma coerência interna, ainda que seguindo suas próprias regras.

Diante disso, é imprescindível que no estudo das representações se conheçam as características do pensamento infantil que nos ajudam a explicar melhor a qualidade das respostas e seu conteúdo. De acordo com Piaget (1926/2005), algumas das características presentes no pensamento da criança e, conseqüentemente, nas representações infantis, referem-se ao realismo, ao animismo e ao artificialismo.

Para compreender a representação do mundo na criança, o primeiro passo é saber se ela pode diferenciar o mundo exterior do seu eu, assim como os adultos o fazem. A lógica da criança se desenvolve através da socialização do pensamento e também do rompimento do egocentrismo infantil. Se a criança não atingir objetividade em sua lógica, o resultado é um egocentrismo intelectual (reflexos do realismo, animismo e artificialismo), que a faz acreditar que todos têm o mesmo ponto de vista dela. Sendo assim, o realismo infantil é a indiferenciação que a criança tem entre o “eu” e o mundo exterior, em que ela ignora a existência de sua subjetividade tornando sua perspectiva objetiva e absoluta. Os primeiros interesses da criança são realistas e suas brincadeiras e desenhos são imitações, ela ignora o “eu” e o pensamento e confunde o verdadeiro com o imediato. Por não haver consciência de si, a criança pensa que todos pensam como ela.

Em relação ao animismo, como a criança não diferencia o mundo psíquico do físico e não percebe limites entre o interno e o externo, ela acaba dando consciência as coisas. Os objetos, que para os adultos são corpos inertes, têm para as crianças uma ação intencional ou vida própria. Já o artificialismo é a explicação de fenômenos naturais como se fossem fabricados pelos seres humanos para lhes servir como todos os outros objetos.

Essas tendências intelectuais, que são comuns nas crianças, demonstram que mesmo que elas estejam inseridas no mundo social, com constante interação com a realidade que as cercam, não têm, ao nascer, uma representação sobre este mundo e nem dispõe de estruturas intelectuais completas, por isso, elas necessitam que ambas sejam construídas conjuntamente por meio da socialização.

Mas no decorrer da sua interação e experiências no mundo surge então, de forma mais simples, seus primeiros esquemas de representação na transição do primeiro estágio (sensório-motor) para o segundo estágio (pré-operatório). E é ao passar por diferentes experiências que a criança tende a superar cada vez mais seu egocentrismo intelectual, como também, as características desse tipo de pensamento, aproximando cada vez mais suas ideias da realidade. É no intercambio de pensamento com os outros

que somos capazes de notar nosso ponto de vista, para coordenar internamente relações que derivam de pontos de vista diferentes (PIAGET, 1987; RICHMOND, 1981).

Diante do exposto, tem-se sentido a necessidade de realização de pesquisas específicas nessa área de conhecimento, para contribuir com o conhecimento mais profundo sobre quais são e como evoluem as representações que os sujeitos constroem para dar sentido à sua realidade social.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com base nos objetivos propostos, a pesquisa realizada foi de abordagem qualitativa e, segundo Minayo (2010):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, *et all*, 2010, p. 21).

Desse modo, a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade não quantificada, pois ela trabalha com o universo das relações sociais que são cobertas de crenças, valores, atitudes e hábitos, correspondendo a um espaço muito mais profundo das relações.

Para Minayo (2008), o ciclo de uma pesquisa qualitativa é um processo em “espiral”, pois seu início é marcado por uma pergunta que, ao ser respondida, cria sucessivamente novos questionamentos e dúvidas. Minayo (2008) diz ainda que o processo de trabalho de uma pesquisa qualitativa divide-se em três partes:

A primeira é a fase exploratória, que ocorre quando o pesquisador se prepara para entrar em campo, onde ele define os procedimentos para iniciar seu trabalho como; escolha do objeto, organização da teoria e da metodologia, criação das hipóteses, descrição dos instrumentos de trabalho; enfim, é a fase em que o pesquisador pensa todo cronograma e os procedimentos necessários para o trabalho de campo. A segunda fase é o trabalho de campo, quando são combinados os instrumentais de observação, comunicação, levantamento de dados e confirmação ou não das hipóteses. Por fim, a terceira etapa é a análise e tratamento do material empírico e documental, em que ocorre a compreensão e interpretação dos dados levantados na segunda fase, articulando-a com a teoria, ou seja, onde ocorre, então, a análise propriamente dita dos dados coletados.

A pesquisa realizada foi do tipo exploratória, que geralmente é recomendada para problemas investigativos em que o conhecimento na área é muito reduzido. Assim sendo, a presente pesquisa é do tipo exploratória devido aos poucos estudos existentes em relação ao conhecimento social das crianças e dos adolescentes que estão em situação de acolhimento institucional, especialmente utilizando-se o Método Clínico Piagetiano.

O delineamento desta pesquisa de natureza qualitativa é caracterizado pelo método de estudo de caso<sup>8</sup>. Tal tipologia, de acordo com Triviños (1987), é compatível com o tema do estudo em questão e permite analisar não só os aspectos objetivos, mas também os aspectos subjetivos das pessoas envolvidas (crianças e adolescentes, profissionais da rede de atendimento, etc.).

De acordo com Gil (1994), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo exaustivo e profundo de poucos objetos, de forma a permitir seu conhecimento amplo, específico e detalhado. É interessante salientar que a opção pelo modo de investigação denominado estudo de caso também se justifica pelo fato de o problema formulado evidenciar a importância de compreender como certos fenômenos ocorrem dentro de circunstâncias, em que a possibilidade de controle sobre os eventos ocorridos é mínima (GODOY, 1995).

O tipo de pesquisa também é descritiva pois buscou descrever características de uma população por meio do estudo de suas crenças e representações. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Considera-se também pesquisa descritiva aquelas que visam descrever características de um grupo, como também o estudo do nível de atendimento de entidades e o levantamento de opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Por se caracterizar como uma pesquisa exploratória, o método de coleta e análise dos dados utilizado foi o Método Clínico Piagetiano. A escolha deste método se justifica pelo fato de, além de ser um método que possibilita a descoberta das tendências do pensamento das crianças e adolescentes que, de outro modo, seriam inimagináveis, é também um método de livre conversação sobre um tema dirigido pelo investigador. Este orienta o curso do interrogatório e é dirigido pelas respostas do sujeito, ou seja, onde ocorre uma intervenção sistemática do pesquisador com o sujeito pesquisado.

No livro “A Representação do Mundo na Criança” escrito por Jean Piaget em 1926, o autor se propõe a estudar quais as representações do mundo físico surgem espontaneamente nas crianças ao longo dos diferentes estágios de seu desenvolvimento. No contexto histórico da criação desta obra, existiam poucas opções metodológicas para o estudo do pensamento da criança, se restringindo basicamente aos testes e a

---

8 Segundo Yin (2001), o estudo de caso tem o foco em fenômenos contemporâneos e trata-se de uma estratégia escolhida pelo pesquisador quando se tem pouco controle sobre os eventos e não se pode manipular o comportamento dos sujeitos envolvidos.

observação. Apesar de reconhecer a importância desses métodos, Piaget acreditava que tanto os testes quanto a observação pura apresentavam algumas desvantagens.

No caso dos testes, Piaget salienta que, embora estes pudessem ser úteis para um diagnóstico individual, já que consistem em submeter à criança a provas organizadas, sendo feitas as mesmas perguntas para todos os sujeitos e sob as mesmas condições, este instrumento se mostrava inadequado devido à possibilidade que o investigador tinha de falsear o pensamento da criança no momento do interrogatório, não permitindo, assim, uma análise satisfatória dos dados. Já observação pura apresentava desvantagens por se tratar de um método muito trabalhoso, sendo impossível observar um grande número de crianças nas mesmas condições. Nesse caso, Piaget coloca como os dois principais inconvenientes sistemáticos do método da observação pura: a dificuldade da criança comunicar espontaneamente o seu pensamento devido ao seu egocentrismo intelectual e a dificuldade de discernir, na criança, o que é brincadeira e o que é crença.

É a partir deste contexto que Piaget cria o Método Clínico, que é um método investigativo inspirado no método de exame clínico clássico empregado na psiquiatria. A intenção de Piaget era criar um sistema de estudo do desenvolvimento do conhecimento que reunisse os recursos dos testes e da observação pura, evitando ao mesmo tempo seus inconvenientes. Para Piaget (1926/2005), é fundamental para o êxito do Método Clínico a existência de uma hipótese que dirija as indagações e que dê segurança ao investigador.

O bom experimentador deve, com efeito reunir duas qualidades frequentemente incompatíveis: saber observar, ou seja, deixar a criança falar, não calar nada, não desviar nada e, ao mesmo tempo, saber buscar alguma coisa precisa, ter a cada momento alguma hipótese de trabalho, uma teoria, verdadeira ou falsa, a controlar (Piaget, 1926/2005, p.15).

Nessa perspectiva, ao se utilizar o Método Clínico pode-se dizer que há uma dialética no interrogatório, em que o investigador deve estar sempre atento nas respostas dadas pela criança e na hipótese que acompanha todo o interrogatório, pois ele precisa retirar dessas respostas novas perguntas, visando complementar a informação quando necessário, ou levar a uma verificação ou reformulação da pergunta.

Até se chegar à fase reconhecida atualmente, o Método Clínico sofreu várias modificações, vinculadas à mudança dos objetos de investigação de Piaget e, também, das particularidades das situações experimentais passando do interrogatório totalmente

verbal para inclusão de situações problema onde houve uma troca dos intercâmbios puramente verbais por intercâmbios de ação e, mais tarde, recorreu a um procedimento misto, nem totalmente verbal, nem só baseado na ação, sendo incluída a manipulação de materiais para que as crianças pudessem revelar sua forma de pensamento.

Segundo Delval (2002), o Método Clínico se caracteriza pela flexibilidade que permite o ajuste das condutas do sujeito, permitindo que se encontre o sentido daquilo que ele vai fazendo e dizendo por meio da intervenção sistemática do entrevistador. Desse modo, a intervenção sistemática do experimentador diante da atuação do sujeito e, com a resposta às suas ações e explicações, é a essência do método, pois é aquilo que ele tem de mais específico e que o diferencia de outros métodos.

É fundamental salientar que o Método Clínico não se resume a apenas conversas com as crianças, mas é utilizado para investigar como elas pensam, percebem, sentem e agem. Embora seja usada a entrevista verbal, a essência do método não está na entrevista, mas sim *no tipo de atividade do experimentador e de interação com o sujeito* (DELVAL, 2002, p. 67). Diante do exposto, a riqueza de situações que podem ser incluídas nas entrevistas faz do Método Clínico um instrumento de avaliação dinâmico, interessante, revelador, criativo e reflexivo tanto para o entrevistador, como para o entrevistado. Devido a essas características, a utilização do método clínico baseou-se no pressuposto de que os sujeitos têm uma estrutura de pensamento coerente, constroem representações da realidade ao seu redor e revelam isso durante a entrevista ou por meio de suas ações.

Portanto, na interação entre experimentador e sujeito, o primeiro deve buscar sempre se perguntar sobre o significado da conduta do sujeito e a relação com suas capacidades mentais. Ou seja, para que o experimentador compreenda melhor os sentidos atribuídos pelo sujeito nas falas e ações, ele precisa ir formulando hipóteses, durante a entrevista, sobre a explicação dada pelo sujeito, suas razões e seus sentidos, modificando- as continuamente diante da conduta do sujeito (DELVAL, 2002).

Além disso, Delval (2002) salienta que o Método Clínico comporta três tipos de entrevistas: aberta, semi-estruturada e estruturada, que podem ser adequadas de acordo com os objetivos da pesquisa. A entrevista aberta consiste em uma conversa aberta com o sujeito pesquisado, na qual se procuram seguir suas ideias e explicações sobre um determinado tema, explorando com total liberdade as respostas dos sujeitos, podendo variar de um sujeito para outro (DELVAL, 2002).

Na entrevista semi-estruturada existem perguntas básicas que são comuns a todos os sujeitos envolvidos na pesquisa, mas essas perguntas:

[...] vão sendo ampliadas e complementadas de acordo com as respostas dos sujeitos para poder interpretar o melhor possível o que vão dizendo. As respostas orientam o curso do interrogatório, mas se retorna aos temas essenciais estabelecidos inicialmente. É o tipo de entrevista mais empregado na pesquisa (DELVAL, 2002, p. 147).

O terceiro tipo de entrevista é a estruturada, na qual estão previstos os diferentes tipos de resposta que o sujeito dá às perguntas que são feitas. A organização das perguntas neste tipo de entrevista tem, portanto, uma estrutura ramificada (DELVAL, 2002).

Para o estudo das representações infantis acerca do mundo social, geralmente, é feita uma entrevista verbal e semi-estruturada com ou sem material de apoio ao pensamento, o que irá depender dos objetivos da pesquisa ou da idade das crianças entrevistadas. As perguntas feitas pelo experimentador na entrevista seguem um roteiro previamente estabelecido, porém, caso seja necessário, perguntas complementares vão sendo acrescentadas para melhor compreensão e esclarecimento da fala do sujeito. Neste sentido, Delval (2002) ressalta que a entrevista deve contar com um núcleo básico de perguntas sempre orientadas por hipóteses e objetivos que se relacionam com o problema de pesquisa. Isso se aplica tanto às perguntas básicas como às perguntas complementares que devem ser feitas em função das respostas do sujeito:

[...] embora o método clínico seja um procedimento de entrevista aberta, é útil dispor de um núcleo básico de perguntas que se refiram aos aspectos fundamentais de nossa pesquisa e que, portanto, devem ser feitas a todos os sujeitos para que depois se possam comparar as respostas (DELVAL, 2002, p.98).

Assim sendo, na entrevista clínica encontramos dois tipos de perguntas: as *básicas*, que são as que fazem parte do roteiro e são iguais para todos os sujeitos, e as *complementares*, feitas para esclarecer o que o sujeito diz, sendo, portanto, diferenciadas entre os entrevistados (DELVAL, 2002).

Após a realização e gravação da entrevista, é feita sua transcrição para posterior análise dos dados. Então, após reunir os dados da pesquisa, parte-se para a tarefa mais complexa, principalmente devido às características do método de não haver um procedimento geral para realizá-la e, também, pela variedade de dados. É a etapa que demanda um maior tempo por se tratar da fase onde devem ser tomadas muitas decisões

difíceis, que exigem do (a) pesquisador (a) uma análise apropriada, onde se deve extrair o máximo de informações importantes dos dados coletados. Além disso, é importante que o (a) pesquisador (a) se apoie nos seus objetivos e hipóteses para delimitação de sua meta. Embora a grande abertura do método traga dificuldades para a análise, possibilita a descoberta de coisas novas, o que só enriquece o trabalho.

É interessante ressaltar que esta análise se inicia durante o processo de coleta de dados, pois a partir das primeiras entrevistas já é possível encontrar respostas que se repetem e que parecem ter predominância em uma determinada idade. É importante, também, no momento da transcrição da entrevista, já ir analisando as respostas, pois se forem encontradas deficiências que possam prejudicar os resultados, ainda haverá tempo para fazer as devidas modificações.

De acordo com Delval (2002, p. 211), *o trabalho de analisar os dados consiste fundamentalmente em procurar extrair o que as respostas dos sujeitos têm de comum e geral*. Ou seja, ao analisar os dados, o (a) pesquisador (a) deve categorizá-los e, diante da grande variedade, ele deverá selecionar os tipos de respostas que vão surgindo.

Nesses tipos de respostas, encontraremos algumas que são parecidas, ainda que tenham formulações diferentes e, inversamente, outras que se expressam de forma parecida, mas correspondem a uma ideia diferente. Começa-se assim a estabelecer algumas categorias iniciais de análise, ainda muito incipientes e provisórias (DELVAL, 2002, p. 164).

Salienta-se que nem todas as respostas dos sujeitos na entrevista tem o mesmo valor para a pesquisa. Algumas respostas podem estar muito longe dos objetivos do pesquisador, que deve conhecer os diferentes tipos de respostas para poder diferenciá-las. Por isso, o experimentador tem a importante e difícil tarefa de distinguir os *cinco* tipos de respostas encontradas por Piaget em seus estudos a partir do Método Clínico. Conhecer e saber diferenciar esses cinco tipos de respostas é fundamental, pois o pesquisador terá que eliminar as consideradas irrelevantes para o propósito da pesquisa. As cinco formas usuais de respostas das crianças são: *crenças espontâneas, crenças desencadeadas, crenças sugeridas, respostas fabuladas e respostas não-importistas*.

As **respostas espontâneas ou crenças espontâneas** são as de maior valor para o pesquisador. Nelas o sujeito, a partir de perguntas adequadas, reflete constantemente sobre a realidade a sua volta mesmo que não tenha consciência dessa reflexão. As crianças muito pequenas muitas vezes nunca refletiram sobre um grande número de coisas, no entanto, são capazes de fazer isso quando pedimos (DELVAL, 2002).

As **respostas desencadeadas ou crenças desencadeadas** são também de grande valor para a pesquisa. Elas são precisamente produzidas no curso da entrevista e estão de acordo com o conjunto de concepções e com o nível de desenvolvimento da criança. As crenças desencadeadas surgem *na entrevista diante das perguntas do experimentador, mas elaboradas pelo sujeito e relacionadas com o conjunto de seu pensamento* (DELVAL, 2002, p. 137). O material de apoio poderá ser bastante útil para que as crianças e adolescentes possam discorrer sobre o que pensam e sentem.

As **respostas sugeridas ou crenças sugeridas** apresentam pouco valor para a pesquisa e devem ser evitadas pelo pesquisador. Elas são influenciadas pela intervenção do experimentador e não expressam o pensamento da criança. Esta crença aparece como resultado da própria entrevista e da proposição feita pelo pesquisador que acontece muitas vezes com pesquisador pouco experiente, mas que devem ser eliminadas da entrevista.

As **respostas fabuladas** têm pouco valor para o estudo da gênese desenvolvimento do conhecimento por se tratar de respostas que a criança inventa ao longo da entrevista porque lhe agrada e que não têm relação com o tema central. Elas podem nos dar indícios de soluções que as crianças dão a si mesmas quando não encontram melhores, porém, trata-se de um indício negativo, mas ainda são mais importantes do que as respostas não importistas.

Por fim, as **respostas não-importistas** relevam a falta de interesse do sujeito para realizar a atividade da pesquisa. A criança responde qualquer coisa, pois tem a intenção de acabar logo a tarefa. As respostas não-importistas e as sugeridas devem ser eliminadas, pois as primeiras só testemunham a incompreensão do sujeito estudado e a segunda revela o que o pesquisador queria que a criança dissesse (DELVAL, 2002).

De acordo com PIAGET (1926/2005), existem algumas regras e critérios que permitem que o pesquisador distinga melhor as respostas dos sujeitos. O Método Clínico é utilizado muitas vezes para o estudo da evolução do pensamento infantil, por isso, a essência desse método é situar cada resposta no contexto mental que a criança se encontra. Dentre os critérios apontados por Piaget em relação, por exemplo, as crenças sugeridas e o não-importismo, basta perceber que as primeiras não resistem as contra argumentações por serem momentâneas, já o segundo, pode ser facilmente identificado em comparação com a fabulação que é mais rica e sistematizada. Em relação às crenças espontâneas e as desencadeadas, ambas merecem atenção por parte do pesquisador, no entanto, diferenciá-las é difícil porque as duas resistem à sugestão do examinador por

terem raízes profundas no pensamento da criança. É importante ressaltar que no presente estudo a entrevista foi elaborada de modo a não obter respostas sugeridas.

Assim, a definição por esse procedimento metodológico parte do pressuposto que o Método Clínico é um instrumento de investigação que nos possibilita conhecer a originalidade do pensamento infantil e a maneira sistemática como veem o mundo, ou seja, a lógica do seu pensamento não é a mesma dos adultos. Muito antes do que se pensa, as crianças concebem a sua percepção do mundo, criam suas teorias, formulam suas respostas (PIAGET, 1926/2005). Coube-nos conhecer nesta pesquisa como as crianças e adolescentes, em situação de acolhimento, constroem suas representações sobre a convivência familiar e comunitária.

### **3.1 Sujeito e situação experimental**

Segundo informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Viçosa – MG, até o ano de 2007, a cidade e municípios adjacentes apresentavam uma única alternativa de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de risco: a Casa de Passagem. Com a elevação significativa da demanda por acolhimento, surgiu a necessidade de implantação de novas modalidades de acolhimento para crianças e adolescentes, dentre as quais, os Abrigos Institucionais.

Desse modo, a pesquisa foi realizada com crianças e adolescentes que se encontravam acolhidos nos dois Abrigos do município de Viçosa, denominados nesta pesquisa de Instituição de Acolhimento A e Instituição de Acolhimento B.

Viçosa está situada na região da Zona da Mata, entre as Serras da Mantiqueira, do Caparaó e da Piedade, a 228 km da capital do estado, Belo Horizonte. Possui uma população estimada em 72.244 habitantes, além de uma população flutuante de aproximadamente 20.000 pessoas, composta principalmente de estudantes universitários da Universidade Federal de Viçosa e outras instituições de ensino superior.

A caracterização do total de crianças e adolescentes institucionalizados em Viçosa-MG durante o período de coleta de dados que ocorreu nos meses de setembro e outubro de 2012 pode ser vista no quadro 1:

**Quadro 1:** Caracterização das crianças e adolescentes institucionalizados nos Abrigos A e B em Viçosa, MG, 2012.

<b>Características Pessoais</b>		<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>Sexo</b>	Feminino	13	56,5
	Masculino	10	43,5
	<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100%</b>
<b>Idade</b>	Até 7 anos	7	30,4
	Entre 7 e 12 anos	5	21,8
	Entre 13 e 17 anos	11	47,8
	<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100%</b>
<b>Tempo de acolhimento</b>	Até dois anos	13	56,5
	Mais de dois anos	10	43,5
	<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

A amostra do estudo foi composta por crianças e adolescentes que se encontravam institucionalizados a um período igual ou superior a 1 mês, sendo a faixa etária crianças e adolescentes a partir de 7 anos de idade, como poderá ser visto no item resultados e discussão.

A definição do período de acolhimento superior a 1 mês foi feita de forma a abranger crianças e adolescentes que já conhecem e estão acostumados com a dinâmica de funcionamento das Instituições de acolhimento, tendo em vista que existe uma grande rotatividade de crianças e adolescentes nos Abrigos e o tempo de permanência nos mesmos varia de caso para caso, podendo chegar a no máximo dois anos. A escolha da faixa etária crianças e adolescentes a partir de 7 anos de idade foi delineada de forma a abranger teoricamente, dois estágios de desenvolvimento, que nos termos de Piaget são: o operatório concreto e o operatório formal. A escolha dessas fases baseia-se no pressuposto de que, a partir do período operatório concreto, a criança é capaz de relacionar diferentes aspectos e interiorizar dados da realidade, pois sua organização mental é mais integrada, sendo mais viável para o pesquisador a compreensão do seu pensamento.

O critério utilizado para escolha das Instituições de Acolhimento A e B foi por se tratar das únicas Instituições de Acolhimento para crianças e adolescentes existentes no município de Viçosa. Embora as Instituições de Acolhimento A e B sejam mantidas financeiramente por fontes distintas, ambas são regulamentadas pelo documento: *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Além

disso, ambas Instituições seguem os parâmetros de funcionamento da modalidade de acolhimento Abrigo Institucional prevista no documento *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, e oferecem acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101).

Para realização da pesquisa de campo, primeiramente foi feito um contato inicial com os coordenadores de ambas Instituições de acolhimento e com as crianças e adolescentes, para consentimento de participação na pesquisa. As crianças e adolescentes foram convidados e participaram apenas os que consentiram. É importante salientar que além da autorização dos responsáveis pelas instituições para coleta de dados, houve autorização do Comitê de ética em pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Viçosa - UFV.

### **3.2 Construção do instrumento de coleta de dados**

Um dos objetivos da presente proposta foi a construção de um instrumento para a identificação das representações das crianças e adolescentes sobre a convivência familiar e comunitária durante o período de acolhimento institucional. Como exposto nos procedimentos metodológicos, o método utilizado neste estudo foi o Método Clínico Piagetiano, que tem como uma de suas especificidades a ausência de procedimentos gerais de coleta e análise dos dados, o que exige do (a) pesquisador (a) a elaboração de um instrumento que atenda aos objetivos da pesquisa dentro da temática a ser estudada. Por isso, a proposta de construir um instrumento que nos possibilitasse apreender as representações das crianças e adolescentes sobre a convivência familiar e comunitária, visando adequá-lo à temática deste estudo e à idade das crianças e adolescentes sujeitos desta pesquisa.

O processo de construção do instrumento iniciou-se na disciplina Introdução ao Método Clínico Piagetiano, no curso do Mestrado em Economia Doméstica. Ao final da disciplina foi elaborado um esboço de possíveis perguntas relacionadas à temática. Após a leitura de pesquisas relacionadas às crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, principalmente do trabalho de Weber (2006), as perguntas foram reelaboradas, acrescentando-se às perguntas básicas perguntas complementares.

É importante ressaltar que, embora o Método Clínico seja um procedimento de entrevista aberta, é necessário dispor de um núcleo básico de perguntas referentes aos

aspectos fundamentais da pesquisa e que devem ser feitas a todos os sujeitos da pesquisa, para possibilitar a comparação das respostas. Ou seja, cada entrevista será diferente pelo fato de a entrevista clínica ser aberta e seguir o curso do pensamento do sujeito, porém deve conter uma parte básica que seja comum a todas as entrevistas. As perguntas complementares, diferentemente das básicas, não necessariamente são feitas a todos os sujeitos, pois variam de acordo com a resposta dada por eles, o que apontará se serão necessárias outras perguntas para melhor esclarecimento do sentido do que foi dito pelo entrevistado (DELVAL, 2002).

Para melhor organização interna do trabalho, as perguntas foram ordenadas dentro dos seguintes itens propostos por Delval (2002): *Descrição inicial*: introdução a temática; *Autocaracterização*: conhecer como as crianças e os adolescentes falam de assuntos referentes a eles diretamente; *Aspectos*: aprofundamento da temática; *Extensão*: expansão da temática com situações amplas que abrangem aspectos para além das vivências dos entrevistados; *Mudança*: conhecer as explicações dos sujeitos sobre fenômenos que envolvem mudanças; *Justificativas*: conhecer as explicações dos sujeitos sobre a causa de fenômenos; e *Soluções*: conhecer as soluções propostas pelos sujeitos frente aos problemas apresentados.

Posteriormente, definiu-se a categoria: *Convivência Familiar e Comunitária* para nortear as perguntas dentro de cada item organizador da entrevista. A categoria *Convivência Familiar e Comunitária* foi criada para verificar as representações das crianças e adolescentes sobre o conceito de Abrigo; sobre o que um lugar precisa ter para ser um Abrigo; sobre a dinâmica de funcionamento e organização do Abrigo onde elas moram, incluindo as ações para promoção da convivência com as famílias e com a comunidade; as preferências das crianças e adolescentes em relação ao Abrigo, bem como conhecer as mudanças, justificativas e soluções propostas pelas crianças e adolescentes diante de situações-problemas referentes ao Abrigo apresentadas a elas.

Após as modificações no roteiro de entrevista, inicialmente foi realizada uma entrevista com uma adolescente de um abrigo dentro da faixa etária dos sujeitos da pesquisa, como estudo-piloto. Como ressalta Delval (2002), o estudo-piloto é de extrema importância, pois permite testar nosso procedimento de pesquisa antes de empreender o trabalho definido. Seu objetivo é pôr à prova o procedimento em todos os aspectos, até que ele se adapte da melhor maneira possível aos objetivos da pesquisa.

Foi realizada uma entrevista clínica com uma adolescente na Instituição de Acolhimento A para apreender suas representações sobre a convivência familiar e

comunitária. Não foi possível realizar outras entrevistas como piloto devido ao reduzido número de crianças e adolescentes em situação de acolhimento em Viçosa que atendiam aos critérios da amostra. Além disso, Viçosa é o único município da região que possui instituições de acolhimento para crianças e adolescentes. Os dados obtidos nessa entrevista do estudo-piloto evidenciaram a capacidade das crianças e adolescentes de falar sobre suas vivências no Abrigo e as representações que constroem desse ambiente. A realização do piloto indicou que o Método Clínico é um procedimento que possibilita apreender as representações infanto-juvenis, representações estas que necessitam ser conhecidas e estudadas como forma de contribuir para futuras reflexões, principalmente com relação aos temas relacionados às crianças e à sua vida em sociedade.

Além de reafirmar a eficácia do Método Clínico na apreensão das representações infanto-juvenis, o estudo-piloto apontou mudanças necessárias a serem feitas na entrevista. Percebemos, primeiramente, que houve dificuldade por parte da pesquisadora para apresentação do tema à adolescente no início da entrevista. Por isso, foi apresentada uma situação-problema que introduzisse o tema para as crianças e adolescentes, auxiliando-as no pensamento e na reflexão para responderem as perguntas da entrevista.

A partir da leitura de uma história utilizada com as crianças na dissertação de mestrado intitulada *Com a voz as Crianças: Um estudo sobre as representações de Escola na Educação Infantil*, realizada com crianças entre 5 a 6 anos matriculadas em duas classes da pré-escola: uma considerada ambiente construtivista e a outra, ambiente tradicional no município de Viçosa-MG (COSTA, 2012), surgiu a ideia de elaborar uma história situacional para introduzir nossa entrevista. A história foi uma adaptação da história utilizada nessa dissertação de mestrado (COSTA, 2012) que se encontra disponível na Universidade Federal de Viçosa e será apresentada posteriormente.

### **3.3 Método de coleta de dados**

Os dados foram coletados utilizando a entrevista clínica (Apêndice B), construída com base na proposta de Piaget, objetivando conhecer e apreender as representações das crianças e adolescentes sobre a *Convivência Familiar e Comunitária* por meio de suas verbalizações. A entrevista foi construída para essa pesquisa tendo em vista que não havia instrumento pronto, nem mesmo algo que desse base geral com perguntas específicas utilizando o Método Clínico sobre a categoria *Convivência*

*Familiar e Comunitária* e destinada a conhecer o pensamento de crianças e adolescentes na faixa etária deste estudo que atendessem aos objetivos da pesquisa.

As crianças e adolescentes, individualmente, eram convidados a se dirigir a uma sala previamente preparada, juntamente com a pesquisadora, onde era submetida à entrevista com perguntas relacionadas à categoria *Convivência Familiar e Comunitária*. Antes de iniciar a entrevista as crianças e adolescentes eram comunicados de que a conversa seria gravada, permitindo também que elas manipulassem o gravador e conhecessem seu funcionamento. Nessa conversa inicial também era comunicado aos sujeitos que a pesquisadora gostaria de conversar com eles para conhecer o que elas pensavam sobre o abrigo em que moravam.

Durante a realização das entrevistas com as crianças e adolescentes foi gratificante perceber seu interesse em participar da pesquisa por se sentirem importantes. Ao longo da entrevista foram adquirindo confiança na pesquisadora, ficando ávidos em expor o seu ponto de vista e suas vivências no período de acolhimento.

A entrevista contou com um total de 27 perguntas básicas e teve duração média de 36 minutos, devendo ser ressaltado que a entrevista que levou mais tempo teve duração de 52 minutos e a que levou menos tempo foi de 21 minutos. A coleta dos dados se deu no período de dois meses, especificamente nos meses de setembro e outubro de 2012.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, para tratamento e análise dos dados. Depois de transcritas, as gravações foram destruídas e, com o objetivo de resguardar os aspectos éticos da pesquisa, a identificação dos entrevistados e das instituições de acolhimento foi reservada e não divulgada.

É importante ressaltar que foram utilizados neste estudo nomes fictícios escolhidos pelas próprias crianças e adolescentes entrevistados. E, sobretudo que cada um inventasse um nome fictício para ser usado no trabalho final que seria escrito pela pesquisadora. Esse era um momento de bastante empolgação por parte dos entrevistados, onde toda tensão era liberada e o pseudônimo escolhido passava a significar liberdade de expressão.

Segundo Kramer (2002), utilizar abreviaturas, números, ou mencionar as crianças pelas iniciais pode ser considerado negação da sua condição de sujeito, desconsidera sua identidade. Mas em algumas situações, como as de violência ou que denunciam algum maltrato ou abuso é recomendado o uso de nomes fictícios.

### 3.4 Método de análise dos dados

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas em protocolos específicos. Lembrando que após a transcrição as entrevistas foram destruídas. Primeiramente, foram separados os protocolos de entrevistas com as respostas das crianças e adolescentes por idade. Em seguida, as respostas das crianças e adolescentes foram tratadas e classificadas de acordo com os tipos de respostas definidas por Piaget. As respostas classificadas como não importistas foram aquelas que as crianças e adolescentes responderam qualquer coisa para se livrar da entrevista, que não sentiram necessidade de justificar seu raciocínio ou não responderam a pergunta. As respostas classificadas como fabuladas foram aquelas em que a criança/adolescente criou histórias ao longo da entrevista pouco relacionadas com o tema e de caráter pessoal. Já as respostas classificadas como crença foram aquelas dadas pelas crianças e adolescentes a partir do que elas acreditam, de suas convicções.

Piaget (1926/2005) distingue três tipos de crenças: crenças sugeridas, produto da entrevista e influenciadas pela intervenção do experimentador; crenças desencadeadas, surgidas na entrevista das perguntas do entrevistador, mas elaboradas pelo sujeito e relacionadas com o conjunto de seu pensamento; e crenças espontâneas, em que o sujeito responde espontaneamente sem intervenção do entrevistador ou dos outros adultos. É importante ressaltar que a entrevista foi elaborada de modo a não obter respostas sugeridas, ou seja, a própria entrevista não permitia sugestão; portanto obtivemos e analisamos crenças desencadeadas e espontâneas. Essas crenças não foram diferenciadas, pela dificuldade de distingui-las e por não ser objetivo da pesquisa.

Para cada tipo de respostas foram atribuídas cores, que marcaram as respostas das crianças/adolescentes, para melhor visualização e diferenciação das respostas. As respostas classificadas como não-importistas e fabuladas foram contabilizadas, porém, pelo fato de não serem respostas que expressassem as convicções das crianças e adolescentes, elas não foram analisadas. Somente as respostas classificadas como crenças (desencadeadas e espontâneas) interessavam a essa pesquisa.

As respostas das crianças/adolescentes foram analisadas, identificando-se os conteúdos e os diferentes elementos utilizados por eles para responder as questões da entrevista. A partir dos conteúdos recorrentes nas respostas, foram elaboradas “subcategorias” para cada pergunta ou grupo de perguntas dos sete itens organizadores da entrevista (Descrição Inicial; Autocaracterização; Aspectos; Extensão; Mudança;

Justificativas; e Soluções). Realizou-se a análise qualitativa dos protocolos de entrevista, procurando estabelecer relações entre as respostas dos sujeitos, agrupando-as por conteúdos semelhantes, nas subcategorias. As principais subcategorias referentes à categoria **Convivência Familiar e Comunitária** foram:

- 1) **Aspectos físicos:** referem-se às respostas das crianças e adolescentes baseadas em dados externos, diretamente observáveis, como: brinquedos, estrutura física, objetos, espaço institucional, móveis, etc.
- 2) **Aspectos humanos:** referem-se às respostas em que as crianças e adolescentes mencionam as pessoas que fazem parte da instituição de acolhimento, como os profissionais e toda rede de atendimento, além de pessoas da família, as crianças e adolescentes residentes da instituição, etc.
- 3) **Sentimentos:** referem-se às respostas das crianças e adolescentes baseadas no que sentem e pensam em relação ao Abrigo, como o gostar ou não, achar legal ou não, achar bom ou ruim, etc.
- 4) **Atividades desenvolvidas: (lazer, escolares, tarefas domésticas)** referem-se às respostas em que as crianças e adolescentes se remetem ao que fazem no Abrigo. As atividades foram divididas em lazer, escolares e domésticas por se tratarem das atividades mais recorrentes nas respostas dos sujeitos.
- 5) **Rotina: (alimentação, regras-obrigações):** referem-se às respostas em que as crianças e adolescentes falam da rotina do cotidiano institucional, incluindo horários. A rotina foi dividida em alimentação e regras-obrigações porque os sujeitos fizeram referência à estes como parte da rotina e organização da instituição de acolhimento.
- 6) **Atitudes e comportamentos:** referem-se às respostas que dizem respeito ao comportamento e atitudes das pessoas da instituição de acolhimento, da família e dos residentes, como não bater, não falar mal, não desobedecer, etc.
- 7) **Finalidade:** referem-se às respostas em que as crianças e adolescentes falam da finalidade do Abrigo.
- 8) **Cuidados/Proteção/Educação:** referem-se as respostas que dizem respeito aos ensinamentos que os profissionais da instituição de acolhimento devem passar para os residentes como: educação, respeito, carinho, cuidado, etc.
- 9) **Desejos e necessidades:** referem-se às respostas que dizem respeito aos desejos e necessidades em relação ao abrigo, como melhorias que seriam positivas para o bem estar das crianças e adolescentes.

**10) Conflitos/problemas na família:** referem-se às respostas das crianças e adolescentes que dizem respeito aos motivos do acolhimento e permanência no Abrigo.

É importante esclarecer que quando as crianças ou adolescentes forneceram mais de uma resposta, pertencente a uma mesma subcategoria, ela foi contabilizada uma vez; e quando a resposta dos sujeitos continha elementos de mais de uma subcategoria, esta foi contabilizada em cada subcategoria citada na resposta. Portanto, o número total de resposta não corresponde, necessariamente, ao número total de crianças e adolescentes participantes da pesquisa.

Em seguida, os dados foram quantificados mediante cálculo percentual referente ao número de respostas contabilizadas em cada subcategoria. Os dados foram apresentados em quadros, para melhor visualização.

Para analisar as representações das crianças e dos adolescentes sobre a Convivência Familiar e Comunitária procuramos o aporte teórico na Teoria Piagetiana e nos autores que tratam o tema, apresentados no marco teórico.

### **3.5 Considerações éticas**

Diferentes campos teóricos têm tido papel relevante na constituição da infância como categoria social, o que tem reforçado a necessidade de pesquisas que permitam conhecer as representações das crianças e dos adolescentes. É importante salientar que um aspecto essencial que deve ser considerado por ser fundamental não só na pesquisa com crianças e adolescentes, mas em qualquer pesquisa científica é o princípio ético. Porém, quando se trata de crianças e adolescentes os aspectos éticos tornam-se ainda mais complexos e relevantes, principalmente, crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

Nas ciências humanas e sociais, que trabalham com as concepções, representações e realidades dos sujeitos, há maior preocupação com as questões éticas. Quando se trabalha com uma concepção que vê as crianças e os adolescentes como categoria social, cidadãos, seres que produzem e fazem parte da história, é preciso ter extremo cuidado e atenção.

Desse modo, é necessário negociar com as crianças e os adolescentes, e com seus responsáveis legais, todos os aspectos e etapas da investigação: a entrada no campo, nossos objetivos e quais crianças e adolescentes realmente querem participar da

pesquisa e contribuir com a coleta de dados (DELGADO e MÜLLER, 2005). Deveremos negociar ainda como será feita a divulgação dos resultados da pesquisa, e conscientizá-los da importância das repercussões que essa pesquisa poderá provocar nos Serviços de Acolhimento, tendo em vista que ouvir o ponto de vista dessas crianças e adolescentes em relação à convivência familiar e comunitária poderá subsidiar ações significativas e que contribuam para mudanças que beneficiem a elas e a outros abrigados, já que a perspectiva delas poderá trazer elementos que fortaleçam a rede de atendimento, motivando o desenvolvimento de ações que possam contribuir para melhorar as condições de acolhimento.

É importante enfatizar que a entrevista foi feita de maneira a garantir a integridade física e mental das crianças e adolescentes, por esses já se encontrarem fragilizados pelo enfraquecimento momentâneo do vínculo relacional com a família. Reconhecemos as crianças e os adolescentes como sujeitos da cultura, da história e do conhecimento, mas ocultando seu nome estamos negando sua presença como donos da sua fala, pois eles não se reconhecem, não se veem, permanecem com isso, seres ausentes da pesquisa. Dessa maneira, cada criança/adolescente inventou um pseudônimo que foi utilizado para resguardar a identidade e ao mesmo tempo, possibilitar que eles se reconhecessem nas falas.

No próximo capítulo serão apresentadas e discutidas as representações das crianças e adolescentes sobre a Convivência Familiar e Comunitária durante o período de acolhimento. Conhecer essas representações permitirá compreender o modo como essas crianças e adolescentes dão significado às instituições de acolhimento.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa são apresentados e discutidos neste capítulo, organizado de acordo com os objetivos propostos e com a categoria de análise. Em primeiro lugar, são apresentados os resultados da pesquisa documental, ressaltando o perfil e as características do acolhimento das crianças e adolescentes entrevistados. Em seguida, procurou-se apresentar os resultados e discussões sobre as representações das crianças e adolescentes acerca da *Convivência Familiar e Comunitária*.

### 4.1 Conhecendo as crianças e adolescentes entrevistados

Inicialmente, dois dos objetivos deste estudo foram: Fazer o levantamento das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional no município de Viçosa-MG; e traçar o perfil socioeconômico das famílias dessas crianças e adolescentes. Quanto ao objetivo de traçar o perfil socioeconômico das famílias, não foi possível o alcance do mesmo, uma vez que as instituições de acolhimento de Viçosa não possuem tais informações.

Diante desse fato, levanta-se o seguinte questionamento: Não estariam essas instituições sendo privadas de uma importante diretriz prevista nos documentos que regulamentam os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, que é o desenvolvimento de novas estratégias para a resolução dos conflitos familiares com o fortalecimento da autoestima e das competências da família?

Conforme preconiza o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que regulamenta os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em todo território nacional:

No trabalho com a família devem ser consideradas tanto as questões objetivas, quanto subjetivas. Considerar essas duas dimensões, objetiva e subjetiva, é importante para apoiar a família no processo de reintegração e prevenir novos afastamentos. Ressalte-se que lidar com questões objetivas é fundamental para prevenir situações que possam gerar uma tensão excessiva na família, em função do processo de exclusão social ou das dificuldades reais para conciliar o cuidado com a criança e o adolescente e a sobrevivência do núcleo familiar. Tais situações podem dificultar, inclusive, o desenvolvimento de relações afetivas que contribuam para o exercício de seu papel de proteção e cuidados (BRASIL, 2009, p. 32).

Nesse sentido, as questões objetivas dizem respeito ao encaminhamento da família para serviços da rede; o fortalecimento das alternativas para gerar renda e garantir a sobrevivência da família; e organização de estratégias para conciliar cuidados com a criança e o adolescente, afazeres doméstico e trabalho (formal ou informal), dentre outras. Já as questões subjetivas, tratam-se das relações familiares, formas de comunicação, significado da violência na família e do afastamento da criança ou adolescente do convívio, dentre outras (BRASIL, 2009).

Assim, entende-se que conforme estabelecem os documentos que regulamentam os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, é fundamental que os abrigos institucionais, inclusive os de Viçosa-MG, aprofundem as intervenções nos diferentes aspectos da história dessas famílias, buscando entender como se produzem os sentimentos de incompetência, incapacidade, impotência para enfrentar e dar solução aos seus problemas. Há que se fazer uma reflexão profunda sobre a dicotomia família *versus* abrigo e superar o distanciamento criado entre a “família ideal” e a “família real”. Trata-se de realizar esforços no sentido de romper com o mito de “família desestruturada”, um preconceito ainda tão comum. Acreditar na possibilidade de reconstrução dos vínculos familiares é colocar como prioridade a luta contra o abandono e a marginalização de milhares de famílias brasileiras, vítimas do desemprego, da falta de moradia, da falta ou precariedade dos serviços de saúde e de educação (SILVA, 2007).

No que diz respeito ao objetivo de fazer o levantamento das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional no município de Viçosa-MG, é importante salientar que esse levantamento não teve como finalidade analisar todas as questões que permeiam o acolhimento de crianças e adolescentes em Viçosa, mesmo porque são necessários inúmeros estudos para aproximação dessa complexidade. O levantamento foi realizado a partir dos prontuários das crianças e adolescentes arquivados nas instituições de acolhimento.

Diante do exposto, foram obtidos, junto às instituições de acolhimento de Viçosa, os seguintes dados a respeito das características pessoais das crianças e adolescentes entrevistados:

**Quadro 2:** Caracterização das crianças e adolescentes que compuseram a amostra do estudo, Viçosa-MG:

<b>Características Pessoais</b>		<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>Sexo</b>	Feminino	<b>7</b>	53,8
	Masculino	6	46,2
	<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>
<b>Idade</b>	Entre 7 e 12 anos	4	30,8
	Entre 13 e 17 anos	9	69,2
	<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>
<b>Procedência</b>	Viçosa	9	69,2
	Outras cidades	4	30,8
	<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Como é possível observar, do total de entrevistados, ou seja, **treze**, 53,8% são do sexo feminino e 46,2% são do sexo masculino, havendo o equilíbrio entre meninos e meninas no presente estudo. A faixa etária predominante foi entre 13 e 17 anos, o que correspondeu a 69,21% da amostra. No tocante à origem dessas crianças e adolescentes, constatou-se que, dos treze entrevistados, 69,2% são do município de Viçosa e 30,8% são de outras cidades da região.

No que concerne às características do acolhimento, obteve-se os seguintes dados, como pode ser visto no quadro 3.

**Quadro 3:** Caracterização de aspectos do acolhimento das crianças e adolescentes abrigados que compuseram a amostra do estudo, Viçosa, MG:

<b>Características do Acolhimento</b>		<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>Motivo do Acolhimento</b>	Dependência de álcool ou drogas ilícitas do pai/mãe	9	69,3
	Negligência e abandono	2	15,4
	Transtorno mental da mãe	1	7,7
	Vivência de rua e mendicância do adolescente	1	7,7
	<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>
<b>Situação Familiar</b>	Com família e com vínculo	10	76,9
	Com família e sem vínculo	3	23,1
	<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>
<b>Previsão de retorno para família de origem</b>	Não há previsão de reintegração	9	69,2
	Em processo de reintegração	4	30,8
	<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>
<b>Tempo de acolhimento</b>	Até dois anos	9	69,2%
	Mais de dois anos	4	30,8%
	<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>
<b>Instituição que encaminhou ao Abrigo</b>	Conselho Tutelar	13	100
	<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Cada criança e adolescente tem o direito de crescer em família, na comunidade e sem violência. Mas sabe-se que milhares de crianças e adolescentes no Brasil e no mundo vivem em instituições ou nas ruas. Pesquisas indicam que crianças são afastadas de suas famílias por motivos de pobreza e violência e pelas práticas equivocadas de “proteção” que encaminham crianças e adolescentes para institucionalização, em vez da superação da violação ou da crise que gerou o afastamento (RIZZINI *et. al*, 2006).

A existência de crianças e adolescentes em um contexto de abandono, miséria e violência extrema reflete uma das faces mais cruéis do processo de exclusão social vivenciado pelas famílias brasileiras, e poucos trabalhos têm se visto no âmbito das ações de proteção integral às crianças e adolescentes assegurados pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), inclusive o direito à convivência familiar e comunitária. Diante da falta de ações que fortaleçam e protejam as famílias vítimas da exclusão social, o Poder Judiciário e/ou o Conselho Tutelar tornam-se espaços de atendimento das aflições dessas famílias, culminando, em muitos

casos, com o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias e encaminhamento para os abrigos.

Dentre os problemas vivenciados pelas famílias das crianças e adolescentes abrigados nas instituições do município de Viçosa-MG e participantes da pesquisa, a dependência de álcool ou drogas ilícitas por parte de um ou de ambos os pais aparece como causa mais frequente para o abrigamento de crianças e adolescentes, correspondendo a 69,3% dos casos estudados. Frente a esse dado, pode-se constatar que, além da ausência de políticas públicas direcionadas a essa questão social, há uma estratégia de culpabilização dessas famílias a partir de uma visão de mundo extremamente preconceituosa e punitiva, em que o Estado transfere para a família uma sobrecarga de funções e define normas e regras jurídicas, econômicas, sociais, de saúde, educação, etc. a serem seguidas. Nesse sentido, fica evidente a contradição de que é na família que crianças e adolescentes devem permanecer, uma vez que faltam ações que protejam essas famílias.

Diante disso, pergunta-se: O que tem sido feito pelo poder público para que essas famílias abandonem esses vícios? Há acompanhamento e ações concretas para isso?

A negligência e o abandono aparecem como segundo maior motivo para o acolhimento de crianças e adolescentes, correspondendo a 15,4% dos casos estudados. Mais uma vez, fica evidente que as políticas públicas voltadas para infância e juventude priorizaram a institucionalização em detrimento de políticas de reconstrução e fortalecimento da família. Com isso, a visão de que as famílias empobrecidas são incapazes de cuidar e proteger seus filhos parece ainda vigorar, já que, historicamente, as famílias pobres têm suas crianças e adolescentes retirados de casa. Diante desse dado, levantam-se os seguintes questionamentos: Por que há abandono por parte dos pais? Que tipo de negligência ocorre? Não estaria também a família sendo negligenciada pela sociedade?

Parece haver certo consenso em torno da ideia de que essas crianças e adolescentes estariam protegidas e em melhores condições longe de suas famílias, ditas “desestruturadas”. Essas famílias são tratadas como incapazes de cuidar de seus filhos. Rizzini (2006) ressalta o equívoco na compreensão de toda a estrutura que envolve a questão da criança e do adolescente, em que a origem de todo o problema ficou, não por acaso, segundo a autora, reduzida à incapacidade da família. Atualmente, a família é cobrada no sentido de dar conta de cuidar de seus filhos, embora faltem ações do poder

público que assegurem condições mínimas de vida digna: emprego, renda, segurança e apoio aos que necessitam.

Diversos artigos do ECA colocam o poder público como assegurador de condições necessárias para a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária. Esse é o ponto crucial no país, uma vez que a ação efetiva do Estado continua na esfera da “utopia”, como bem define Rizzini (2006). A autora aponta, ainda, para o fato de que é fácil a identificação imediata da situação de risco causada por negligência dos pais, e, difícil é acusar o Estado de negligente e omissivo.

A tradição do Estado brasileiro é não levar a sério sua função social, é ter uma relação perversa com sua própria sociedade (Cury, A e Silva, M, 1992, apud Rizzini, 2006, 33).

Diante do exposto, entende-se que a pobreza, ao aumentar a vulnerabilidade social das famílias, pode potencializar outros fatores de risco, fazendo com que crianças e adolescentes pobres tenham mais chances de passar por episódios de abandono, violência e negligência. Entretanto, é importante salientar que o abandono, a negligência, os maus-tratos, o abuso sexual etc., situações que levam a institucionalização, ocorrem em todas as classes sociais, porém, as famílias com melhores condições socioeconômicas encontram respostas “no âmbito privado” para resolução dos seus conflitos. Como salienta Filho (2007), não é necessariamente na classe menos privilegiada que acontecem as maiores violências e agressões. Nas classes sociais mais elevadas tudo também pode acontecer, mas infelizmente, na maioria das vezes camuflam-se os problemas mais graves.

Outro motivo para o acolhimento das crianças e adolescentes que compuseram a amostra é a saúde mental debilitada de uma genitora, o que correspondeu a 7,7% dos casos estudados. É importante enfatizar que antes de considerar o encaminhamento de crianças e adolescentes para serviços de acolhimento, como uma alternativa para garantir a proteção dos mesmos, é preciso observar se na família extensa ou comunidade há pessoas que possam e aceitem se responsabilizar por seus cuidados (BRASIL, 2009). Nessa perspectiva, conforme o prontuário deste(a) criança/adolescente, embora ele(a) possua família extensa residindo em Viçosa, nenhum familiar se dispôs a acolhê-lo(a), o que motivou seu encaminhamento para o abrigo. Uma questão instigante diante desse dado é a seguinte: Será que algo está sendo feito para atender essa mãe?

Por fim, no que concerne aos motivos que levaram as crianças e adolescentes da amostra ao acolhimento, aparece a vivência de rua e mendicância de um adolescente, o

que corresponde a 7,7% dos casos estudados. Nota-se, em primeiro lugar, que dos **treze** casos estudados, em **doze** deles os motivos que levaram ao acolhimento foram os problemas e conflitos vivenciados pelos adultos que eram responsáveis pelas crianças e adolescentes, ou seja, em apenas um caso o motivo do acolhimento foi o “comportamento” do próprio abrigado, que nesse caso é a vivência de rua e a mendicância. É importante destacar que esse adolescente não morava com seus pais biológicos, mas sim com a família extensa. Nesse caso, especificamente, o motivo para o abrigamento partiu de comportamentos considerados inadequados do adolescente, mas não estavam descritos os comportamentos inadequados dos adultos que haviam assumido a responsabilidade sobre ele, e se dispensavam os cuidados necessários. Assim, infere-se que, na verdade, a totalidade dos fatos ocorridos na dinâmica familiar não foi levada em consideração no momento de avaliar os motivos para o acolhimento. Constata-se que as famílias não são atendidas em suas necessidades. Como não se teve acesso ao perfil dessas famílias, não é possível analisar as influências da própria dinâmica familiar nos motivos de abrigamento de seus filhos.

No que diz respeito ao item situação familiar, percebe-se que todas as crianças e adolescentes que compuseram a amostra possuem família, sendo que em 76,9% dos casos estudados, as crianças e adolescentes mantiveram o contato e os vínculos relacionais e afetivos com os familiares após o acolhimento, e em 23,1% dos casos as crianças e adolescentes perderam este vínculo.

Esses dados evidenciam que há crianças e adolescentes que perderam o contato com a família após o acolhimento e uma questão importante de ser levantada com isso é a seguinte: É possível atender ao direito de convivência familiar e comunitária nessa situação?

Ressalta-se que o principal objetivo do abrigo é o retorno ao convívio familiar de forma rápida. Para isso, enquanto se utiliza da medida de proteção, os documentos que regulamentam os serviços de acolhimento estabelecem que todos os esforços devem ser empreendidos para a manutenção e/ou restabelecimento dos vínculos familiares, seja na família de origem, seja na família extensa ou na família substituta, em medida extrema. Sendo assim, o que tem levado essas crianças e adolescentes a perderem os vínculos relacionais e afetivos com suas famílias? Quais ações não estão sendo efetivadas para garantir o direito fundamental de convivência familiar e comunitária dessas crianças e adolescentes?

Destaca-se que, em 30,8% dos casos estudados, as famílias residem em outros municípios, que não são os mesmos onde as crianças e adolescentes estão abrigados, e a falta de um meio de locomoção pode limitar as visitas dessas famílias aos filhos abrigados, uma vez que, muitas vezes, não existe resposta do poder público no atendimento à essa demanda. Nesse sentido, não se pode perder de vista que a falta de ações que viabilizem o contato com a família faz com que as crianças e os adolescentes que vivem em abrigos tenham violados o seu direito à convivência familiar e comunitária, por melhor que seja a instituição de acolhimento.

No que diz respeito ao item previsão de retorno para família de origem, em 69,2% dos casos estudados não há esta previsão e em 30,8% dos casos as crianças e adolescentes estão em processo de reintegração familiar. Em face a esses dados, destaca-se que não é competência apenas da instituição de acolhimento a provisoriedade e a excepcionalidade da medida de proteção. O serviço faz parte de uma rede que precisa funcionar, para que possam ser garantidas, além de ações para o processo de reintegração familiar, ações para que o dia a dia institucional seja um espaço de desenvolvimento integral. Além disso, a ausência de programas oficiais de auxílio às famílias e a não efetivação de políticas públicas dificultam o cumprimento do que compete a todos os sujeitos que compõem a rede de proteção integral à criança, ao adolescente e às famílias.

No que tange ao tempo de acolhimento os dados revelam que em 69,2% dos casos estudados, o tempo de acolhimento é inferior a dois anos, porém, em 30,8% esse tempo é superior a dois anos. Esses dados permitem questionar sobre os motivos para esses períodos extensos de acolhimento, uma vez que a medida tem caráter excepcional e provisório e deve assegurar a convivência familiar e comunitária. Embora na maior parte dos casos estudados o tempo de acolhimento seja inferior a dois anos, não deixa de se constituir um dever das instituições que o acolhimento superior a dois anos se desse apenas em caráter emergencial, visando sempre ao retorno familiar. O ECA em seu artigo 19 estabelece que:

A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária (Incluído no ECA pela Lei nº 12.010, de 2009).

Nesse sentido, acredita-se que crianças e adolescentes institucionalizados por longo período podem apresentar marcas profundas e sempre dolorosas, as quais, se não trabalhadas adequadamente, têm grande probabilidade de permanecer por toda a vida. Além disso, a institucionalização prolongada acaba potencializando outros fatores de risco para que essas crianças e adolescentes vivenciem episódios de revitimização dentro da instituição que deveria protegê-las.

Quanto ao item relacionado ao responsável pelo encaminhamento à instituição de acolhimento, em 100% dos casos estudados as crianças e adolescentes foram encaminhadas pelo Conselho Tutelar. É interessante ressaltar que o Conselho Tutelar é um importante órgão do Sistema de Garantia do Direito da Criança e do Adolescente, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos deste público. Assim, tem a função de tomar providências em casos de ameaças ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Ao ser informado de um caso, o Conselho Tutelar deve atuar para garantir que a transgressão do direito não aconteça ou que o direito seja restaurado, caso a violação já tenha acontecido. Entretanto, apesar de sua importância, muitos questionamentos acerca de funções do Conselho Tutelar, imprescindíveis ao funcionamento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, estão sem resposta e são obstáculos para sua efetivação, principalmente no que diz respeito ao encaminhamento equivocado deste público para os Abrigos, tanto no que se refere aos motivos, quanto na falta de articulação desse órgão para encaminhamento das famílias em situação de vulnerabilidade aos serviços de atendimento a essa demanda, de forma a evitar a institucionalização das crianças e dos adolescentes.

Desse modo, as razões que levaram as crianças ou adolescentes do presente estudo a serem institucionalizados, por consequência da situação de risco ou de vulnerabilidade na qual se encontravam, vão desde a negligência relacionada aos cuidados, como maus tratos e abandono, por uso de drogas por parte dos pais, até problemas psiquiátricos apresentados pelos genitores.

Esse levantamento das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional no município de Viçosa-MG evidencia que o suporte básico às famílias no apoio aos cuidados com seus membros por parte de políticas sociais efetivas é uma necessidade urgente. Fica claro que é fundamental que esses cuidados aconteçam antes que despontem as crises e vulnerabilidades, que tornam a situação complexa e os problemas mais difíceis de serem solucionados, uma vez que essas famílias necessitam

ser apoiadas e potencializadas por políticas de apoio sócio-familiar, em distintas dimensões, sobretudo no tocante aos direitos das crianças e dos adolescentes.

No tópico a seguir serão apresentadas e discutidas as representações das crianças e adolescentes sobre a Convivência Familiar e Comunitária.

#### **4.2 A Convivência Familiar e Comunitária sob o olhar das crianças e adolescentes em situação de acolhimento: apresentando os resultados**

Seguindo o roteiro da entrevista, serão apresentadas e discutidas as representações das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional no município de Viçosa-MG sobre a Convivência Familiar e Comunitária. Ao buscar uma recorrência nas falas das crianças e dos adolescentes, foram levantadas subcategorias para agrupar as respostas<sup>9</sup> ou o grupo de respostas que compõem os itens da entrevista. Ressalta-se que os termos “resposta” ou “crenças” se referem às crenças desencadeadas e espontâneas.

É importante esclarecer que por convivência familiar e comunitária entende-se a possibilidade de a criança e o adolescente permanecer no meio a que pertence. De preferência, junto a sua família, ou seja, seus pais e/ou sua família extensa e, caso isso não seja possível, em outra família que a possa receber. Assim, para os casos em que há necessidade das crianças e adolescentes serem afastados provisoriamente do seu ambiente, qualquer que seja a forma de acolhimento possível, deve ser priorizada a reintegração ou reinserção familiar, mesmo que esse acolhimento tenha que ser institucional (RIZZINI, 2006).

A importância da convivência familiar e comunitária para as crianças e os adolescentes está reconhecida na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como em outras legislações e normativas nacionais e internacionais. Subjacente a esse reconhecimento está a ideia de que a convivência familiar e comunitária é fundamental para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, os quais não podem ser vistos de modo dissociado de sua família, do contexto sociocultural e de todo o seu contexto de vida (PNAS, 2004). Apesar dessa premissa, a convivência familiar e comunitária é uma das necessidades a serem preenchidas pela política pública de assistência social, que tem como objetivo realizar

---

<sup>9</sup> O número total de respostas não correspondem, necessariamente, ao número total de crianças e adolescentes participantes da pesquisa.

de forma integrada as políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando ao seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (PNAS, 2004).

Trata-se da mudança do olhar e do fazer, não apenas das políticas públicas focalizadas na infância e na juventude, mas extensiva aos demais atores do chamado Sistema de Garantia de Direitos e de Proteção Social, implicando a capacidade de ver as crianças e adolescentes indissociável do seu contexto sócio-familiar, percebendo e praticando a centralidade da família enquanto objeto de ação e de investimento (RIZZINI, 2006, p. 29).

Para investigar quais as representações das crianças e adolescentes em relação à *Convivência Familiar e Comunitária*, foi realizada uma entrevista clínica semi-estrutura, organizada a partir de cada uma das categorias de análise. No decorrer da entrevista, foi solicitado às crianças e adolescentes que justificassem ou explicassem suas respostas, com o objetivo de compreender melhor seus pensamentos e ideias, além de instigá-los a pensarem sobre os temas apresentados.

As perguntas das entrevistas foram elaboradas seguindo a organização dos sete itens propostos por Delval (2002). Esses itens possuem uma lógica e uma coerência interna, são eles: **Descrição inicial**, onde é introduzido o tema com os sujeitos entrevistados, norteado pela questão *o que é*; **Autocaracterização**, onde são feitas perguntas que possibilitam que os sujeitos pensem e respondam sobre como veem a si mesmos na situação, ou seja, a questão norteadora nesse item é *como eu me vejo*; **Aspectos**, composto por perguntas que aprofundam a temática para que haja um desdobramento e sejam apresentadas as características da temática, norteado pela questão *como é/são*; **Extensão**, as perguntas buscam ampliar para mais pessoas as situações apresentadas, ou seja, as crianças e os adolescentes poderão pensar em vivências para além das suas próprias, norteado por *como é/são*; **Mudança**, a proposta é possibilitar conhecer as explicações dadas pelos sujeitos que envolvem mudanças de situações ou fenômenos, ou seja, a questão norteadora é *o como*; **Justificativa**, propõe que as crianças e os adolescentes apresentem explicações sobre situações ou fenômenos em questão, norteado pelo *porque*; e **Soluções**, finalizando a entrevista é composto por perguntas que possibilitam que as crianças e os adolescentes proponham soluções para a situação apresentada, ou seja, norteado pelo *o que pode ser feito e como poderia ser feito*, proporcionando, assim, o desfecho e finalização da problemática abordada.

## 1. Descrição Inicial

O item Descrição Inicial teve como objetivo introduzir a temática pesquisada para as crianças e adolescentes. No caso deste estudo, diz respeito ao modo como os sujeitos identificam, caracterizam e conceituam o Abrigo, ou seja, para que serve o Abrigo, o que é necessário ter em um Abrigo e o que consideram ser um Abrigo, e qual é seu grau de importância.

Para introduzir a temática, foi apresentada na Descrição Inicial a seguinte história situacional para as crianças e adolescentes:

*Em uma cidade bem distante de Viçosa, existem algumas crianças, que por vários motivos, não poderão continuar morando com suas famílias. O Juiz acha que é preciso ter na cidade um lugar para essas crianças morarem, mas ele ainda não sabe como deve ser esse lugar. Ele quer um lugar bom para as crianças, mas não sabe do que as crianças gostam e o que elas querem que tenha lá (Fonte: Dados da pesquisa 2012).*

Com relação a Descrição Inicial **nenhuma** criança ou adolescente apresentou respostas não-importantistas ou fabuladas, sendo assim, as **treze** crianças e adolescentes sujeitos da pesquisa deram respostas válidas para análise, ou seja, deram respostas consideradas crenças espontâneas ou desencadeadas, expressando claramente suas ideias e pensamentos. Portanto, pode-se destacar que as crianças e adolescentes têm o que dizer sobre a realidade social, principalmente sobre os assuntos referentes à sua vivência, como o caso do acolhimento institucional.

A primeira pergunta da entrevista, como base a história apresentada foi: *Em qual lugar essas crianças poderiam morar?* Essa pergunta tinha como objetivo conhecer as representações das crianças e adolescentes sobre a identificação do Abrigo, ou seja, se eles sabiam qual é a finalidade da instituição de acolhimento. Com base na história situacional, **onze** crianças/adolescentes responderam **Abrigo** como única opção, ou seja, apresentaram o Abrigo como opção para estas crianças e adolescentes morarem. Porém, **duas** crianças/adolescentes apresentaram como opção os **parentes**, além do **Abrigo**. Assim, percebe-se que todas as crianças e adolescentes identificam o Abrigo como uma possibilidade para resolver o problema de quem não tem família, indicando que representam a partir da sua própria vivência, ou seja, a partir da solução que foi apresentada para eles.

Como já salientado, os documentos que regulamentam os serviços de acolhimento em todo território nacional preveem que antes de considerar o

encaminhamento para o abrigo como uma alternativa para garantir a proteção das crianças e adolescentes, é preciso observar se na família extensa ou comunidade há pessoas que possam e aceitem se responsabilizar por seus cuidados. Nesse sentido, é possível observar que ao apresentarem o abrigo como possibilidade para as crianças e adolescentes da história situacional morarem, os sujeitos da pesquisa falam de uma situação que conhecem, ou seja, da solução apresentada a eles próprios pelo poder público. Esse fato leva ao seguinte questionamento: Será que essas crianças e adolescentes possuem ou tem convivência com a família extensa?

Pereira e Costa (2004), em estudo sobre o acolhimento institucional, observaram que as famílias de crianças e adolescentes abrigados, geralmente não possuem rede familiar extensa ou redes sociais de apoio na comunidade. As autoras afirmam que essas famílias, predominante monoparentais e chefiadas pela mulher, possuem uma história marcada pela exclusão social, migração e ruptura de vínculos afetivos. Vivências de “desenraizamento familiar e social” associam-se à falta de um grupo familiar extenso de vínculos significativos na comunidade ao qual a família possa recorrer para encontrar apoio para desempenhar suas funções de cuidado e proteção à criança e ao adolescente. No caso dessas famílias, o acesso a uma rede de serviços potencializada e integrada torna-se fundamental para a superação de suas vulnerabilidades.

A partir desses dados, é possível observar que as crianças e adolescentes reconhecem o Abrigo e sua finalidade, e o identificam enquanto um lugar para morar quando, por motivos diversos, não podem continuar com suas famílias. Nessa perspectiva, as crianças e adolescentes deixam perceber que não consideram o Abrigo como sua casa, mas reconhecem que a instituição de acolhimento pode atender várias necessidades dessa etapa de suas vidas. Assim, o abrigo se torna uma alternativa, quando a família ou os responsáveis pela criança ou pelo adolescente não conseguem efetivar o direito essencial à formação e ao desenvolvimento dos seus filhos e quando o Estado não atua eficazmente, mediante políticas públicas e sociais, na garantia à proteção social da família (JAUCZURA 2008).

Em relação à caracterização de Abrigo, foi feita a seguinte pergunta para as crianças e adolescentes: *Se você morasse nessa cidade, como você poderia ajudar a construir esse Abrigo?* As respostas identificadas como crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas no quadro 4.

**Quadro 4** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *Caracterização de Abrigo*.

Subcategorias		Número de Respostas	%
Aspectos Físicos		9	36,0
Aspectos Humanos		6	24,0
Atividades desenvolvidas	Lazer	4	20,0
	Tarefas domésticas	1	
	Escolares	0	
Rotina	Alimentação	3	12,0
	Regras e obrigações	0	
Cuidados/Proteção/Educação		2	8,0
<b>Total</b>		<b>25</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Percebe-se que ao caracterizarem o Abrigo, 36% das respostas nos casos estudados referem-se aos aspectos físicos, ou seja, estão relacionadas diretamente ao Abrigo pelo que “ele tem ou deveria ter”. Nas respostas que caracterizaram o Abrigo a partir dos seus aspectos físicos as crianças e adolescentes citaram o que ele “tem” ou “deveria ter” para ser considerado um Abrigo, apontando vários elementos físicos necessários para a sua constituição, que vão desde espaços físicos até os objetos, móveis e outros materiais. Desse modo, a caracterização de Abrigo está apoiada, principalmente, em dados externos, aqueles diretamente observáveis. Observe os exemplos a seguir.

Se você morasse nessa cidade, como você poderia ajudar a construir esse abrigo? *Em que sentido?* Para você, como deveria ser ou o que deveria ter nesse abrigo? *Normal, eu acho que... como se fosse aqui mesmo, ter os quartos direitinho, uma cama para cada um, talvez brinquedoteca, biblioteca, uma sala de computação, de informática, uma areazinha de lazer pra eles...* (Janaína, 15;6 anos).

*Várias coisas! Vários brinquedos para as crianças. Várias comidas para eles se alimentar direito e que tenha água pra eles direito* (Carolina, 14;5 anos).

*[ficou em silêncio]. Como deveria ser ou o que deveria ter nesse abrigo? Bonito. O que você acha que deveria ter lá? Pula- pula, brinquedo, robozinho de brinquedo, carrinho de controle e boneca também pra meninas* (Luan, 8;1 ano).

Um item apresentado que chama a atenção é o brinquedo, que é citado por alguns dos entrevistados como objeto necessário e de grande importância para as

crianças e adolescentes, além do espaço destinado ao lazer que é também visto como necessário para instituição de acolhimento, por se tratar de um espaço onde podem acontecer as brincadeiras. Assim, embora estejam presentes nas falas outros itens relacionados aos aspectos físicos como: o quarto, a cama, a biblioteca, etc., o brinquedo é o item do aspecto físico mais citado.

De acordo com Sarmiento (2002), a natureza interativa do brincar das crianças é um dos elementos fundamentais das culturas da infância. Para o autor, o brincar é a condição da aprendizagem e da sociabilidade. Não é de se estranhar que o brinquedo acompanhe as crianças nas diversas fases da construção das suas relações sociais.

Assim, entende-se que o brincar é importante em qualquer idade. Ele proporciona um meio para liberar a tensão e o estresse encontrados no ambiente. Acredita-se que, através do brincar, não apenas as crianças e os adolescentes, mas também os adultos são capazes de se comunicar e demonstrar suas necessidades, medos e desejos, que não conseguem exprimir de outra maneira.

Nota-se que as representações das crianças e adolescentes estão relacionadas às suas vivências, ao que lhes é familiar e ao que lhes é diretamente observável. Segundo Delval (2002), os aspectos mais visíveis e observáveis da situação estão sempre presentes nas representações de crianças de até 10/11 anos, pois elas muitas vezes ainda ignoram os aspectos não observáveis ou abstratos da situação. No entanto, essa característica de pensamento também pode ser observada nas representações dos adolescentes, uma vez que estes também podem se prender, esporadicamente, aos aspectos diretamente observáveis e familiares de uma situação ou àquilo que sentem como necessidade mais explícita.

Além de caracterizarem o Abrigo pelo que ele “tem” ou “deveria ter”, as crianças e adolescentes apresentam 24% das respostas baseadas nos aspectos humanos para caracterizarem o Abrigo. Observe os extratos a seguir:

Se você morasse nessa cidade, como você poderia ajudar a construir esse Abrigo? *Difícil...* Para você, como deveria ser ou o que deveria ter nesse abrigo? *Deveria ter médico sabe... é... uma pessoa que levasse pra sair... tipo, não pra sair toda hora, mas que fosse pelo menos de vez em quando pra não deixar a pessoa muito presa, sabe? Eu acho que deveria ser assim* (Juliana, 15;6 anos).

Se você morasse nessa cidade, como você poderia ajudar a construir esse Abrigo? *Ah... aí “cê” me pegou né tia...* Mas o que você acha que deveria ter ou como deveria ser esse Abrigo? *Um colega dele que ele já conhecia* (Viviane, 13;3 anos).

As crianças e adolescentes consideram as pessoas como parte integrante do Abrigo, principalmente aquelas com as quais estão em contato direto, como os cuidadores, os demais moradores do abrigo, os profissionais que lá trabalham, ou seja, ressaltam a necessidade da presença das pessoas como elementos necessários para que o Abrigo exista e funcione como tal.

Para Lisbôa (2006), a adolescência vem acompanhada de uma série de modificações físicas, psíquicas e sociais. Mudanças que tornam essa fase um período rico em novas necessidades, em explosões de desejos, em ricas experiências, acompanhadas de dúvidas, incertezas e riscos que deixam os pais perplexos e aborrecidos. Diante dessas mudanças, prevenir situações de risco implica um amplo programa de proteção à criança, que deve começar antes do nascimento e se estender até a adolescência.

Devido às várias privações que muitas crianças e adolescentes institucionalizados já sofreram, inclusive a privação materna, o estabelecimento de relações afetivas com os cuidadores é fundamental, uma vez que são esses que os escutam, os entendem, que cuidam deles atendendo suas necessidades na medida do possível, que lhes dão carinho, afeto, que lhes proporcionam oportunidades seguras de explorar e conhecer o mundo que os rodeiam, condições essenciais ao adequado crescimento e desenvolvimento integral desse público durante o acolhimento.

As crianças e adolescentes também caracterizam o Abrigo, em 20% das respostas, pelas atividades desenvolvidas, que vão desde atividades de lazer, como brincadeiras e os passeios, até as atividades domésticas. Pode-se constatar essas respostas a partir dos extratos a seguir:

Se você morasse nessa cidade, como você poderia ajudar a construir esse Abrigo? *Poderia ser aqui na casa, ter coisa diferente, coisa pra fazer, atividades, passeios, coisas assim!* (Lavínia, 15;3 anos).

... *Tinha que ter final de semana pra passear, porque aqui não sai direto, só fica em casa, é chato. Podia ter algumas brincadeiras pra fazer... é... nem sei o que.* (Vitor, 14;2 anos).

Se você morasse nessa cidade, como você poderia ajudar a construir esse Abrigo? *Não sei!* Como deveria ser ou o que deveria ter nesse abrigo? *Brincar, ajudar. Ajudar o que? As cuidadoras. Ajudar as cuidadoras em que? Limpar as coisas.* (Marina, 7;9 anos).

Observa-se, a partir destes exemplos, a importância da convivência com a comunidade e o contato com o mundo de fora do Abrigo para a construção de novas

amizades, novos olhares sobre a vida e sobre o mundo, além da possibilidade de aumentar o prazer e a alegria pela vida. Como está previsto no documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS:

A criança e o adolescente devem participar da vida diária da comunidade e ter a oportunidade de construir laços de afetividade significativos com a mesma. Deve-se propiciar sua participação nas festividades e demais eventos da comunidade, além da utilização da rede socioassistencial, de educação, saúde, cultura, esporte e lazer disponíveis na rede pública ou comunitária (BRASIL, 2009, p. 51).

Nesse sentido, as crianças e os adolescentes em situação de acolhimento não só necessitam, mas têm o direito de convivência com a comunidade por ser esta fundamental para que eles se constituam como sujeitos e melhorem seu bem estar e a autoestima. Além disso, as relações com a comunidade são extremamente importantes para o desenvolvimento de qualquer cidadão.

Observa-se, ainda, que aspectos da rotina institucional, como a alimentação, estão presentes em algumas falas das crianças e adolescentes ao caracterizarem o Abrigo. Nesse sentido, 12% das respostas são baseadas na alimentação como parte do dia a dia do Abrigo e fundamental para seu funcionamento, por se tratar de um elemento que lhes é familiar, ou seja, as crianças e adolescentes dão explicações sobre o que um lugar precisa ter para ser um Abrigo a partir de suas experiências particulares. Observe o extrato a seguir:

Se você morasse nessa cidade, como você poderia ajudar a construir esse Abrigo? [*ficou em silêncio*]. Como deveria ser ou o que deveria ter nesse lugar? [*demorou para responder*]... *Brinquedos, roupas e comida.* (Luiz Felipe, 10;3 anos).

Por fim, as crianças e adolescentes caracterizam o Abrigo, em 8% das respostas, baseados na educação que recebem na instituição de acolhimento, ou seja, caracterizam o Abrigo a partir do que aprendem sobre o que é certo e o que é errado e sobre como respeitar as pessoas. Essas respostas são exemplificadas pelos extratos a seguir:

Se você morasse nessa cidade, como você poderia ajudar a construir esse Abrigo? *Ah brincadeiras, alguns brinquedos também pra eles brincarem né!* Como deveria ser ou o que deveria ter nesse lugar? *Tinha que ser mais fechado né, pra eles não ficar saindo pra rua, também tem que ensinar eles pra eles ter educação e não desrespeitar as pessoa* (Roberto, 17;6 anos).

*Tipo assim, dando educação para as crianças (Carlos Eduardo, 15;10 anos).*

As crianças e os adolescentes, que utilizaram a educação para explicar o que é preciso ter em um Abrigo, expressaram novamente elementos que são construídos com a experiência do acolhimento, ou seja, a partir do que lhes é familiar no dia a dia da instituição e de suas experiências particulares. Nessa perspectiva, observa-se que reconhecem as funções do abrigo de cuidar e educar.

No que diz respeito ao conceito de Abrigo, foi feita a seguinte pergunta para as crianças e adolescentes: *Você sabe o que é um Abrigo?* As respostas identificadas como crenças foram classificadas em subcategorias, como mostra o quadro 5.

**Quadro 5** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *Conceito de Abrigo*.

<b>Subcategorias</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>%</b>
Finalidade	12	63,2
Conflitos/problemas na família	5	26,3
Aspectos Humanos	1	5,3
Aspectos Físicos	1	5,3
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Ao conceituarem o Abrigo, ou seja, ao explicarem o que é um Abrigo, 63,2% das respostas, o que corresponde a mais da metade, se referiram a sua finalidade, ou seja, para que serve um Abrigo. Percebe-se que as crianças e adolescentes não fazem referência diretamente “ao que é”, neste caso, ao conceito de Abrigo, mas “para que serve”. Observe os exemplos a seguir:

*Você sabe o que é um Abrigo? No que eu sei, no que eu entendo é porque assim, é uma casa que acolhe pessoas que não tem onde ficar (Lavínia, 15;3 anos).*

*É... uma casa que acolhe pessoas que a mãe não ta tendo condições de cuidar (Carlos, 10;9 anos).*

*Você sabe o que é um Abrigo? Sei! O que é um abrigo? Abrigo é mais ou menos assim... a pessoa ta na rua aí o Conselho Tutelar recolhe, leva para o Abrigo, depois conversa com aquele Juiz, aí depois ele vê se a pessoa vai poder voltar pra família ou não, aí Juiz é que decide, aí acabou... Você sabe por que os Abrigos existem? Pra tirar a pessoa da rua, afastar a pessoa um pouquinho da família se a família não tiver muito bem... é pra isso... (Viviane, 13;3 anos).*

*Sei! O que é? Abrigo é um lugar que acolhe as pessoas, que acolhe as crianças que fica andando na rua que a mãe não pode... não aguenta essas criança. Você sabe por que os Abrigos existem? Existem para tirar as crianças da rua... tirar as crianças da rua e dar educação para elas e para eles (Carlos Eduardo, 15;10 anos).*

*O que “que” é um abrigo? É, você sabe o que é um abrigo? Ah... pra mim é um lugar pra morar. E para que os abrigos existem? Não sei! Tenta pensar, por que você acha que os Abrigos existem? Pra pegar os meninos que não tem família... sei não! (Vitor, 14;2 anos).*

Observa-se, a partir dos relatos, que para as crianças e adolescentes, o conceito de abrigo está atrelado a um lugar onde eles têm a possibilidade de vivenciar sua infância quando não têm onde ficar ou quando os pais não têm condições de cuidar. O abrigo apresenta-se, muitas vezes, como o único local, mesmo que temporário, para a permanência dessas crianças e adolescentes. Como salienta Arpini (2003):

*Na verdade, a instituição [abrigo] muitas vezes se apresenta como a melhor alternativa para um grande número de crianças e adolescentes, o que determina a necessidade de um comprometimento ainda maior de suas ações, pois esse é o único caminho para a superação dos trágicos estereótipos de sua história (Arpini, 2003, p.179).*

Nessa perspectiva, o abrigo se apresenta como uma opção possível, uma vez que alguns estudos comprovam que as crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade não possuem um grupo familiar extenso de vínculos significativos na comunidade ao qual a família possa recorrer para encontrar apoio e orientação no desempenho de suas funções de cuidado e proteção.

Outro aspecto presente nas representações das crianças e dos adolescentes ao conceituarem o Abrigo foram os conflitos/problemas na família, que corresponderam a 26,3% das respostas, como pode ser exemplificado nos extratos a seguir:

*Você sabe o que é um Abrigo? Um Abrigo é onde crianças e adolescentes ficam quando suas famílias assim... não tem... como eu posso falar... tipo, não tem responsabilidade direito com as crianças, ou que tipo, tem algum problema com bebidas, drogas, essas coisas assim (Juliana, 15;6 anos).*

*Ah... um Abrigo assim, quando a criança não... quando a família não quer a criança, a família não cuida da criança, abandona a criança na rua e quando a família não quer a criança, quando a pessoa vê que a criança precisa de ajuda eles vai e acolhe a criança e traz para o Abrigo, aí o Juiz vê se a criança vai poder ficar e se a criança tem ... se a família tem condição de cuidar da criança ainda, se a família não tiver aí eles vai e acolhe a criança (Carolina, 14;5 anos).*

Como é possível observar, ao conceituarem o Abrigo algumas crianças e adolescentes apresentam a situação de vulnerabilidade social ou pessoal (negligência, maus tratos, abandono) vivenciada antes do acolhimento institucional. O que se constata com isso são inúmeras instituições sendo constituídas com a finalidade de acolher crianças e adolescentes que são retirados de seus lares, tendo, muitas vezes, o poder familiar sido suspenso devido a situações caracterizadas como negligência e maus tratos.

Após a implementação do ECA, os abrigos passam a ser designados como instituição destinada a acolher crianças e adolescentes como medida de proteção e muitas crianças e adolescentes passam então a ter o abrigo como lar até que sua situação jurídica seja definida e que possam retornar aos seus lares de origem, ou encaminhados para adoção.

Fica evidente que a segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social. Isso supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade. A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou múltiplas inaceitações ou intolerâncias estão no campo do convívio humano. A dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio (PNAS, 2004).

Mais uma vez, os aspectos físicos e os aspectos humanos aparecem nas respostas das crianças e dos adolescentes, só que dessa vez para conceituarem o Abrigo e de uma forma mais singular, correspondendo a 5,3% das respostas para cada aspecto. A resposta que diz respeito ao aspecto físico e ao aspecto humano pode ser exemplificada no extrato a seguir.

Você sabe o que é um Abrigo? [*afirmou com a cabeça sim*]. O que é um Abrigo? *É uma casa, aí tem uma casa pra homem e pra mulher* (Luan, 8;1 anos).

Observa-se que a representação dessa criança sobre o conceito de Abrigo se baseia nos aspectos mais perceptíveis da situação, ou seja, a casa onde dormem as crianças e adolescentes, bem como a separação entre meninos e meninas residentes no

Abrigo. Fica claro que separar os meninos das meninas no Abrigo marca essa criança, e essa preocupação é tão presente na sociedade que as crianças, ao se relacionarem com o meio em que vivem, apreendem essas atitudes de tal forma que passam a ter essas preocupações também.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, embora o conhecimento social se dê na interação com as outras pessoas, ele não é uma simples cópia do que é transmitido pelos outros, mas construído pela criança a partir de suas ações na interação com as pessoas, sejam elas crianças, adolescentes ou adultos. Percebe-se pelas falas que, como aponta Saravali e Guimarães (2010), as crianças sofrem diversas influências sociais quando interagem com o meio em que estão inseridas e é por meio dessa interação e das trocas estabelecidas que as crianças iniciam a construção de suas representações sobre a realidade social.

Com relação à categoria *Identificação com o abrigo*, foi feita a seguinte pergunta para as crianças e adolescentes: *Para você, as crianças gostariam de ir para outro lugar que não fosse a casa deles? Essas crianças que o Juiz acha que não vão mais poder morar com a família?* Para essa pergunta, os sujeitos apresentaram as respostas NÃO, SIM e TALVEZ. As respostas identificadas como crenças foram classificadas em subcategorias, como mostram o **quadro 6** para os sujeitos que responderam NÃO, o **quadro 7** para os que responderam SIM e o **quadro 8** para os que responderam TALVEZ.

**Quadro 6** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes que responderam que as crianças da história situacional NÃO gostariam de ir para outro lugar que não fosse a casa deles segundo a categoria: *Identificação com o Abrigo*:

Respostas NÃO		Subcategorias	Número de Respostas	%
Nº de crianças	%			
10	76,9	Sentimentos	9	90,0
		Não respondeu	1	10,0
		<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Percebe-se que ao serem questionados se as crianças da história situacional iriam gostar de ir para outro lugar que não fosse a casa deles, **dez** crianças/adolescentes, o que corresponde a 76,9% das respostas, falaram que não.

O fato de a grande maioria das crianças e adolescentes responderem que as crianças da história não gostariam de ir para outro lugar que não fosse a família, revela

que as crianças e os adolescentes que são institucionalizados passam por uma experiência que, inevitavelmente, envolve perdas, principalmente a perda dos referenciais de vida. Para muitas dessas crianças e adolescentes o mundo que eles conheciam deixa de existir, ainda que, em alguns casos, temporariamente, tendo que passar pelo desafio de incorporar em sua história, um novo mundo e novas referências (SILVA 2007). Segundo Filho (2007), toda criança fica aterrorizada diante da perspectiva do abandono, uma vez que o abandono por parte dos pais é equivalente à morte, pois, além de se sentir abandonada, ela mesma se abandona.

Filho (2007, p. 71) salienta ainda que *viver em família é a melhor solução para prevenção de distúrbios de desenvolvimento físico, emocional e cognitivo. Ninguém de verdade pode substituir a relação pessoal, familiar com a mãe, o pai, os familiares mais próximos*. Nesse sentido, para a maioria das crianças e adolescentes participantes deste estudo, o universo que lhes era familiar e conhecido, mesmo que muitas vezes conturbado e até perigoso, era ainda, o melhor lugar para estarem.

Dentre essas crianças/adolescentes que responderam que **não**, ou seja, que as crianças não iriam gostar de ir para outro lugar que não fosse a casa deles, apenas uma criança não justificou sua resposta, as demais crianças e adolescentes apresentaram respostas baseadas nos sentimentos em relação à família. Observe os extratos a seguir:

Para você, as crianças gostariam de ir para outro lugar que não fosse a casa deles? Essas crianças que o Juiz acha que não vão mais poder morar com a família? *Não! Por que você acha que não? Porque elas vão ficar afastadas muito de sua família, eles vão ficar tristes, e não vai gostar de ficar longe da família* (Carolina, 14;5 anos).

Por que você acha que não? *Porque eles já acostumaram com a família, e quando eles chegarem em outro lugar eles vão ficar assustados* (Luiz Felipe, 10;3 anos).

(...) *Porque era mais fácil eles ficar com as famílias deles do que com as outras pessoas que eles não conhecem. É melhor ficar na família* (Viviane, 13; 3 anos).

(...) *Porque já é acostumado com a família... e gosta... e tem mais respeito pra ficar com as famílias e não vai querer vim pra um lugar, tipo assim, fechado e que não pode sair* (Carlos Eduardo, 15;10 anos).

É notório, a partir dos relatos, que o que torna a experiência do acolhimento mais difícil e dolorosa é a separação da família. A maior parte das crianças/adolescentes revelaram nas entrevistas a saudade que sentem dos familiares e da comunidade em que viviam, manifestando anseio em retornarem para o meio de origem. Embora as crianças

e os adolescentes entrevistados relatassem gostar do Abrigo, a partir dessas falas demonstram os sentimentos de frustração e tristeza por terem sido afastados de suas famílias.

É importante enfatizar que, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 19: *Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada à convivência familiar e comunitária [...] (BRASIL, 1990).* Ao mesmo tempo, o princípio da institucionalização consiste em retirar as crianças e adolescentes de qualquer situação de vulnerabilidade ou risco para proporcionar-lhes o desenvolvimento integral, sendo considerado, portanto, uma medida de proteção. Apesar disso, os relatos das crianças e adolescentes evidenciam que a separação da família causa sofrimento e tristeza e que mesmo separados da família, esta ainda é seu principal vínculo afetivo e para onde eles querem voltar. Diante desses dados, uma questão intrigante que não pode deixar de ser feita é: Será que essas crianças e adolescentes precisavam mesmo passar pelo sofrimento da separação de suas famílias para terem garantidos os seus direitos de proteção integral?

Rizzini (2006, p. 20) enfatiza que para o entendimento de opções de atendimento à criança e ao adolescente tendo em primeiro plano o direito básico da convivência familiar e comunitária, é preciso considerar alguns mitos e distorções que culminaram no mesmo ponto: o afastamento da família. São eles:

- ***A intervenção sobre a família e seus filhos deveria ser exceção, mas não é. Como as políticas públicas não são capazes de cumprir o seu papel efetivamente, a Justiça e os Conselhos Tutelares, ao constatarem qualquer situação que envolva risco para crianças e/ou adolescentes, adotam a medida extrema de retirá-los de casa. A própria sociedade, as escolas, cobram atitudes “concretas” para amenizar situações para as quais não se encontram soluções a curto prazo;***
- ***O alvo da intervenção é a família pobre. Estas famílias são dependentes da ação das políticas públicas e se encontram em situação de vulnerabilidade, por isso passíveis da intervenção de quem deveria protegê-las;***
- ***Confunde-se a autoria da violação. A família é culpabilizada por uma situação onde o responsável de fato é o Estado;***

- **Falta de articulação e de clareza de atribuições.** Quando a família necessita de ajuda, faltam aparatos de apoio, como serviços médicos, psicológicos e educacionais. Falta um entendimento sério do papel da rede de atendimento.

Fica evidente que, para superação da cultura da institucionalização, são necessárias alternativas ao modelo assistencialista que historicamente marcou o atendimento à população carente, mantendo-a na pobreza e sujeita a políticas clientelistas (RIZZINI, 2006).

Desse modo, a adoção de medidas relativamente simples reduziriam o número de institucionalização de crianças e adolescentes. Contudo, ainda encontra-se enraizada a cultura da internação. Os abrigos do país continuam recebendo uma demanda contínua. Não existe prazo para a permanência – é comum o abrigo ser de longo prazo (SILVA, 2007).

O que mais incomoda é a certeza de que as crianças e adolescentes que chegam aos abrigos, a princípio, não deveriam ser separadas de suas famílias. Muitos lá estão pela impossibilidade de seus pais suprirem minimamente suas necessidades mais básicas. Estão lá por negligência, pobreza, fome, etc. Esses motivos perseguem, há décadas, as famílias brasileiras pobres, que permanecem desamparadas. Em geral, reconhece-se que a institucionalização dos filhos em nada mudará a realidade das famílias. Porém, o abrigo esconde o que incomoda a sociedade e desresponsabiliza o Estado de outras medidas (SILVA, 2007).

**Quadro 7** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes que responderam SIM, que as crianças da história situacional iriam gostar de ir para outro lugar que não fosse a casa deles segundo a categoria: *Identificação com o Abrigo*:

Respostas SIM		Subcategorias	Número de Respostas	%
Nº de crianças	%			
2	15,4	Sentimentos	1	50,0
		Cuidados/Proteção/Educação	1	50,0
		<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Observa-se que **duas** crianças/adolescentes, o que corresponde a 15,4% das respostas, responderam que **sim**, ou seja, que as crianças da história situacional gostariam de ir para outro lugar que não fosse a casa deles.

Essas crianças/adolescentes basearam-se nos sentimentos e nos cuidados/proteção/educação que consideram ser pertinentes aos abrigos e pode-se inferir que pode estar relacionado ao próprio sentimento com relação à instituição de acolhimento na qual estão acolhidos. Veja os extratos a seguir que exemplificam as respostas que dizem respeito ao sentimento e aos cuidados/proteção/educação:

*Para você, as crianças iriam gostar de ir para um Abrigo? Essas crianças que o Juiz acha que não vão mais poder morar com a família? Aí eu não sei porque no meu caso, eu até que eu gosto sabe... eu não acho tão ruim assim não. Mas agora, no caso deles... não sei! Mas o que você acha? Eles gosta, eles gosta sabe? Na hora que por exemplo, quando eles for embora eles vão sentir uma saudade daqui. Mas quando eles forem para (nome do Abrigo), é eu acho que eles ficariam mais felizes (Laisla, 12;11 anos).*

*Se o Abrigo for tipo que nem aqui elas vão gostar, eu tenho certeza! Por que você acha que elas vão gostar? Por que aqui... eu estou aqui a quase dois anos e nesses dois anos eu aprendi muita coisa aqui. Tipo, eu não vou falar que eu mudei muito não, porque eu não mudei tanto assim não, mas eu aprendi o que é certo e o que é errado. Eu acho que no tempo que elas ficassem lá elas iam aprender também (Juliana, 15;6 anos).*

Percebe-se, a partir destes relatos, que as adolescentes têm consciência de que o Abrigo pode atender bem suas necessidades, inclusive as afetivas, já que se sentem cuidadas e recebem uma boa educação na instituição de acolhimento. Para muitas crianças e adolescentes que sofreram algum tipo de negligência, violência doméstica, abusos físicos, emocionais e até mesmo sexuais no contexto intrafamiliar, qualquer opção de moradia pode ser melhor do que ficar com a família.

Nessa perspectiva, Filho (2007) salienta que nos casos em que o lar é falido, difícil, tão árduo e complexo, com pais ausentes, drogados, alcoolizados, violentos e abusivos, ficar na rua, por exemplo, é muito mais adequado e prazeroso do que estar com suas famílias, que não lhes trazem nada de afeto e amor. Outra questão importante de ser enfatizada é que toda criança e adolescente tem o desejo de ser protegida, amparada e amada pela família e quando isso não acontece, eles podem se sentir vulneráveis, o que faz com que percebam o Abrigo enquanto um lugar que supre as necessidades que possivelmente a família não consegue atender.

**Quadro 8** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes que responderam que as crianças da história situacional TALVEZ gostariam de ir para outro lugar que não fosse a casa deles segundo a categoria: *Identificação com o Abrigo*:

Respostas TALVEZ		Subcategorias	Número de Respostas	%
Nº de crianças	%			
1	7,7	Cuidados/Proteção/Educação	1	100,0
		<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Observa-se que **uma** criança/adolescente, ou seja 7,7% da amostra respondeu **talvez**, ou seja, que talvez as crianças da história gostariam ou de ir para outro lugar que não fosse a casa deles, como pode ser exemplificado no extrato a seguir.

Para você, as crianças gostariam de ir para outro lugar que não fosse a casa deles? Essas crianças que o Juiz acha que não vão mais poder morar com a família? *Ah depende de como a pessoa era tratada sei lá... eu penso assim!* (Lavínia, 15;3 anos).

A partir deste relato é possível observar que para essa adolescente a maneira como a criança é tratada pela família influencia diretamente se ela vai gostar ou não de morar em outro lugar. É evidente que a família desempenha um papel fundamental na vida das crianças e adolescentes, pois é através do vínculo afetivo que estabelecem com suas famílias que a criança/adolescente tem a capacidade de criar uma imagem positiva ou negativa do contexto familiar no qual estão inseridos. Porém, isso pode mudar dependendo de como ocorrem as relações.

De acordo com Nogueira e Costa (2005), dentre as necessidades primordiais de crianças com um passado de ruptura e de sofrimento, está a possibilidade de encontrarem no Abrigo um ambiente adequado, atmosfera que as ajude a encontrar segurança e bem-estar, um quadro não somente acolhedor, mas também estável. Assim, quando o vínculo afetivo da criança/adolescente com a família está fragilizado ou foi rompido, o Abrigo se torna uma boa opção não só de moradia, mas também de formação, orientação e educação.

Percebe-se, então, que mesmo que seja algumas vezes de forma singular, as crianças e adolescentes em situação de acolhimento são capazes de expressar suas ideias sobre o Abrigo, ou seja, elas constroem sua representação sobre o Abrigo na interação

que estabelecem no ambiente institucional e conseguem expor suas representações, descrevendo o que é um Abrigo, identificando-o e caracterizando-o.

Nessa perspectiva, acredita-se que crianças e adolescentes abrigados devem ser entendidos como personagens principais do seu projeto de vida, podendo assim, participar ativamente na busca de soluções para situações reais, uma vez que são, intrinsecamente, detentores de saberes que podem contribuir para a elaboração de propostas que venham ao encontro de suas necessidades e interesses.

A seguir verifica-se o que as crianças e adolescentes pensam e respondem sobre como se veem em determinadas situações e o que falam dos assuntos referentes a eles diretamente, ou seja, vamos descrever sobre o item autocaracterização.

## 2. Autocaracterização

O item “autocaracterização” teve por objetivo possibilitar conhecer como as crianças e adolescentes falam de assuntos referentes a eles diretamente, ou seja, como eles se veem nas situações apresentadas. No caso deste estudo, diz respeito aos motivos que levaram ao acolhimento, o que sentiram quando chegaram ao Abrigo, o que pensam sobre o Abrigo em que moram e quais relações mantém com a família de origem durante o período em que se encontram acolhidos.

Com relação ao item Autocaracterização, **nenhuma** criança ou adolescente apresentou respostas não-importistas ou fabuladas, sendo assim, as **treze** crianças e adolescentes sujeitos da pesquisa deram respostas válidas para análise, ou seja, deram respostas consideradas crenças espontâneas ou desencadeadas, expressando claramente suas ideias.

Em relação à categoria *motivos do acolhimento*, foi feita a seguinte pergunta para as crianças e adolescentes: *Você poderia me falar porque você veio morar aqui no Abrigo?* As respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas no quadro 9.

**Quadro 9** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *Motivos do acolhimento*.

Respostas SIM		Subcategorias	Número de Respostas	%
Nº de crianças	%			
9	69,2	Conflitos/Problemas na família	8	80,0
		Desejos e Necessidades	1	10,0
		Atitudes/Comportamento	1	10,0
		<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0</b>
Respostas NÃO		Subcategorias	Número de Respostas	%
Nº de crianças	%			
4	30,8	Não responderam	2	50,0
		Conflitos/Problemas na família	2	50,0
		<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Do total de **treze** crianças e adolescentes sujeitos da pesquisa, **nove** deles, o que correspondeu a 69,2% dos entrevistados responderam que sim, ou seja, que sabiam os motivos do acolhimento e **quatro**, o que correspondeu a 30,8% dos entrevistados disseram não saber os motivos do acolhimento. Este dado revela a autoridade e hierarquia relativa aos adultos, uma vez que parte das crianças e adolescentes não tem conhecimento dos motivos de terem sido afastados de suas famílias, ficando sem resposta para situação e dependente dos interesses e necessidades dos adultos.

Das crianças e adolescentes que responderam que sabiam os motivos do acolhimento, 80% das respostas dizem respeito aos conflitos/problemas na família. Observe os exemplos a seguir:

Você poderia me falar porque você veio morar aqui no Abrigo? *[gesticulou a cabeça afirmando que sim].* Por que? *É porque minha mãe saía, deixava eu, minha irmã e meus dois irmãos “pequenininim” em casa, aí chegava um monte de denúncia lá em casa, porque minha mãe saía e não deixava comida pra nós, aí ela saía pra balada de noite, nós ficava sozinho em casa aí passou uns dias assim... eles começaram a denunciar ela que ela saía pra balada e batia muito “ne” mim. Quando eu chegava da escola eu apanhava muito dela e depois... que nós almoçava na casa de uma mulher lá porque nós não tinha comida em casa, aí... aí depois que passou uns dias minha mãe foi pra tourada, seguir a tourada ela e meus dois irmãos “pequenininim” aí minha irmã não tinha lugar pra ficar, aí eles foi e fez a denúncia que minha mãe foi pra tourada e deixou eu e minha irmã em casa, aí eles foi e chamaram a polícia pra ela e o Conselho Tutelar, eles pegaram e passou uns dias eles acolheram nós e trouxe nós pra cá* (Carolina, 14;5 anos).

*Porque minha mãe me batia, não deixava eu sair e tinha que ficar arrumando casa, por isso que eu vim pra cá (Vitor, 14;2 anos).*

*Porque a minha mãe ela tem um problema de transtorno mental e o meu pai já faleceu quando eu tinha 11 anos. Os meus parentes não podem ficar comigo porque... uns viajam demais, os outros estão passando por problemas de saúde então... não tem condição emocional de ta comigo e também por medo da minha mãe ta indo e querer cassar alguma confusão com eles, porque quando ela entra em surto ela não se dá bem com nenhum dos meus parentes (Janaína, 15;6 anos).*

*A minha mãe, eu morava com minha, com meu padrasto e com meus três irmãos. É... minha mãe tem problema com droga [abaixou a cabeça]... Minha mãe tem problema com droga e ela deixava a gente sozinho e eu não combino com meu padrasto e meu padrasto chamou o conselho pra gente, aí a gente veio pra cá, eu e meu irmão, minha irmã foi pra casa da minha tia (Lavinia, 15;3 anos).*

A instituição família é considerada por alguns estudiosos, como Rizzini (2004), o lugar mais importante para o desenvolvimento dos indivíduos, mesmo que não atenda aos padrões ideais estabelecidos pela sociedade. Sabe-se que nesse mesmo espaço considerado propício ao desenvolvimento dos laços afetivos, a violência, o desamparo, a negligência, os conflitos e os abusos também podem se instalar. E é exatamente por esses, entre tantos outros motivos, que as crianças e adolescentes são encaminhadas para abrigos, já que como preveem os documentos que regulamentam estes serviços, ali eles poderão receber os cuidados que a família, no momento, não pode oferecer-lhes. A partir dos resultados exemplificados nos extratos apresentados é importante destacar que, segundo Azevedo e Guerra (1995), a violência contra crianças e adolescentes representa:

Todo ato ou omissão praticada por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima implica de um lado, numa transgressão do poder, dever de proteção do adulto, e de outro, numa "coisificação" da influência, isto é, numa negação do direito que os adolescentes e crianças têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (AZEVEDO e GUERRA, 1995, p. 36).

Nesse sentido, para as autoras a violência pode ser classificada como sexual, psicológica, física e negligencial. O fato mais comumente nos casos de violência contra crianças e adolescentes é que ela ocorre, na maioria das vezes, no espaço intrafamiliar. Entretanto, um fato importante a ser enfatizado e que, na maioria das vezes, não é levado em consideração pelo poder público, é que as pessoas não nascem agressoras, os

comportamentos são construídos dentro de um contexto socioeconômico, político e cultural (BARREIRA, *et. al.*, 1999). Além disso, na maioria das vezes, o agressor foi vítima de maus tratos durante a infância, com privação ou rejeição afetiva, e que agora, repetem nos filhos esse histórico de violência. O que se quer ressaltar, portanto, é o equívoco na compreensão do problema, cuja origem ficou reduzida à incapacidade da família que é vista pelo Estado como incapaz e, conseqüentemente, tanto a família quanto a criança são punidos (RIZZINI, 2006).

Outro aspecto apresentado como motivo para o acolhimento foi o desejo e a necessidade de acolhimento pela própria adolescente, o que correspondeu a 10% das respostas, como pode ser visto no extrato a seguir:

*Você poderia me falar porque você veio morar aqui no Abrigo? Eu pedi. De qualquer maneira também eu acho que iam me pegar. Mas você pediu para quem? Para Conselheira. Ninguém nunca ia pedir para eles pegar. (Laisla, 12; 11anos).*

O desejo e necessidade do abrigamento por parte dessa adolescente evidenciam, mesmo que de maneira implícita, os conflitos e problemas presentes em sua família. Fica a impressão de que, para essa adolescente, mesmo não sendo o melhor lugar para se viver, o abrigo é a única alternativa de se encontrar em um local de maior proteção. Assim, sabe-se que para muitos casos o abrigo é a melhor opção naquele instante, porém, não há dúvidas de que deve ser por pouco tempo, pois, por mais acolhedor que possa ser, a partir do momento que se torna efetivamente o lar daquele indivíduo, rompe com a sua função de provisoriedade.

As atitudes e o comportamento também foram destacados por um dos adolescentes como os motivos para o acolhimento, o que correspondeu a 10% das respostas. Observe o extrato a seguir:

*Você poderia me falar porque você veio morar aqui no Abrigo? É porque eu andava muito na rua... eu andava muita na rua e começava 7 horas da manhã e chegava em casa 7 da noite. Meu avô não me tolerava e não gostava de mim, aí eu comecei a andar na rua, andar com gente que não é bom amigo, gente que é... que é assim... meio... até esqueci... é tipo meio aquelas pessoas que assim, judia do próximo, judia do próximo e não dá atenção pra essas pessoas (Carlos Eduardo, 15;10 anos).*

As atitudes e comportamentos inadequados são considerados pelo adolescente como motivos do seu acolhimento, ou seja, verifica-se um sentimento de culpa por parte do adolescente, que percebe o acolhimento como uma medida de correção para sua

vivência de rua. Além disso, o próprio adolescente expressa os danos irreversíveis que esta vivência diária poderia lhe causar. Nessa perspectiva, como salienta Filho (2007):

A vida na rua, ou em situação de rua gera altos níveis de estresse, pois os riscos são frequentes e intensos e exigem o desenvolvimento de habilidades de defesa, testam a vulnerabilidade emocional, física, social e cognitiva das crianças. Elas estão expostas a todas as mazelas sociais. A busca de alimento e abrigo, e mesmo de compensações emocionais, leva-as ao crime e a violência e, se para as pessoas comuns a rua é trânsito, de passagem, para essas crianças abandonadas e miseráveis pode ter várias conotações e possível de se receber muitos olhares (FILHO, 2007, p. 43).

No que concerne às quatro crianças e adolescentes que disseram não saber os motivos do acolhimento, **duas** afirmaram que, de fato, não sabiam por que estavam no abrigo. Nesse sentido, é interessante salientar que muitas crianças e adolescentes desconhecem ou não compreendem o motivo do acolhimento, o que pode muitas vezes despertar sentimentos de insegurança, tristeza, revolta, abandono e outros, que dificultam a adaptação à nova realidade. Diante desse fato, uma questão intrigante que deveria ser avaliada pelo poder público é a seguinte: as crianças e adolescentes que são retirados de suas famílias sem qualquer conhecimento prévio não estariam sendo usadas como mero objeto sem reconhecimento de suas competências e legitimidade para intervir no seu processo de proteção? Elas não têm o direito de saber o motivo do afastamento? Ao não conhecer os motivos pode considerar que a própria família não a quis.

Fernandes (2005), em sua pesquisa de doutorado que tinha como objetivo compreender e investigar os constrangimentos políticos, sociais e simbólicos que afetam os direitos das crianças e adolescentes em centros de acolhimento temporários ou permanente, entrevistou crianças e adolescentes do Colégio dos Rouxinóis na cidade de Braga – Portugal, e os resultados encontrados revelam dois aspectos importantes do acolhimento: Por um lado, há a ausência de qualquer consulta, por parte dos adultos, ao principal visado do episódio, em um assunto tão importante como o que está em causa. Por outro lado, essas crianças, perdidas nas teias da autoridade e hierarquia relativamente aos adultos, não questionam a situação, nem a forma com que se desenrola, encarando como inevitável o encaminhamento adulto-centrado. Desse modo, segundo a autora, *a criança é duplamente desprotegida: pela ausência de uma resposta familiar que lhe proporcione resposta aos direitos mais básicos e pela posição de tutela*

*dependente dos interesses e necessidades de todos os outros* (FERNANDES, 2005, p. 263).

**Dois** crianças/adolescentes disseram, sem maiores explicações, que não sabiam ao certo, mas achavam que era devido aos conflitos/problemas na família. Vejamos o extrato a seguir:

Você poderia me falar porque você veio morar aqui no Abrigo? *Não sei! Só minha irmã. Minha irmã é maior que eu já. Você acha que foi por que? Ah... minha mãe deixava os filho em casa e ia muito pro barzinho... éh...* (Carlos, 10;9 anos).

A Política Nacional de Assistência Social, concebida em 2004, prevê a criação de redes de assistência como forma de atendimento às necessidades da família, priorizando a convivência familiar e comunitária. Pretende integrar ações do Estado e da sociedade civil como forma de aglutinar recursos e coordenar ações até então fragmentadas, superpostas e isoladas (SILVA, 2007). Apesar desses pressupostos, uma questão que nos intriga nesse sentido é a seguinte: quais as razões levam uma criança e/ou um adolescente que tem uma família, a viver em um abrigo?

Gonçalves (2003) levanta a questão da intervenção na família diante de fatos como a escassez de recursos e da violência doméstica:

Quando devem ter início ações de proteção junto à família e, principalmente, como decidir o instante em que elas podem ou devem cessar? Como conduzir a intervenção junto à família diante da escassez de recursos disponíveis pra assegurar seu bem-estar e, por extensão, o bem-estar da criança? Em que circunstâncias afastar uma criança de seus pais biológicos e encaminhá-la a uma família substituta ou a um abrigo, pode representar um benefício? (Gonçalves, 2003, p. 94).

As crianças e adolescentes acolhidos em instituições, muitas vezes, advêm de famílias que vêm tendo seus direitos negados durante várias gerações. Uma família que vive em situação de extrema miséria vê-se impossibilitada de manter um mínimo de estabilidade em sua vida familiar (RIZZINI, 2006). Assim, as expressões das questões sociais enfrentadas pelas famílias, em sua grande maioria, continuam sendo vistas apenas como casos de família. No conjunto heterogêneo das políticas públicas na área social, a assistência social parece apresentar menos unidade e menor coordenação das suas ações (SILVA, 2007).

Desse modo, entende-se que priorizar de fato a família é garantir condições dignas de vida para que possa exercer suas funções parentais e apoiá-la nesse sentido.

Afirmar sua competência apenas no plano da retórica não basta e também mudar isso implica novos paradigmas ao nível da ação. Talvez o mais importante seja criar alternativas concretas que efetivamente deem conta de se contrapor a opção de abrigo (RIZZINI, 2006).

No que tange à categoria *lembranças da chegada ao abrigo*, foi feita a seguinte pergunta: *Você se lembra como foi quando você veio morar aqui?* Para essa pergunta, os sujeitos apresentaram as respostas SIM, ou seja, que se lembravam da chegada ao Abrigo e respostas NÃO, que não se lembravam. As respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas no quadro 10.

**Quadro 10** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *Lembranças da chegada no abrigo*.

<b>Respostas SIM</b>		<b>Subcategorias</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>%</b>
<b>Nº de crianças</b>	<b>%</b>			
12	92,3	Sentimentos	12	100,0
		<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100,0</b>
<b>Respostas NÃO</b>		<b>Subcategorias</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>%</b>
<b>Nº de crianças</b>	<b>%</b>			
1	7,7	Não respondeu	1	100,0
		<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Foi perguntado às crianças e adolescentes se eles se lembravam como foi a chegada no Abrigo. Do total de crianças e adolescentes, **doze** responderam que sim, ou seja, que se lembravam da chegada ao abrigo, o que correspondeu a 92,3% da amostra, e **uma** criança/adolescente respondeu que não se lembrava, o que correspondeu a 7,7% da amostra.

Das crianças e adolescentes que responderam que se lembravam da chegada ao abrigo, todas apresentaram respostas baseadas no que sentiram ou pensaram quando chegaram à instituição, ou seja, foram baseadas nos sentimentos. Observe os exemplos a seguir:

*Você se lembra como foi quando você veio morar aqui? No começo eu fiquei meio fechada, mas depois, não levou nem uma semana para eu me adaptar aqui não* (Juliana, 15;6 anos).

*Lembro. E como foi? No dia que eles acolheram eu, eu fui e chorei muito e fiquei com muito medo deles me levarem para um lugar mais longe. Só que depois que percebi que aqui não era ruim, eu fui acostumando assim, aí depois eu fui esquecendo de tudo assim, esquecendo que minha mãe batia muito “ne” mim, aí no primeiro dia que eu cheguei aqui eu tomei banho de cavalinho. E o que é tomar banho de cavalinho? Tomar banho de balde (Carolina, 14;5 anos).*

*Eu só cheguei aqui chorando assim... querendo minha mãe, aí só que eles fez um lanche, botou uns brinquedo lá pra mim brincar, aí eu fiquei lá... não queria brincar, aí eu fui pro sofá fiquei vendo TV e depois eu fui lá pra fora lá (Luis Felipe, 10;3 anos).*

Percebe-se que o contato com um lugar diferente, principalmente em se tratando de um Abrigo, causa nas crianças e adolescentes, em um primeiro momento o estranhamento. Entretanto, com o passar do tempo, o abrigo é concebido como um espaço de proteção, uma opção de moradia provisória que proporciona características residenciais, oferecendo-lhes atividades de lazer e rotina, como alimentação, banho, televisão, etc., que contribuem significativamente para a rápida adaptação ao acolhimento. Embora não esteja explícito nas falas das crianças e adolescentes, é possível perceber que há certa satisfação em relação ao abrigo, uma vez que a instituição lhes oferece um ambiente de proteção, e também, pela possibilidade do brincar.

Em relação à chegada ao Abrigo, foi perguntado ainda às crianças e adolescentes se lembravam de quem havia os encaminhado para a instituição, e do total de **treze** crianças/adolescentes, **doze** disseram que sim, que se lembravam, e **uma** criança afirmou que não se lembrava. Das **doze** crianças que disseram que se lembravam de quem havia os encaminhado ao abrigo, 76,9% da amostra respondeu que foi o Conselho Tutelar, e 15,4% respondeu que foram funcionários da instituição de acolhimento. Esses dados são exemplificados no quadro 11.

**Quadro 11:** Instituição responsável pelo encaminhamento para o Abrigo:

<b>Instituições/Pessoas que encaminharam ao Abrigo</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>%</b>
Conselho Tutelar	10	83,3
Funcionários do Abrigo	2	16,7
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Este dado revela que grande parte das crianças e adolescentes que compuseram a amostra tem conhecimento de que o Conselho Tutelar foi o responsável pelo encaminhamento ao abrigo. Nesse sentido, é importante salientar que o direito das

crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária depende, portanto, da garantia de uma série de condições na família, no Estado e na sociedade. Para promover a efetivação da política e atendimento, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) ordenou a criação de órgãos específicos pelo governo e pela sociedade civil organizada, capaz de atender às diretrizes previstas, como os Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares, as Delegacias Especializadas, as Delegacias Públicas, as Varas e Promotorias Especializadas da Infância e da Juventude e os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente. O conjunto desses órgãos é a concretização do próprio Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente.

No que diz respeito ao Conselho Tutelar, o artigo 90 do ECA define o Conselho Tutelar como: “órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e adolescente, definidos por Lei”. Ainda sobre o Conselho Tutelar, é previsto que cada município conte pelo menos com um Conselho, o qual deve ser escolhido pela comunidade local, sendo regulamentado por Lei Municipal; os recursos necessários para o seu funcionamento constarão no orçamento do município (BRASIL, 1990).

Desse modo, o Conselho Tutelar é um dos órgãos responsáveis pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente que atua no âmbito do município e tem a função específica de atendimento a cada caso de maus tratos, espancamentos, violência sexual, negligência, exploração do trabalho infantil, abandono ou quaisquer outras formas de violência cometidas contra crianças e adolescentes.

No que diz respeito à categoria *O Abrigo*, foi solicitado às crianças e adolescentes que falassem sobre o abrigo onde moravam. As respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas no quadro 12.

**Quadro 12** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *O abrigo*.

Subcategorias		Número de Respostas	%
Sentimentos		13	46,4
Rotina	Alimentação	0	28,6
	Regras e obrigações	8	
Aspectos Humanos		5	17,8
Aspectos Físicos		1	3,6
Atitudes/Comportamentos		1	3,6
<b>Total</b>		<b>28</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Todas as crianças/adolescentes, ou seja, as **treze** que compuseram a amostra, citaram primeiramente os sentimentos em relação ao abrigo, o que correspondeu a 46,4% do total das respostas, mas ressaltando que todas incluíram os sentimentos em suas respostas. Vejamos alguns exemplos:

*Me fale um pouco daqui do Abrigo que você mora? Ah eu to achando legal, gostoso (Luan, 8;1 ano).*

*Ah, é legal (Carlos, 10;9 anos).*

*É bom, legal (Marina, 7;9 anos).*

*Ah eu gosto de morar aqui. Assim, eu gosto, não tenho nada a reclamar daqui. Eu gosto. A única coisa assim... que não pode é sair né, mas assim, eu já tenho compromisso que a gente tem, eu pego e saio, só que aí eu volto no horário. Então assim, é bom também, é... a gente pode sair igual por exemplo, eu tenho minha aula, eu vou na minha aula desço quase assim... umas meia hora antes da minha aula e depois eu chego, marcam o horário e eu chego. Assim também eu acho até melhor né, porque a gente ficando numa casa normal nossa mesmo, a gente pega e sai para um lado sai para o outro faz essas coisa errada sabe... Depois também tem o nome sujo, acho que aqui desde que assim... deixam sair... pelo menos assim eu... igual por exemplo, eu tenho aquele negócio também, eu vou lá e pego e vou sozinha ou se não acompanhada. Por mim tudo bem, é bom que eu não preciso ficar que nem era antes né... Numa casa normal ter liberdade sair pra lá e pra cá ter o nome sujo num lugar, nome sujo no outro (Laisla, 12;11 anos).*

Percebe-se que as crianças e adolescentes construíram ao longo do acolhimento sentimentos positivos em relação ao abrigo, uma vez que nenhuma delas apresentou sentimentos negativos no que concerne à instituição durante a entrevista. Algumas crianças/adolescentes apontaram aspectos negativos do acolhimento, porém, em nenhum momento disseram não gostar do abrigo especificamente. Apesar desse fato, é importante ressaltar que, como salienta Silva (2007):

*Ainda hoje, há quem defenda a construção de mais abrigos, sem considerar os danos que o afastamento da convivência familiar e comunitária traz para crianças e adolescentes. É preciso não perder de vista que a institucionalização representa, muitas vezes, a supressão da individualidade e da intimidade, introduzindo crianças e adolescentes em um meio que não estimula o seu desenvolvimento subjetivo e onde suas vidas passarão a ser administradas de acordo com os regulamentos e procedimentos disciplinares da instituição. Mesmo com as mudanças nas instituições de abrigo implementadas pelo ECA, que deixam de ser instituições de grande porte e buscam reproduzir um ambiente residencial, os danos de uma permanência prolongada não podem ser desprezados (SILVA, 2007, p. 52).*

A segunda subcategoria mais citada pelas crianças e adolescentes foram as regras e obrigações, o que correspondeu a 28,6% das respostas como pode ser exemplificado no extrato a seguir:

*Me fale um pouco daqui do Abrigo que você mora? Aqui é bom, tem alimentação na hora certa, banho na hora certa, lanche na hora certa, estudo na hora certa, dormi hora certa, mas e também os cuidador trata as pessoas bem aqui, cuida bem de nós, tudo que nós precisa nós tem, e... ah! aqui tem várias coisas boas (Carolina, 14;5 anos).*

*Aqui é legal sabe, porque aqui a gente tem as tarefas, tem a hora de estudar, tem a hora de fazer exercício e o lazer da gente também sabe? Aqui é legal! Eu acho que aqui é bom! (Juliana, 15;6 anos).*

As adolescentes expressam por meio de suas falas a importância que atribuem às regras e obrigações na interação com as pessoas e nas relações estabelecidas no abrigo. Apesar disso, é interessante enfatizar que a transferência do indivíduo do próprio lar para uma instituição é sempre um grande desafio, pois a pessoa se depara com uma transformação muitas vezes radical do seu estilo de vida, visto que é desviada de todo o seu projeto existencial. Nesse sentido, como salienta Goffman (1987), as instituições totais possuem características em comum, dentre as quais as regras, limites e horários para a realização de suas atividades, tendo sempre uma pessoa para supervisioná-las, o que muitas vezes pode causar estranhamento dos institucionalizados. Assim, conforme Foucault (2006), em uma instituição total os menores segmentos da atividade humana podem estar sujeitos a regulamentos e julgamentos da equipe diretora.

Outra subcategoria recorrente nas respostas das crianças e adolescentes foi os aspectos humanos, correspondendo a 17,2% das respostas e podem ser exemplificados a seguir:

*Me fale um pouco daqui do Abrigo que você mora? Quando eu cheguei aqui os meninos tava aqui uai... eu cheguei assim e brinquei com eles (Vitor, 14;2 anos).*

*Tem os meninos pra brincar comigo, aí depois eu não sei mais (Luan, 8;1 ano).*

Nota-se que as relações que as crianças e adolescentes estabelecem com os demais que compartilham do mesmo espaço e das mesmas atividades do dia a dia da instituição, estão presentes em suas falas quando se remetem ao abrigo. É possível perceber, a partir dos dados, que o contato com o outro é significativo, uma vez que, ao

conviverem cotidianamente na mesma situação, o 'igual' pode operar como apoio e suporte em vários momentos da vida.

Embora tenha sido citada somente uma vez, a subcategoria aspectos físicos, correspondendo a 3,6% das respostas, aparece como algo que serve para se remeter ao abrigo, como nos mostra o extrato a seguir:

*Me fale um pouco daqui do Abrigo que você mora? Ah, é legal. Mas me fala um pouco mais daqui. É espaçoso... é grande, espaçoso, legal... é... ah... (Carlos, 10;9 anos).*

Este dado demonstra mais uma vez como as crianças dão explicações com base no que é mais visível. As justificativas baseadas na ausência/presença de aspectos físicos evidenciam como o pensamento da criança se centra, na maioria das vezes, ao que lhe é diretamente observável; por mais que ela tenha a capacidade de representar, seu pensamento ainda está preso à percepção (DELVAL, 2002).

Outra subcategoria que foi citada apenas uma vez foi atitudes/comportamentos, também correspondendo a 3,6% das respostas. Vejamos o extrato a seguir:

*Me fale um pouco daqui do Abrigo que você mora? Aqui tem as coisas boas e tem as coisas ruins. Eu gostava muito daqui quando eu cheguei, era bem mais organizado, tinha pouquinha gente, não tinha confusão, não tinha briga, era mais tranquilo, você fazia o que você queria... não o que "ce" queria, mas era uma casa sabe? Agora com mais gente tem mais briga, mais confusão, aí que agora eu tenho uma impressão de abrigo. Antes era como se fosse a minha casa, assim... você conversava com todo mundo, brincava, fazia tudo. Hoje em dia já é mais difícil. As pessoas são mais violentas, que moram aqui. Tem bastante briga (Lavínia, 15; 3 anos).*

As atitudes e comportamentos considerados agressivos de crianças e adolescentes abrigados podem ser explicados por Freud e Burlingham (1958), que consideram que as crianças que vivem em abrigos parecem mais agressivas do que outras que vivem com a família. Isso ocorreria porque elas são obrigadas a conviver o dia todo com mais crianças do que estas últimas e desde cedo precisam resguardar o que é seu, ou seja, seus brinquedos, seus sentimentos, sua vontade. Desse modo, as crianças institucionalizadas estariam expostas a mais situações de expressão de sua agressividade do que aquelas que convivem em ambientes familiares, não significando que sejam mais agressivas. Mas essa criança deixa claro que não gosta desse tipo de atitude.

Ainda em relação à categoria *o abrigo*, as crianças e adolescentes falaram sobre os motivos que facilitaram ou dificultaram a adaptação no abrigo, como pode ser exemplificado no quadro 13.

**Quadro 13:** Dificuldades e facilidades das crianças e adolescentes para adaptação ao acolhimento:

<b>Tiveram dificuldade</b>		<b>Subcategorias</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>%</b>
<b>Nº de crianças</b>	<b>%</b>			
6	46,2	Saudade da família	3	42,8
		Não conhecer ninguém no abrigo	2	28,6
		Estranhamento com a rotina do abrigo	2	28,6
		<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>
<b>Não tiveram dificuldade</b>		<b>Subcategorias</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>%</b>
<b>Nº de crianças</b>	<b>%</b>			
7	53,8	Identificação com o Abrigo desde a chegada	3	42,8
		Identificação com as crianças, adolescentes e cuidadores	2	28,6
		Encantamento pelos brinquedos	1	14,3
		Sentimento de cuidado	1	14,3
		<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Das **treze** crianças/adolescentes sujeitos da pesquisa, **seis** disseram que demoraram para se acostumar, o que correspondeu a 46,2% da amostra. Dentre os motivos mais citados pelas crianças e adolescentes que tiveram dificuldade na adaptação ao acolhimento, a saudade da família foi o mais citado, correspondendo a 42,9% das respostas. O segundo motivo mais citado foi o fato de não conhecerem ninguém na instituição de acolhimento, o que correspondeu a 28,6% das respostas. Também com 28,6% das respostas, o estranhamento com a rotina do abrigo foi citado como motivo que dificultou a adaptação ao acolhimento.

Diante destes dados, segundo Durning (1998) *apud* Fernandes (2005, p. 258) as instituições de acolhimento podem ser algumas vezes, instituições maltratantes e apresenta-nos três possibilidades de isso acontecer:

- *Quando não valorizam e/ou respeitam o sofrimento das crianças que decorre da própria situação de institucionalização, sem ser necessária e existência de qualquer outro tipo de maltrato;*

- *Quando são visíveis situações de negligência e violência nos contextos de institucionalização, exercidas pelos adultos que tomam conta das crianças sob a forma de punições, quer físicas, quer emocionais, exponencialmente importantes se consideramos as relações de poder que se estabelecem entre as partes envolvidas;*
- *Quando há uma massificação do atendimento das crianças institucionalizadas, não se registrando qualquer possibilidade de equilíbrio entre a individualização e a coletivização da intervenção social junto às mesmas.*

Além disso, Fernandes (2005) salienta que:

Se as instituições de acolhimento continuarem a funcionar em sistemas de autarquia e autocracia, fechadas e hierarquicamente tuteladas, sem relações de abertura ou proximidades com seus *clientes-crianças*, poderão apresentar-se às crianças como instituições que geram sentimentos de medo e de impotência, características das *instituições totais* goffmanianas (FERNANDES, 2005, p. 258).

Quanto às crianças e adolescentes que disseram que não tiveram dificuldade para se acostumarem com o abrigo, ou seja, **sete** crianças/adolescentes, o que correspondeu a 53,8% da amostra, o motivo que mais facilitou a rápida adaptação ao acolhimento foi a identificação desde a chegada ao abrigo, ou seja, desde o primeiro momento já gostaram da instituição, o que correspondeu a 42,8% das respostas. Em segundo lugar aparece a identificação com as crianças, adolescentes e cuidadores, o que correspondeu a 28,6% das respostas. Com o percentual de 14,3% das respostas aparecem o encantamento pelos brinquedos e o sentimento de cuidado como motivos que facilitaram a adaptação ao acolhimento.

Nota-se a partir desses dados que diferentes motivos foram citados pelas crianças e adolescentes para exemplificar o que tornou mais fácil para uns e difícil para outros a adaptação ao abrigo. No que diz respeito às crianças e adolescentes que disseram ter tido dificuldades em acostumar-se com o abrigo, entende-se que muitas crianças e adolescentes desconhecem ou não compreendem o motivo do acolhimento, o que pode muitas vezes despertar sentimentos de insegurança, tristeza, revolta, abandono, que dificultam a adaptação à nova realidade. Ao mesmo tempo, quando na acolhida inicial são transmitidos às crianças e adolescentes sentimentos de segurança, proteção e conforto, estas podem despertar desde o início a confiança no serviço de

acolhimento. Nessa perspectiva, como está previsto no documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS:

Durante todo o período de acolhimento deve-se favorecer a construção da vinculação de afeto e confiança com a equipe técnica, educador/cuidador e colegas. É importante, ainda, que ao longo do acolhimento a criança e adolescente tenham a possibilidade de dialogar com a equipe técnica e com educador/cuidador de referência sobre suas impressões e sentimentos relacionados ao fato de estar afastado do convívio com a família. Nessa conversa é importante que o interlocutor possibilite uma expressão livre da criança ou do adolescente, oportunizando-lhes espaço no qual possam falar sobre sua história de vida, sentimentos, desejos, angústias e dúvidas quanto às vivências pregressas, ao afastamento da família de origem e sua situação familiar (BRASIL, 2009, p. 45).

Essas ações são extremamente importantes para que as crianças e adolescentes sejam sensibilizados quanto à importância do acolhimento naquele momento e construam uma relação de confiança não apenas com a equipe técnica, mas também com os cuidadores e colegas de acolhimento. Apesar disso, não se pode perder de vista, que em muitos casos, o abrigo é a melhor opção naquele momento, porém, não há dúvidas de que deve ser por pouco tempo, pois, por mais acolhedor que possa ser, a partir do momento que se torna efetivamente o lar daquele indivíduo, rompe com a sua função de provisoriedade.

Além de perguntas sobre o abrigo e sobre a adaptação ao acolhimento, foi feita a seguinte pergunta para as crianças e adolescentes: *Você recebe visita de alguém de sua família?* As respostas podem ser vistas no quadro 14.

**Quadro 14:** Caracterização das visitas da família:

<b>Visitas da família</b>	<b>Número de crianças e adolescentes</b>	<b>%</b>
Recebem frequentemente	7	53,8
Já receberam	4	30,8
Nunca receberam	2	15,4
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Do total de crianças/adolescentes, entrevistados, **sete** disseram que recebiam frequentemente a visita de familiares, o que correspondeu a 53,8% da amostra. Dentre

os familiares que visitam, os mais citados pelas crianças/adolescentes foram em primeiro lugar a mãe, seguida do pai, irmãos, tios e madrinha. **Quatro** crianças/adolescentes, ou seja, 30,8% dos entrevistados disseram que já receberam visitas da mãe, irmãos e tios, mas já não recebem visitas há algum tempo. Estas crianças e adolescentes afirmaram que não sabem os motivos que levaram os familiares a interromperem as visitas. **Dois** crianças/adolescentes, ou seja, 15,4% da amostra, afirmaram que nunca receberam visitas de nenhum familiar. Estas, também não sabem por que não recebem visitas. É interessante salientar que as famílias dessas duas crianças/adolescentes residem na cidade de Viçosa-MG.

A partir desses dados é possível observar que, embora algumas crianças e adolescentes recebam frequentemente a visita de familiares no abrigo, outras estão tendo o direito à convivência familiar violado. Nesse sentido, é necessário salientar que embora a atribuição de promover o direito à convivência familiar e comunitária não seja exclusiva dos abrigos, e sim de toda a rede de atendimento à criança e ao adolescente, acredita-se que as instituições de acolhimento têm a importante atribuição de manter vivo o vínculo da criança/adolescente com a família por meio da realização de ações que possibilitem o contato frequente entre eles.

Nesse sentido, acreditar na possibilidade de reconstrução dos vínculos familiares é colocar como prioridade a luta contra o abandono e a marginalização de milhares de famílias brasileiras, vítimas do desemprego, da falta de moradia, da falta ou precariedade dos serviços de saúde e de educação. É preciso lembrar que quanto maior a permanência da criança ou do adolescente no abrigo, maior será o desapego em relação à família, tornando-se cada dia mais difícil o reatamento dos vínculos familiares (SILVA, 2007). Por isso, entende-se que é fundamental o contato frequente das crianças/adolescentes com suas famílias enquanto durar o acolhimento para que esse vínculo não seja perdido ou fragilizado.

A seguir, verifica-se o que as crianças e adolescentes pensam e respondem sobre situações que se identificam para um maior aprofundamento da temática estudada.

### **3. Aspectos**

O item “aspectos” teve por objetivo apresentar situações mais próximas da realidade dos sujeitos da pesquisa para que eles pudessem se identificar com elas. No caso deste estudo, diz respeito às atividades realizadas tanto no abrigo quanto em outros

lugares que as crianças e adolescentes frequentam, sobre as amizades construídas no abrigo, além de como são aproveitados os momentos de visita das famílias.

Com relação à categoria *atividades desenvolvidas no abrigo durante a semana*, **nenhum(a)** criança/adolescente apresentou resposta não-importista ou fabulada, ou seja, **treze** deram respostas válidas para análise e consideradas crenças espontâneas ou desencadeadas, expressando claramente suas ideias.

Para a categoria *atividades desenvolvidas no abrigo durante a semana*, foi feita a seguinte pergunta: *O que você costuma fazer no dia a dia aqui no Abrigo durante a semana?* As respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas no quadro 15.

**Quadro 15** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *atividades desenvolvidas no abrigo durante a semana*.

Subcategorias		Número de Respostas	%
Atividades desenvolvidas	Lazer	10	100,0
	Tarefas domésticas	6	
	Escolares	4	
<b>Total</b>		<b>20</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Nota-se que dentre as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes no abrigo durante a semana, as mais citadas são aquelas atividades relacionadas ao lazer. Observe os extratos a seguir:

*O que você costuma fazer no dia a dia aqui no Abrigo durante a semana? Durante a semana? De manhã eu jogo bola, a tarde eu jogo bola com os menino, durmo, vejo televisão, lanche e espero os menino chegar. A noite nós vê novela e vai dormir* (Carlos, 10;9 anos).

*Eu fico brincando com as meninas, brinco de casinha com elas, e faço minha tarefa, depois eu vou e brinco com as meninas, fico o dia inteiro brincando, até dar a hora de tomar banho, depois do almoço eu brinco, aí eu fico... continuando brincando com as meninas* (Carolina, 14;5 anos).

*Eu gosto de brincar, de fazer tarefa, brincar, dormir e também jogar bola* (Carlos Eduardo; 15;10 anos).

O brincar está presente em grande parte das respostas das crianças e adolescentes em várias partes da entrevista, portanto entende-se que sua presença no abrigo se mostra de fundamental importância e interesse não apenas para as crianças,

mas também para os adolescentes. É importante enfatizar que o brincar tem se apresentado como temática de destaque nos discursos de várias áreas, além das educacionais, apreciado por suas possibilidades e contribuições nos processos de desenvolvimento humano, incluindo o desenvolvimento integral da criança. Nesse sentido, na perspectiva piagetiana, a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança. Ela não é apenas uma forma de alívio de tensões ou entretenimento para gastar energia das crianças, mas um meio que contribui e enriquece o desenvolvimento intelectual (PIAGET, 1976).

Além das atividades relacionadas ao lazer, algumas crianças e adolescentes citaram as tarefas domésticas em 30% das respostas, e outras citaram as atividades escolares em 20% das respostas. Observe alguns exemplos das respostas relacionadas às tarefas domésticas:

O que você costuma fazer no dia a dia aqui no Abrigo durante a semana? *No final de semana?* Não, durante a semana. *Faço o meu dever, ajudo a cuidadora olhar as meninas, se a cuidadora pedir pra mim fazer alguma coisa aí eu faço, aí eu tomo banho e vou pra aula* (Viviane, 13;3 anos)

*Tipo assim, aqui cada um tem seu negócio pra fazer, igual eu, de manhã eu limpo a área externa ali que pega aquele portão branco “grandão” e a tarde eu limpo o refeitório na onde que nós almoça, aí de noite eu limpo de novo porque tipo assim, o menino limpa de manhã, eu limpo a tarde e a noite, aí é a mesma coisa durante uma semana* (Roberto, 17;6 anos).

*Estudar, ler e ajudar eles também fazer... faço tarefas que não é minha. Tarefas da casa* (Janaína, 15; 6 anos).

Entende-se que o envolvimento da criança e do adolescente em tarefas diárias, compatíveis com sua idade, incluindo-os ainda nas decisões relativas ao dia a dia do abrigo e na construção de regras de convivência, permite o desenvolvimento das responsabilidades e solidariedade com o coletivo, além de torná-los mais independentes. Porém, é importante salientar que as tarefas domésticas não podem ser prejudiciais ao seu desenvolvimento e também não prejudicar nas atividades escolares, ultrapassando os limites do apoio e colaboração.

Quanto às crianças e adolescentes que citaram as atividades escolares, pode-se citar os exemplos a seguir:

O que você costuma fazer no dia a dia aqui no Abrigo durante a semana? *Sábado e domingo?* Não, na semana. *Todo dia nós vai pra escola. Nós vai de manhã e fica até de tarde* (Vitor, 14;2 anos).

*Como assim, sábado e domingo? Não, nos outros dias da semana. Ir pra escola (Luiz Felipe, 10;3 anos).*

Nota-se que as representações do adolescente e criança, nesse caso, estão relacionadas às suas vivências, ao que lhes é familiar, e ao que lhes é diretamente observável, ou seja, o fato de irem para escola diariamente.

Em relação à categoria *atividades desenvolvidas nos lugares visitados*, primeiramente foi perguntado às crianças e adolescentes se eles costumavam sair do abrigo para visitar algum lugar. Das **treze** crianças e adolescentes entrevistados, **doze** responderam que sim, ou seja, que costumam passear nos fins de semana com a equipe da instituição de acolhimento ou com grupos de pessoas que têm alguma parceria com o abrigo. **Um** adolescente informou que ainda não visitou nenhum lugar porque havia chegado ao abrigo há poucos dias. Alguns disseram ainda que visitam familiares como avós e tios. Dentre os lugares mais citados pelas crianças e adolescentes como mais frequentados aparecem a UFV, onde fazem piqueniques e diversas brincadeiras, e a Associação Esportiva Viçosense (AEV), onde são levados para nadar na piscina.

Ainda em relação à categoria *atividades desenvolvidas nos lugares visitados* foi feita a seguinte pergunta para as crianças e adolescentes: *O que você faz quando vai nesses lugares?* As respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas no quadro 16.

**Quadro 16** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *atividades desenvolvidas nos lugares visitados*.

Subcategorias		Número de Respostas	%
Atividades desenvolvidas	Lazer	11	100,0
	Escolares	2	
<b>Total</b>		<b>13</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Dentre as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes nos lugares que visitam, as relacionadas ao lazer são mais uma vez as mais citadas. Observe alguns exemplos:

*O que você faz quando vai nesses lugares? Eu fico mais brincando, correndo com os meninos, mas eu acho mais divertido ficar brincando de boneca com as meninas quando nós sai (Carolina, 14;5 anos).*

*Com o abrigo ah... a gente conhece as coisas diferente. Sei lá brinca, fica o dia inteiro (Lavínia, 15;3 anos).*

*Aí eu brinco...* (Marina, 7:9 anos).

É nítido como as crianças e adolescentes têm preferência pelas brincadeiras e atividades relacionadas ao brincar, atividades estas que lhes dão prazer, sendo, portanto, as mais citadas. Nesse sentido, o brincar possui variadas definições, porém, a maioria inclui a ideia do brincar como uma atividade prazerosa, que não tem um produto final e é intrinsecamente motivada (CURTIS, 2006).

Como ressalta Sarmiento (2002), a ludicidade constitui um traço fundamental das culturas infantis. Para ele, o brincar não é exclusivo das crianças, é próprio do homem e uma das suas atividades sociais mais significativas. Porém, as crianças brincam continuamente. Diferentemente do adulto, a criança não distingue o brincar de fazer “coisas sérias”, pois para elas o brincar é uma das coisas que as crianças fazem de mais sério. Para Agostinho (2010), o brincar é uma atividade social que pertence à dimensão humana e que, na criança, apresenta-se como uma atividade primordial na construção das suas relações sociais e na sua forma de compreender, interpretar e agir no mundo.

Alguns adolescentes citaram ainda as atividades escolares como as desenvolvidas fora do abrigo, exemplo as situações em que saem do abrigo para estudarem na biblioteca da escola ou no cursinho pré-vestibular. Nesse sentido, entende-se que as ações que viabilizam as atividades externas, inclusive as escolares, são extremamente importantes, uma vez que além de oportunizar o contato de crianças e adolescentes em situação de acolhimento com crianças e adolescentes da comunidade, propiciam o desenvolvimento da autonomia e da socialização dos mesmos.

Com relação à categoria *a importância dos passeios e atividades fora do abrigo*, **uma** criança apresentou resposta não-importista, e as demais crianças e adolescentes, ou seja, **doze**, deram respostas válidas para análise. Para esta categoria foi feita a seguinte pergunta: *Você acha importante que as crianças que moram em Abrigos façam passeios ou atividades fora do Abrigo?* As respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas na quadro 17.

**Quadro 17** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria a importância dos passeios e atividades fora do abrigo.

Subcategorias		Número de Respostas	%
Desejos e necessidades		12	85,7
Atividades Desenvolvidas	Lazer	2	14,3
	Escolares	0	
<b>Total</b>		<b>14</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

**Doze** das crianças e adolescentes entrevistados, ou seja, 92,3% da amostra consideraram importante que as crianças e adolescentes que moram em abrigos façam passeios com frequência. Percebe-se que para justificar essa importância, a maior parte das respostas, 85,7%, está relacionada ao desejo e a necessidade que as crianças e adolescentes têm de fazerem passeios e/ou atividades fora do abrigo. Vejamos os extratos a seguir:

Você acha importante que as crianças que moram em Abrigos façam passeios ou atividades fora do Abrigo? *Ah porque deixe que a pessoa chegou, e não sai e só fica no Abrigo é necessário de algum cuidador ou assim tipo, as pessoas assim do Conselho Tutelar ajudar a fazer um passeio com essas crianças pra elas só não ficar passando o final de semana só no Abrigo, ou até o cuidador mesmo pode tá organizando esses passeio* (Viviane, 13;3 anos).

Você acha importante que as crianças que moram em Abrigos façam passeios ou atividades fora do Abrigo? *[gesticulou que sim]*. Por que você acha que é importante? *Ah é bom, a gente fica brincando, a gente sai, a gente só fica aqui dentro por isso. É bom que a gente sai pra brincar* (Vitor, 14;2 anos).

*[gesticulou que sim]*. Por que você acha que é importante? *Tipo assim, elas não conhecem alguns lugares e elas podem conhecer* (Luis Felipe, 10;3 anos).

*Sim!* Por que você acha que é importante? *É bom que eles assim... não fica tão só, fazendo atividade aqui dentro só ficando preso aqui dentro porque se não, mesmo assim... eles sendo pequeno, eles também tem aquela vontade de sair. Não é só de ficar em casa, em casa, em casa. Igual... quando eles vão pro colégio, ver se né um vai pra casa do coleguinha, esses negócio* (Laisla, 12;11 anos).

As crianças e adolescentes que vivem em abrigos não devem ser privados de liberdade. A participação na vida comunitária é um direito estabelecido pelo ECA às crianças e aos adolescentes, mas ele só tem como ser garantido aos abrigados que tiverem acesso às políticas básicas e aos serviços oferecidos para a comunidade geral,

como as atividades externas de lazer, esporte, religião e cultura em interação com a comunidade da escola, do bairro e da cidade. Nesse sentido, como está previsto no documento *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS:

O serviço de acolhimento, em parceria com a rede local e a comunidade, deverá empreender esforços para favorecer a construção de vínculos significativos entre crianças, adolescentes e comunidade. Para evitar prejuízo ao convívio com a comunidade, espaços públicos e instituições, os serviços de acolhimento não deverão concentrar em suas dependências equipamentos destinados à oferta de serviços de outra natureza, como, por exemplo, de atendimento médico, odontológico, educação infantil (“creche”), etc. Do mesmo modo, não deverão concentrar espaços de lazer geralmente não disponibilizados em unidades residenciais, como quadras poliesportivas, etc. (BRASIL, 2009, p. 51).

Sabe-se que durante muitos anos os abrigos ofereceram todos os serviços considerados necessários aos acolhidos, como educação, saúde, lazer, etc. Isso resultava em um quase aprisionamento desse público e na perda do convívio com a comunidade, pois nunca saíam dos abrigos para praticar as atividades habituais de toda criança e adolescente que vive com sua família.

Nessa perspectiva, os espaços e as instituições sociais são, assim, mediadores das relações que as crianças e os adolescentes estabelecem, contribuindo para a construção das relações afetivas e de suas identidades individual e coletiva. Nessa direção, se o afastamento do convívio familiar for necessário, as crianças e adolescentes devem, na medida do possível, permanecer no contexto social que lhes é familiar. Além de muito importante para o desenvolvimento pessoal, a convivência comunitária favorável contribui para o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção social da família (PNAS, 2004). Diante dessa premissa, uma questão importante vem à tona: Será que todas as crianças e adolescentes têm esse direito garantido, uma vez que alguns são de famílias que residem em outras cidades?

Rizzini (2006) salienta que, quanto mais próximas as crianças e adolescentes estiverem de suas famílias de origem, maiores serão as chances de não rompimento dos vínculos existentes. Manter esses elos com a família e com o entorno de vida da criança pode parecer impossível em certos casos dada a complexidade dos problemas apresentados pelas famílias, como dificuldades financeiras, falta de tempo devido ao trabalho e de locomoção que, nesse caso, diz respeito às famílias que moram em outras cidades e não possuem meios de locomoção para visitarem os filhos abrigados. Além

disso, existe a dificuldade de resposta pelo poder público no atendimento a essas demandas.

No que diz respeito à categoria *os amigos e o abrigo*, primeiramente foi perguntado às crianças e adolescentes se eles tinham amigos no abrigo. **Doze** deles, ou seja, 92,3% da amostra responderam que **sim**, que possuem amigos no abrigo e algumas crianças e adolescentes citaram os nomes daqueles com quem mantém um melhor relacionamento. **Uma** adolescente citou além dos residentes, os cuidadores como amigos e, **uma** adolescente respondeu que possui colegas e não amigos no abrigo. A partir desses dados é possível perceber que o relacionamento entre as crianças e adolescentes, em igual situação de vida, ou seja, em medida protetiva de acolhimento institucional, se convertem muitas vezes em laços de amizade, uma vez que a convivência entre crianças e adolescentes pode envolver parcerias uns com os outros, o compartilhamento de sentimentos tanto positivos quanto negativos, o apoio e cuidado mútuo.

Fernandes (2005), em sua pesquisa no Colégio dos Rouxinóis, constatou que o recurso aos pares como figuras de proteção é uma das faces que nos enviam para as complexas formas como as crianças e adolescentes enfrentam os constrangimentos que a institucionalização apresenta nos seus cotidianos de vida, assumindo tanto o papel de defensores como de defendidos. Além disso, ao recriarem soluções alternativas à ausência do conforto familiar, reconstróem um núcleo familiar que, mantendo algumas malhas biológicas, é essencialmente simbólica, mas com impacto emocional nas crianças do Colégio Rouxinóis. No entanto, coexistem também nos discursos e nas práticas dessas crianças, outras formas de relação com os pares, que são na maior parte das vezes relações agressivas e violentas (FERNANDES, 2005).

Outra pergunta feita na categoria *os amigos e o abrigo* foi a seguinte: *Você sabe se seus amigos gostam de morar aqui no Abrigo?* Para essa pergunta as crianças/adolescentes apresentaram as respostas: SIM, NÃO, ALGUNS NÃO e NÃO SABIAM. As respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas no **quadro 18** para os que responderam SIM, no **quadro 19** aparecem as respostas NÃO, e no **quadro 20** as respostas ALGUNS NÃO.

**Quadro 18** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *os amigos e o abrigo*.

Respostas SIM		Subcategorias	Número de Respostas	%	
Nº de crianças	%				
7	53,8	Sentimentos		6	75,0
		Rotina	Alimentação	1	12,5
			Regras e obrigações	0	
		Atividades Desenvolvidas	Lazer	1	12,5
			Tarefas domésticas	0	
			Escolares	0	
		<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: dados da pesquisa (2012).

**Sete** crianças/adolescentes, o que correspondeu a 53,8% da amostra, responderam que sim, ou seja, acham que os amigos gostam de morar no abrigo e esse fato se deve aos sentimentos positivos em relação à instituição de acolhimento, o que correspondeu a 75% das respostas, como pode ser visto nos extratos a seguir:

Você sabe se seus amigos gostam de morar aqui no Abrigo? *Gostam!*  
Por que eles gostam? *Porque aqui elas ficam feliz* (Marina, 7;9 anos).

*Acho que gosta!* Por que eles gostam? *Porque já tem um tempo que eles mora aqui e eles já deve ter acostumado já* (Roberto, 17;6 anos).

*Eles gostam!* Por que eles gostam? *Porque eu vejo assim, que quando eles estão aqui tipo... ah sei lá... eu só sei que eles são muito adaptados aqui* (Juliana, 15;6 anos).

Estes dados revelam que, para muitas crianças e adolescentes abrigados, a instituição de abrigo se configura na fonte de apoio social mais próxima e organizada, desempenhando uma influência fundamental para o seu desenvolvimento. Conforme Siqueira e Dell’Aglío (2006), o ambiente institucional não se constitui no ambiente mais adequado de desenvolvimento, pois não se apresenta como um equivalente total da família. Mesmo assim, os referidos autores apontam para a ideia de que, dependendo da situação em que a criança ou o adolescente se encontra, o abrigo pode se configurar como a melhor opção. Além disso, quanto mais o sujeito percebe com satisfação sua rede de apoio, mais sentimentos de satisfação são possíveis em sua vida.

Embora tenham sido citadas apenas uma vez, as subcategorias alimentação e lazer, que correspondeu a 12,5% das respostas, aparecem como algo para justificar o sentimento de gostar do abrigo. Vejamos os exemplos a seguir:

Você sabe se seus amigos gostam de morar aqui no Abrigo? *Olha muita gente... [sorriu] muitos dizem que não, mas eles gostam sim porque tantos já tiveram oportunidade de tá saindo daqui e já voltaram tantas vezes e... eles gostam sim porque eu acho que eles acabam tendo mais coisas aqui. Muitos deles chegaram aqui sem nada, sem roupa nenhuma, desnutridos, aqui eles tem uma boa alimentação, roupa é... semana passada, semana da criança teve festa a semana toda pra eles e... gostam sim* (Janaína, 15;6 anos).

*Não sei! O que você acha? Gosta. Por que eles gostam? Porque eles ficam brincando... um monte de coisa* (Luan, 8;1 ano).

Nessa perspectiva, segundo Barreto (2001), de acordo com Piaget os conceitos iniciais das crianças são pré-conceitos que tendem a ser dominados pelas ações, composto pelo que é passível de observação, em vez de serem esquemáticos e abstratos. Assim, para justificarem porque as crianças e adolescentes gostam de morar no abrigo, as crianças e adolescentes enfatizam o lazer, os brinquedos e a alimentação, ou seja, aquilo que está efetivamente presente no dia a dia institucional.

**Quadro 19** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *os amigos e o abrigo*.

Respostas NÃO		Subcategorias	Número de Respostas	%
Nº de crianças	%			
1	7,7	Sentimentos	1	100,0
		<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Uma criança, ou seja, 7,7% da amostra baseou sua resposta nos sentimentos, nesse sentido, respondeu que não, ou seja, que os amigos não gostam de morar no abrigo. Vejamos o extrato a seguir:

Você sabe se seus amigos gostam de morar aqui no Abrigo? *Não*. Por que eles não gostam? *Porque eles sempre reclamam*. Do que eles reclamam? *Que vão fugir, que... eles ficam falando que vão fugir, que vão sair daqui*. Mas por que você acha que eles falam isso? *Porque eles não gostam daqui*. Então, mas o que você acha que tem aqui que eles não gostam? *Ah... porque eles não acostumaram direito. Com certeza!* (Luis Felipe, 10;3 anos).

É possível notar pela fala dessa criança que as representações estão diretamente ligadas a realidade em que está inserida e, assim ela fala de aspectos mais observáveis da situação. Este dado revela que, uma realidade observável para essa criança, é o fato dos amigos não gostarem do abrigo pela dificuldade de adaptação ao acolhimento.

**Quadro 20** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *os amigos e o abrigo*.

Alguns Não		Subcategorias	Número de Respostas	%	
Nº de crianças	%				
4	30,8	Rotina	Alimentação	0	50,0
			Regras e obrigações	2	
		Sentimento		1	25,0
		Atitudes/Comportamentos		1	25,0
		<b>Total</b>		<b>4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

**Quatro** crianças e adolescentes, ou seja, 30,8% da amostra, responderam que alguns amigos gostam de morar no abrigo e outros não gostam. Em relação aos motivos que levam alguns a não gostarem, 50% das respostas dizem respeito às regras e obrigações do abrigo, como pode ser visto no exemplo a seguir:

Você sabe se seus amigos gostam de morar aqui no Abrigo? *Sei lá! Mas o que você acha? Alguns gosta, alguns não.* E por que você acha que alguns gostam? *É porque eles acha esse abrigo aqui melhor, mais bom pra ficar.* Por que você acha que alguns não gostam? *Porque tem muita tarefa e fica de castigo sem televisão às vezes* (Carlos Eduardo, 15;10 anos).

Este dado revela que as instituições de acolhimento também podem ser vistas como maltratantes quando são visíveis situações de negligência e violência nos contextos de institucionalização, exercidas pelos adultos que tomam conta das crianças sob a forma de punições, quer físicas, quer emocionais, exponencialmente importantes se forem consideradas as relações de poder que se estabelecem entre as partes envolvidas (FERNANDES, 2005).

Embora tenham sido citadas apenas uma vez, as subcategorias sentimento e atitudes/comportamentos, o que correspondeu a 25% das respostas, aparecem para justificar o fato de alguns amigos não gostarem de morar no abrigo. Quanto ao sentimento, este diz respeito à saudade que alguns sentem da família, que os leva a uma maior dificuldade de adaptação no abrigo. Já as atitudes/comportamentos dizem respeito aos comportamentos considerados inadequados de alguns adolescentes, que levam alguns residentes a não gostarem do abrigo.

Diante deste dado, Filho (2007) apresenta uma discussão interessante no que diz respeito há alguns indícios que crianças e adolescentes vítimas do abandono, maus tratos e violência manifestam e estes devem ser observados. Segundo o autor, crianças e

adolescentes que apresentam qualquer indício de violência, seja ela física ou emocional, costumam ter comportamento alterado. Filho (2007) salienta ainda que essas crianças e adolescentes:

Frequentemente, mostram tendência a se tornarem agressivas, apresentam baixa autoestima, além de sintomas de déficit de atenção e hiperatividade (embora nem sempre a correlação exista de maneira clara e evidente, ou seja, pode haver hiperatividade e déficit de atenção mesmo em crianças bem cuidadas e amadas). Crianças abandonadas, maltratadas, mal amadas podem apresentar, além disso, dificuldade de relacionamento pessoal, baixo rendimento escolar e o que é muito triste, delinquência, abuso de drogas e diminuição da capacidade cognitiva e do desenvolvimento da linguagem (FILHO, 2007, p. 37).

Além das respostas SIM, NÃO e ALGUNS NÃO, **uma** adolescente, ou seja, 7,7% da amostra, respondeu que não sabia o que os amigos sentiam em relação ao abrigo.

Quanto à categoria *o relacionamento com os funcionários do abrigo*, primeiramente foi perguntado às crianças e adolescentes o que eles achavam dos funcionários que trabalham no abrigo, e os **treze** entrevistados, ou seja, 100% da amostra, falaram sobre os sentimentos em relação aos funcionários, considerando-os na maioria das vezes como bons e legais por diferentes motivos, principalmente por se sentirem cuidados e protegidos pelos cuidadores. **Dois** crianças/adolescentes disseram que não gostam de todos os funcionários devido à rigidez na imposição das regras e limites, mas afirmam que a maioria são bons e legais. Fica novamente evidente que as instituições de acolhimento também podem ser vistas como maltratantes quando não é valorizado o sofrimento decorrente da própria institucionalização; quando os adultos que tomam conta das crianças usam a prática das punições, quer sejam físicas ou emocionais, em detrimento do cuidar e educar, além da massificação do atendimento (FERNANDES, 2005).

Outra pergunta feita para a categoria *o relacionamento com funcionários* foi a seguinte: *Quando você está doente ou precisa de alguma coisa, a quem você procura aqui no Abrigo?* Todas as crianças e adolescentes responderem que procuram alguém da equipe técnica ou o cuidador que estiver trabalhando no dia. Em relação ao que estas pessoas faziam para ajudá-los, as respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas no quadro 21.

**Quadro 21** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *o que as pessoas fazem para te ajudar quando você precisa*.

Subcategorias		Número de Respostas	%
Aspectos Humanos		13	31,7
Cuidados/Proteção/Educação		11	26,8
Sentimentos		10	24,4
Atividades Desenvolvidas	Lazer	7	17,1
	Tarefas domésticas	0	
	Escolares	0	
<b>Total</b>		<b>41</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Percebe-se que todas as crianças e adolescentes apresentaram respostas relacionadas aos aspectos humanos, ou seja, as pessoas que mais procuram nos momentos que necessitam e o por quê. Observe os exemplos a seguir:

Quando você está doente ou precisa de alguma coisa, a quem você procura aqui no Abrigo? *O Cuidador*. E o que o cuidador faz para te ajudar? *Leva no hospital!* (Carlos Eduardo, 15:10 anos).

*A coordenadora*. O que a coordenadora faz para te ajudar? *Ela cuida de mim, compra o remédio, esses negócio* (Laisla, 12;11 anos).

*Ah o pessoal da equipe técnica mesmo*. O que eles fazem para te ajudar? *Leva no médico*. (Carlos, 10:9 anos).

*Ah, no dia que eu tiver passando mal o cuidador que tiver, eu procuro ele e ele vai e me dá o remédio* (Vitor, 14:2 anos).

*Os cuidador*. O que eles fazem para te ajudar? *Dá remédio*. (Luan, 8;1 ano).

A partir destes dados é possível verificar que nas situações que exigem cuidados e atenção por parte dos funcionários/cuidadores, as crianças e adolescentes citam as atitudes destes, que realmente representam atenção, cuidado e proteção com as crianças e adolescentes. Diante disso, é interessante salientar que a relação estabelecida com os cuidadores exerce um papel extremamente importante na vida das crianças e dos adolescentes abrigados, uma vez que serão esses adultos que assumirão a função de orientá-los e protegê-los, constituindo assim os seus modelos identificatórios (Siqueira e Dell’Aglia).

Quanto à categoria *visitas da família*, foi feita a seguinte pergunta para as crianças e adolescentes: *Quando a família vem no Abrigo visitar a criança, o que eles*

*podem fazer juntos?* Todas as respostas corresponderam às atividades relacionadas ao lazer, como pode ser visto nos exemplos a seguir:

Quando a família vem no Abrigo visitar a criança, o que eles podem fazer juntos? *Conversa, é... traz as coisas de comer, traz brinquedo e muito mais* (Carlos Eduardo, 15:10 anos).

*Eles podem ficar conversando e brincando com a criança* (Carolina, 14;5 anos).

*Quando os pais vem visitar?* Os pais ou algum familiar quando vem aqui? *Ah... assim... é muito difícil dos pais vim visitar eles, agora, o da minha irmãzinha sempre visita. Ele só fica brincando com ela aqui. Os outros pais eu nunca acompanhei eles vindo aqui pra visitar eles não. Que nem eu mesmo, ninguém me visita* (Laisla, 12:11 anos).

*Brinca, às vezes nós fica lá em baixo também, conversa. Só* (Luan, 8;1 ano).

Trabalhar com as famílias das crianças e dos adolescentes em situação de acolhimento implica compreender sua configuração, buscar suas competências e entender sua inserção na comunidade. O trabalho com essas famílias precisa favorecer a superação das questões, por vezes bastante complexas, que contribuíram para o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar (BRASIL, 2009).

Nessa perspectiva, esforços devem ser empreendidos pelas equipes de atendimento no sentido de promover efetivamente o convívio entre as crianças e adolescentes e suas famílias. Compete, ainda, aos profissionais do serviço de acolhimento atuar, caso seja necessário, nos momentos de visitas das famílias como:

Mediadores dessa relação, proporcionando, ainda, momentos nos quais a família possa estar a sós com a criança e adolescente. Os profissionais do serviço de acolhimento, famílias acolhedoras e pessoas com as quais a criança ou o adolescente venham a ter contato em razão do acolhimento não devem se referir de modo pejorativo à família de origem. Ainda que o afastamento tenha ocorrido por motivos graves, a criança e o adolescente devem ter sua origem – família, comunidade, e cultura, tratada com respeito (BRASIL, 2009, p. 49).

Além de favorecer a aproximação entre as famílias, crianças e adolescentes, as ações de promoção do fortalecimento dos vínculos familiares podem favorecer, ainda, a aproximação das famílias entre si, de modo a construir uma rede de apoio mútuo, identificação e trocas de experiência.

Ainda em relação à categoria *visitas da família*, **uma** adolescente respondeu que não sabia como eram aproveitados os momentos de visita, justificando que sempre nos

horários de visita ela está no reforço escolar e, por isso, nunca acompanhou as visitas das famílias a outras crianças. Quanto a ela, foi questionado se recebia visitas e a mesma respondeu que não recebe visitas, mas que passa todos os finais de semana na casa de pessoas da família extensa, uma vez que a genitora encontra-se internada para tratamento psiquiátrico em outra cidade.

Diante do exposto, o item aspectos mostrou mais uma vez que as crianças e adolescentes abrigados têm muito a dizer sobre a realidade na qual estão inseridos. Por meio de seus saberes, eles permitiram conhecer não apenas sobre seus momentos de lazer e brincadeiras, mas, também, um amplo conhecimento sobre o dia a dia de um abrigo. Além disso, mesmo aquilo que não foi dito pelas crianças e adolescentes por falta de informações, como por exemplo, os motivos que os levaram ao acolhimento, também é uma resposta importante para análise.

A seguir, verifica-se o que as crianças e adolescentes pensam e respondem quando se amplia para mais pessoas várias situações, ou seja, como eles pensam as vivências para além das suas próprias.

#### **4. Extensão**

O item “extensão” teve por objetivo compreender as representações das crianças e adolescentes sobre a temática “abrigo” de forma mais abrangente, englobando e estendendo as situações para além daquelas vivenciadas por eles próprios. No caso deste estudo, diz respeito a falar o que pensam sobre outros abrigos, sobre as crianças e adolescentes que também moram em abrigos e sobre as famílias destes.

Com relação à categoria *diferenças entre abrigos* **nenhuma** das crianças e adolescentes apresentaram resposta não-importista ou fabulada, ou seja, **treze** deram respostas válidas para análise, consideradas crenças espontâneas ou desencadeadas, expressando claramente suas ideias. Para a categoria *diferenças entre abrigos*, foi feita a seguinte pergunta: *Você acha que todos os Abrigos são iguais? Ou seja, todos têm as mesmas coisas que tem aqui?* As respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas no quadro 22.

**Quadro 22** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *diferenças entre abrigos*.

Respostas SIM		Subcategorias		Número de Respostas	%
Nº de crianças	%				
2	15,4	Aspectos Físicos		1	50,0
		Rotina	Regras e obrigações	1	50,0
		<b>Total</b>		<b>2</b>	<b>100,0</b>
Respostas NÃO		Subcategorias		Número de Respostas	%
Nº de crianças	%				
11	84,6	Rotina	Regras e obrigações	7	63,6
		Aspectos Humanos		3	27,3
		Aspectos Físicos		1	9,1
		<b>Total</b>		<b>11</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Nesta categoria, nota-se que **duas** crianças/adolescentes responderam que sim, ou seja, que todos os abrigos eram iguais, o que correspondeu a 15,4% da amostra. Quanto às justificativas dessas crianças e adolescentes para semelhança existente entre os abrigos, as respostas foram baseadas nos aspectos físicos e nas regras e obrigações como pode ser visto nos extratos a seguir:

*Você acha que todos os Abrigos são iguais? Ou seja, todos têm as mesmas coisas que tem aqui? São! Por que eles são iguais? Porque tudo tem sala, tem televisão e sala de TV. Só (Luan, 8;1 ano).*

*Eu acho que assim, deve ter as mesmas regras né. Não pode... sempre assim na casa deve ter as suas regras (Laisla, 12,11 anos).*

Percebe-se que, para justificar suas respostas, as crianças e os adolescentes deram explicações baseados nas suas experiências particulares e nos aspectos mais visíveis da situação, generalizando para todos os outros abrigos. Embora as crianças e adolescentes não conheçam todos os abrigos que existem, as representações sobre as outras instituições são estruturadas a partir de aspectos diretamente observáveis e que lhes são familiares.

Para a mesma pergunta, **onze** crianças/adolescentes, o que correspondeu a 84,6% da amostra, responderam que não, ou seja, que os abrigos não são iguais. Para justificarem, 63,6% das respostas, o que correspondeu a mais da metade, citaram as regras e obrigações como principal diferença entre os abrigos. Observe os extratos a seguir:

Você acha que todos os Abrigos são iguais? Ou seja, todos têm as mesmas coisas que tem aqui? *Não!* Por que você acha que não? *Tem as mesmas coisas, mas a regra é diferente* (Viviane, 13;3 anos).

*Não, eu acho que ainda existem abrigos mais rígidos e... não sei eu.... eu só conheço esse né* (Janafna, 15;6 anos).

*Eu achava, mas eu sei que não é, porque eu já fiquei ne abrigos diferentes e o tratamento era bem diferente. Esse daqui é o melhor que eu já fiquei. Os outros tinham muito mais regras, era diferente, assim... era mais rígido sabe?* (Lavínia, 15;3 anos).

Mais uma vez, é possível observar que embora a maior parte das crianças e adolescentes não conheçam outros abrigos, eles utilizam as representações construídas sobre o abrigo onde moram para compararem com outros abrigos. Portanto, ao serem questionados sobre outros abrigos, relatam experiências de seu dia a dia, expressando-as em suas respostas.

As crianças e adolescentes também citam os aspectos humanos (27,3%) nas respostas para justificarem as diferenças entre os abrigos, como pode ser visto no exemplo a seguir:

Você acha que todos os Abrigos são iguais? Ou seja, todos têm as mesmas coisas que tem aqui? [*gesticulou que não*]. Por que você acha que não? *Porque nem todos os cuidadores desses abrigos que você ta falando, eles pode maltratar também as crianças* (Luis Felipe, 10;3 anos).

*Eu acho que não. Por que você acha que eles não são iguais? Porque igual a menina foi lá... lá não pode receber visita não... lá na outra menina que mora lá no abrigo lá, junto comigo lá, lá outro abrigo que ela foi não pode receber visita não. Só com ordem judicial mesmo* (Roberto, 17;6 anos).

Os aspectos humanos, embora não representando o maior porcentual de respostas, se fizeram presentes nas representações das crianças e adolescentes para diferenciarem os abrigos. Percebe-se que, nesse caso, a percepção da criança engloba as relações estabelecidas no abrigo, não apenas com os objetos e o ambiente físico, mas também com as pessoas que o frequentam.

Embora citados apenas uma vez, 9,1% das respostas, os aspectos físicos também foram usados para justificar a diferença entre os abrigos, como pode ser visto no exemplo a seguir:

Você acha que todos os Abrigos são iguais? Ou seja, todos têm as mesmas coisas que tem aqui? *Não!* Por que você acha que não? *Porque são diferentes os abrigos. Por que eles são diferentes? É*

*diferente ne tudo, quanto aqui e lá no outro... Mas o que eles podem ter que é diferente? Porque não tem nada igual nos dois abrigos O que você acha que tem aqui, que não tem nos outros abrigos? Aqui pode ter uma piscina e lá não tem, lá pode ter um pula pula e lá não tem, aqui pode ter computador lá não tem... aqui pode ter brinquedo...* (Carlos Eduardo, 15;10 anos).

Quanto à categoria *crianças de outros abrigos e suas famílias*, **quatro** crianças/adolescentes apresentaram respostas não-impontistas, e as demais crianças e adolescentes, ou seja, **nove**, deram respostas válidas para análise. Para esta categoria foi feita a seguinte pergunta: *Você acha que todas as crianças que vão para o Abrigo têm família?* As respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas no quadro 23.

**Quadro 23** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *crianças de outros abrigos e suas famílias*.

<b>Respostas SIM</b>		<b>Subcategorias</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>%</b>
<b>Nº de crianças</b>	<b>%</b>			
3	33,3	Conflitos/Problemas na Família	2	60,0
		Aspectos Humanos	1	40,0
		<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>100,0</b>
<b>Respostas NÃO</b>		<b>Subcategorias</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>%</b>
<b>Nº de crianças</b>	<b>%</b>			
6	66,7	Aspectos Humanos	6	100,0
		<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Das **nove** crianças e adolescentes que apresentaram respostas consideradas crenças espontâneas ou desencadeadas, **três** delas, o que correspondeu a 33,3% da amostra, responderam que sim, ou seja, que todas as crianças que moram em abrigos possuem família. Para justificarem, 60% das respostas foram baseadas nos conflitos/problemas na família. Observe os extratos a seguir:

*Você acha que todas as crianças que vão para o Abrigo têm família? Têm família. Ter família tem, mas pode... assim, família todo mundo tem, lógico, só que pode acontecer da família não querer, não ter condição* (Lavínia, 15;3 anos).

*Eu acho que têm. Por que você acha isso? Porque alguns deve ter largado a família, alguns a mãe não deve ter condição de cuidar, aí o*

*conselho pega, leva, aí o filho vai ficar com a mãe na onde o filho tá. A mãe também pode ir lá fazer uma visita (Roberto, 17;6 anos).*

Observa-se que para algumas crianças e adolescentes, mesmo naquelas famílias que por motivos diferentes não puderam cuidar dos seus filhos, ou seja, naquelas onde os conflitos e problemas eram frequentes, o vínculo familiar não é rompido e a família nunca deixa de ser família, independente do que acontecer. Assim, embora segundo Silva (2007) as crianças e adolescentes abrigados ao se verem “abandonadas” e sem alternativas, o caminho natural acaba sendo a ruptura dos vínculos familiares, em um processo definido por Castel (1998) como desfiliação, fica evidente que algumas crianças e adolescentes não compreendem o processo de abrigamento como abandono.

**Uma** criança citou os aspectos humanos para justificar o porquê de todas as crianças que moram em abrigos terem família, como pode ser visto no exemplo a seguir:

*Você acha que todas as crianças que vão para o Abrigo têm família? Têm! Por que? As vezes a mãe e avó não morreu ainda. Nem o pai (Luan, 8;1 ano).*

Novamente fica evidente que, embora a criança esteja no abrigo, para ela a família não deixa de existir enquanto tal, e o único fator que leva a não existência da família e rompimento da relação familiar é a morte dos entes mais próximos. Este dado nos remete ao seguinte questionamento: As intervenções sobre as famílias e seus filhos não deveriam ser exceções, como em casos circunstanciais de adoecimento e/ou falecimento?

Entende-se que as crianças e adolescentes que são alvo da assistência social e da justiça deveriam representar uma pequena parcela da população, cujas famílias estão impossibilitadas de cuidar devido a problemas que são muitas vezes irreversíveis como casos de separação conjugal, adoecimento ou morte. Porém, isso não é o que acontece. Por falta de condições básicas para criar seus filhos, que se reproduzem geração após geração, inúmeras violações de direitos acontecem. A negligência, e as demais formas de violência, exploração e abuso exemplificam esse ponto (RIZZINI, 2006).

Em se tratando ainda da mesma pergunta, **seis** crianças e adolescentes, o que correspondeu a 66,7% da amostra, responderam que não, ou seja, que nem todas as crianças que moram em abrigos têm família. Para justificarem, todas as respostas citadas foram baseadas nos aspectos humanos, neste caso especificamente, os aspectos humanos dizem respeito à morte de familiares. Observe os extratos a seguir:

Você acha que todas as crianças que vão para o Abrigo têm família? Não, acho que não, nem todas. Por que você acha que não? Ah o pai deve ter falecido, mãe falecido... por isso (Carlos, 10;9 anos).

Algum têm algum não têm... alguns a mãe e o pai já morreu (Viviane, 13;3 anos).

Nota-se novamente que para muitas crianças e adolescentes a ruptura das relações familiares somente é possível após a morte dos parentes mais próximos. Embora não seja a realidade que eles vivenciam ou a situação pela qual passaram, eles indicam que conseguem pensar em hipóteses, nos possíveis.

No que concerne à categoria *todas as crianças gostam de morar no abrigo*, **uma** criança apresentou resposta não-importista. As demais crianças e adolescentes, ou seja, **doze**, apresentaram respostas consideradas crenças espontâneas ou desencadeadas, expressando claramente suas ideias. Para esta categoria foi feita a seguinte pergunta: *Você acha que todas as crianças que vão para o Abrigo gostam de morar no Abrigo?* As respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas no quadro 24.

**Quadro 24** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *todas as crianças gostam de morar no abrigo*.

Respostas SIM		Subcategorias	Número de Respostas	%	
Nº de crianças	%				
5	41,7	Sentimentos	5	100,0	
		<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>100,0</b>	
Respostas NÃO		Subcategorias	Número de Respostas	%	
Nº de crianças	%				
7	58,3	Sentimentos	6	75,0	
		Aspectos Humanos	1	12,5	
		Rotina	Alimentação	0	12,5
			Regras e obrigações	1	
		<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Das **doze** crianças e adolescentes que apresentaram respostas consideradas crenças espontâneas ou desencadeadas, **cinco** delas, ou seja, 41,7% da amostra responderam que sim, ou seja, que todas as crianças que moram em abrigo gostam de

morar no abrigo. Para justificarem, todas as respostas citadas foram baseadas nos sentimentos em relação ao abrigo. Observe alguns exemplos:

Você acha que todas as crianças que vão para o Abrigo gostam de morar no Abrigo? *[gesticulou que sim]*. Por que você acha que gostam? *Porque aqui é legal!* (Marina, 7;9 anos).

*Gostam porque sentem mais maltratados na casa da gente, aqui tem tudo. As crianças gostam muito do Abrigo sim* (Carolina, 14;5 anos).

Percebe-se que as crianças e adolescentes utilizam os sentimentos construídos sobre o abrigo onde moram para justificarem o porquê das outras crianças e adolescentes que também moram em abrigos gostarem da instituição. Ao serem questionadas sobre os motivos que levam crianças e adolescentes que moram em outros abrigos a também gostarem destes, relataram experiências de seu dia a dia institucional que as levam a construir sentimentos positivos em relação à categoria abrigo, expressando-os em suas respostas. Assim, a justificativa de todas as crianças e adolescentes gostarem dos abrigos onde moram é baseada nas experiências particulares vivenciadas e nos sentimentos construídos no ambiente institucional que, por conseguinte, são generalizados na maneira de compreender e justificar suas respostas.

Para a mesma pergunta, **sete** crianças e adolescentes, o que correspondeu a 58,3% da amostra, responderam que não, ou seja, que nem todas as crianças que moram em abrigo gostam de morar no abrigo. Para justificar, 60% das respostas citadas foram baseadas nos sentimentos. Observe os exemplos:

Você acha que todas as crianças que vão para o Abrigo gostam de morar no Abrigo? *Não!* Por que você acha que não? *Costume, é... pela convivência, não sei... acho que por não estar acostumada com aquilo e estar mais acostumada de estar em outros lugares com outras pessoas elas não gostam* (Janaína, 15;6 anos).

*Não!* Por que você acha que não? *Não porque eles não tá perto dos pais deles ainda. Igual uma menina que veio pra cá, ela ficou só chorando, só falando toda hora na mãe dela, aí no outro dia a mãe dela veio visitar ela e ela ficou só brincando com a mãe dela* (Vitor, 14;2 anos).

Nota-se que as crianças e adolescentes que justificaram suas respostas baseadas nos sentimentos em relação ao abrigo parecem centrar em apenas um aspecto da situação ao pensarem que as demais crianças e adolescentes abrigados não se acostumaram com a situação de acolhimento ou com o próprio abrigo.

Embora citada apenas uma vez, as subcategorias aspectos humanos e regras e obrigações também foram usadas por algumas crianças e adolescentes (12,5% cada) nas respostas para justificarem o porquê de algumas crianças não gostarem de morar em abrigo. Observe os exemplos:

*Você acha que todas as crianças que vão para o Abrigo gostam de morar no Abrigo? Não! Por que você acha que não? É... porque não vão querer ficar no abrigo... porque eles acha que no abrigo vão prender eles e que nunca mais eles vão sair e num ficar perto de ninguém, nem da família deles só no abrigo... até ficar velhinhos (Carlos Eduardo, 15;10 anos).*

*Por um tempo não... por um tempo não, mas depois acostuma Por que você acha que por um tempo não? Ah, vai ficar assim, sem conhecer ninguém... éh... (Carlos, 10;9 anos).*

Observa-se que tanto na subcategoria sentimentos quanto nas subcategorias aspectos humanos e regras e obrigações as respostas das crianças e adolescentes fazem referência a experiências particulares de suas vivências no abrigo, que são generalizadas para justificarem o porquê das crianças e adolescentes não gostarem de morar no abrigo.

Com relação à categoria *todas as crianças recebem visitas da família*, **nenhuma** das crianças e adolescentes apresentou resposta não-importista ou fabulada, ou seja, as **treze** deram respostas válidas para análise, consideradas crenças espontâneas ou desencadeadas, expressando claramente suas ideias. A pergunta feita foi a seguinte: *Você acha que todas as crianças que moram no Abrigo recebem visitas da família?* As respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas no quadro 25.

**Quadro 25** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *todas as crianças recebem visitas da família*.

Respostas SIM		Subcategorias	Número de Respostas	%	
Nº de crianças	%				
3	25,0	Sentimentos	2	66,7	
		Rotina	Regras e obrigações	1	33,3
		<b>Total</b>		<b>3</b>	<b>100,0</b>
Respostas NÃO		Subcategorias	Número de Respostas	%	
Nº de crianças	%				
9	75,0	Conflitos/Problemas na Família	6	66,7	
		Sentimentos	1	11,1	
		Não souberam responder	2	22,2	
		<b>Total</b>		<b>9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

É importante lembrar que das **treze** crianças e adolescentes entrevistados, **uma** adolescente afirmou que não sabia responder esta pergunta por que nunca estava no abrigo nos horários de visita, o que demonstra que ela não consegue trabalhar com situações hipotéticas. **Três** responderam que sim, ou seja, que todas as crianças que moram em abrigos recebem visitas da família, o que correspondeu a 25% da amostra. Para justificarem que todas as crianças que moram em abrigos recebem visitas da família, 66,7% das respostas citadas foram baseadas nos sentimentos. Observe alguns exemplos:

Você acha que todas as crianças que moram no Abrigo recebem visitas da família? *Sim!* Por que todas recebem? *Ah porque a família vai visitar eles e não vai deixar eles abandonados* (Carlos Eduardo, 15;10 anos).

*[gesticulou que sim]*. Por que você acha que todas recebem? *Porque elas gosta de ver a mãe, veja o pai* (Luan, 8;1 ano).

Fica evidente que alguns dos sujeitos entrevistados ao explicarem o porquê de todas as crianças e adolescentes abrigados receberem visitas da família, o sentimento em relação à família é a maior motivação para esta ir ao abrigo, ou seja, todas as crianças e adolescentes recebem visita porque gostam de ver a família.

Ainda para justificar que todas as crianças e adolescentes que moram em abrigos recebem visitas da família, **uma** criança baseou-se nas regras e obrigações, o que correspondeu a 33,3% das respostas, como pode ser visto no exemplo a seguir:

Você acha que todas as crianças que moram no Abrigo recebem visitas da família? [*gesticulou que sim*]. Por que todas recebem? *É que todo dia quinta venham visitar* (Marina, 7;9 anos).

Neste caso, fica claro que para essa criança todas as crianças e adolescentes que moram em abrigos recebem visitas da família por se tratar de uma regra presente no abrigo. O que se percebe é que a justificativa que essa criança apresenta parte da experiência particular, generalizando para outras crianças.

Para a mesma pergunta, **nove** crianças e adolescentes responderam que não, ou seja, que nem todas as crianças e adolescentes que moram em abrigos recebem visitas da família, o que correspondeu a 75% da amostra. 66,7% das respostas que justificavam os motivos de algumas crianças e adolescentes que moram em abrigos não receberem visitas da família dizem respeito aos conflitos/problemas na família. Vejamos alguns exemplos:

Você acha que todas as crianças que moram no Abrigo recebem visitas da família? *Todas não!* Por que você acha que algumas não recebem? *Porque às vezes as famílias não tem condição de visitar, as vezes tem um problema sério aí não tem muita condição de visitar a criança* (Carolina, 14;5 anos).

*Depois que... tipo assim o Juiz conversar, a Assistente Social conversar, ligar e tudo, aí algumas recebem.* Por que você acha que algumas não recebem? *Porque tipo assim... algumas têm vez que recebem, mas demora muito tempo porque pode ser que o caso também é muito grave, a mãe pode ter muito problema e precisa ser internada, aí nessas coisas aí é necessário de tá visitando, porque talvez ela pode até pegar o filho dela e fugir com ele e ir pra um lugar bem longe e aí não é certo* (Viviane, 13;3 anos).

*Não! Não!* Por que você acha que nem todas recebem? *Ah... a mãe deve ter perdido a guarda, é isso* (Carlos, 10;9 anos).

É possível observar que algumas crianças e adolescentes consideram que nem todos recebem visitas da família, devido à gravidade da situação que levou a criança ou o adolescente ao acolhimento institucional. Além disso, observa-se que uma criança usa o termo “perdido a guarda” para justificar porque algumas crianças não recebem visitas da família. Pode-se inferir que ela está ciente dos problemas e conflitos familiares que fazem com que os pais percam o direito de criarem seus filhos.

As crianças e adolescentes também falaram dos sentimentos para justificarem os motivos de alguns abrigados a não receberem visitas, o que correspondeu a 11,1% das respostas como pode ser visto no exemplo a seguir:

Você acha que todas as crianças que moram no Abrigo recebem visitas da família? *Não!* Por que algumas não recebem? *Porque... ah deve ser porque os pais os parentes não... não tem intimidade, não sente saudade. Eu penso assim* (Lavínia, 15;3 anos).

A fala dessa adolescente evidencia o sofrimento e, ao mesmo tempo, o sentimento de frustração em relação à família, já que o fato dela estar no abrigo concretiza que o vínculo familiar foi perdido e a chance de voltar à família parece ser distante. Além disso, lidar com as facetas do abandono parece causar forte pressão dos sentimentos de amor e ódio em relação às figuras parentais diante de sua situação de acolhimento.

**Dois** crianças e adolescentes, ou seja, 22,2% da amostra, afirmaram que nem todas as crianças recebem visitas das famílias, mas não souberam responder os motivos que levam essas famílias a não visitá-los. Isso demonstra a dificuldade de algumas crianças/adolescentes em trabalhar com situações hipotéticas.

O que fica evidente é que, apesar das crianças e adolescentes não pensarem como o adulto, embora na maioria das vezes se remetam ao que lhes é próximo e familiar, constroem suas representações sobre realidade na sua interação com o meio físico e social e têm o que dizer sobre ela. Embora na maioria das vezes as crianças e adolescentes atentem aos aspectos observáveis e notáveis da situação, principalmente relacionados a sua própria experiência, é importante esclarecer que essas representações não são meras cópias da realidade, pois a criança realiza uma tarefa individual que não tem a ver com uma assimilação passiva, mas com autenticidade ela vai construindo sua própria representação do mundo ao seu redor (SARAVALI e GUIMARÃES, 2010; DELVAL, 2002).

A seguir, verifica-se o que as crianças e adolescentes pensam e respondem sobre as possíveis mudanças que podem acontecer em determinadas situações e/ou fenômenos que lhes são apresentados.

## **5. Mudança**

O item “mudança” teve por objetivo conhecer as explicações das crianças e adolescentes que envolvem mudanças, ou seja, o que eles acham que poderia ser feito para mudar algo ou determinada situação. No caso deste estudo, diz respeito às mudanças que os sujeitos que compuseram a amostra apresentam para que todas as

crianças e adolescentes que moram em abrigos possam receber visitas da família e para gostarem mais do abrigo onde moram.

Com relação à categoria *como as crianças e adolescentes podem receber visitas*, **duas** crianças e adolescentes apresentaram respostas não-importantistas, e **onze** apresentaram respostas válidas para análise, ou seja, consideradas crenças espontâneas ou desencadeadas, expressando claramente suas ideias. Para esta categoria foi feita a seguinte pergunta: *O que você acha que poderia ser feito para que todas as crianças pudessem receber visitas da família?* As respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas no quadro 26.

**Quadro 26** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *como as crianças e adolescentes podem receber visitas*:

Subcategorias	Número de Respostas	%
Resolução dos conflitos/problemas na família	6	54,4
Sentimentos	5	45,6
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

Observa-se que a subcategoria mais citada pelas crianças e adolescentes foi a resolução dos conflitos/problemas na família, o que correspondeu a 54,4% das respostas, como pode ser visto no exemplo a seguir:

O que você acha que poderia ser feito para que todas as crianças pudessem receber visitas da família? *Acho que podia resolver os problemas da família que ajudava muito as famílias pra criança ter direito de receber as visitas das mães e da família toda* (Carolina, 14;5 anos).

O que você acha que poderia ser feito para que todas as crianças pudessem receber visitas da família? *Ah... que o Conselho, alguém tivesse assim contato com nossa família. Pedi pra vim visitar a gente né. Porque a gente fica aqui sem nenhum familiar vim. Quando vem uns, a gente vê assim “ah... o pai daquela pessoa veio cá visitar ela a gente fica assim “porque que a minha não vem” Até as adolescente deve pensar também. Os pais as vezes os pais eles vem, só a minha família que não vem me visitar. Como você acha que esse contato poderia ser feito? Ah... com esse pessoal que resolve isso sabe? Do Conselho, lá no Fórum, de ter contato com a nossa família e pedisse pra vim aqui, ou se não trazer, ou alguma coisa assim. Também tá acompanhando nossa família sabe? Por que dependendo do caso, ou não... sei lá* (Laisla, 12;11 anos).

*É... alguém conversar com eles e tipo assim, convidar eles tipo assim, visita aqui é quinta, aí conversa com eles pra vim aqui toda quinta se eles puder (Luiz Felipe, 10;3 anos).*

*Alguma pessoa ir buscar né! Ir buscar o quê? O pessoal da família. Quem poderia fazer isso? O carro do conselho... éh... (Carlos, 10;9 anos).*

A partir destes dados é possível observar que, conforme destacado por Faleiros (2004), os vínculos familiares e comunitários possuem uma dimensão política, uma vez que tanto a construção quanto o fortalecimento destes dependem também, entre outros fatores, de investimento do Estado em políticas públicas voltadas à família, à comunidade e ao espaço coletivo. Os aspectos aqui abordados evidenciam que a efetivação da promoção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes requer um conjunto articulado de ações que envolvem a corresponsabilidade do Estado, da família e da sociedade, conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Constituição Federal de 1988.

O direito fundamental à convivência familiar está consagrado nas normas e instrumentos legislativos. No entanto, a plena efetivação desse direito coloca problemas de ordem prática a serem enfrentados por todos os integrantes do “Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente” que, mais do que nunca, precisam unir esforços e articular ações na busca das mais variadas soluções, por intermédio da implementação de políticas públicas, que venham a garantir o adequado exercício desse direito em suas diversas formas, sem jamais perder de vista as regras e princípios que norteiam a matéria (PNAS, 2004).

As crianças e adolescentes citaram ainda a categoria sentimentos, correspondente a 45,6% das respostas para responderem a pergunta. Vejamos o extrato a seguir:

*O que você acha que poderia ser feito para que todas as crianças pudessem receber visitas da família? O que? O que você acha que poderia ser feito para que todas as crianças recebessem visitas da família? Ah... agora “cê” me pegou em tia... que se por exemplo, eu cheguei nesse dia, aí era bom se todo mundo recebesse a visita pra ficar mais alegre na espera da família, pra não ficar só vendo aquela menina que mora aqui e só vendo a família dela e das outras pessoa não... aí ela fica olhando e pensa na família dele (Viviane, 13;3 anos).*

*O que? Fala de novo. O que você acha que poderia ser feito para que todas as crianças que moram em abrigos pudessem receber visitas da família? Ah... o pessoal daqui do abrigo pedir pros pais deles vim cá*

*visitar eles. Seria bom fazer isso ou não? [gesticulou que sim]. Por que você acha que seria? Ah... pra eles lembrar mais dos pais deles e não ficar triste (Vitor, 14;2 anos).*

Estas falas evidenciam que as crianças e adolescentes sofrem por estarem distantes de suas famílias e sentem falta do convívio familiar, desejando receber visitas para ficarem mais felizes. Nesse sentido, com salienta Centenaro (2008), a participação da família em todo o processo de institucionalização torna-se essencial, uma vez que a criança se sentirá apoiada e segura para dar continuidade à sua vida social após a reinserção em seu ambiente familiar. A participação da família é muito importante no processo de institucionalização, pois a criança que tiver o apoio familiar no período em que se encontrar em acolhimento terá os vínculos familiares preservados.

Em se tratando da criança e do adolescente, é muito importante o apoio da família para que se possa ter êxito no processo de reinserção, pois, segundo o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2006), a família constitui:

A instância mais básica na qual o sentimento de pertencimento e identidade social é desenvolvido e mantido e em que são transmitidos os valores e as práticas culturais. Pois as ações com famílias envolvem o reconhecimento da organização do cotidiano, o exercício dos papéis e funções na família, as relações de geração e de gênero, de autoridade e afeto; os valores, as representações e práticas de cuidado e socialização de seus membros; e, ainda, a convivência, a participação e a ação na comunidade (SUAS, 2006, p. 33).

Assim, outras relações sociais colaboram para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, porém é a relação com os pais que constitui a base referencial de todas as outras, por serem os responsáveis em transmitir as primeiras informações e interpretações sobre o mundo (PINHEIRO, 2008).

Quanto à categoria *como as crianças e adolescentes podem gostar mais do abrigo*, **uma** criança apresentou resposta não-importista, e **doze** deram respostas válidas para análise, ou seja, apresentaram respostas consideradas crenças espontâneas ou desencadeadas, expressando claramente suas ideias e pensamentos. A pergunta feita foi a seguinte: *O que você acha que poderia ser feito para que as crianças gostassem mais do Abrigo onde elas moram?* As respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas no quadro 27.

**Quadro 27** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *como as crianças e adolescentes podem gostar mais do abrigo*.

Subcategorias		Número de Respostas	%
Atividades Desenvolvidas	Lazer	8	66,7
Sentimentos		2	16,7
Atitudes/comportamentos		1	8,3
Rotina	Regras e obrigações	1	8,3
<b>Total</b>		<b>12</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

As crianças e adolescentes explicaram as mudanças que deveriam acontecer no abrigo para que eles pudessem gostar mais dele, ressaltando o aumento das atividades de lazer, o que correspondeu a 66,7% das respostas. Observe alguns exemplos:

O que você acha que poderia ser feito para que as crianças gostassem mais do Abrigo onde elas moram? *Em um sábado levar as crianças... por exemplo, lá na UFV para brincar um pouco, no outro sábado levar as crianças para fazer alguma coisa diferente igual... tomar sorvete sabe... alguma coisa assim... Vocês costumam fazer passeios assim? De vez em quando nós fazemos* (Juliana, 15;6 anos).

*Ter uma arezinha de lazer pra eles. Não sei, fazer tipo um parquinho pra eles assim, alguma coisa pra que eles pudessem brincar, distrair mais já que muitos não podem sair né. É... são bastante crianças que ficam aqui na casa, que não saem final de semana e que não se divertem tanto assim. Acho que seria interessante assim que tivesse uma área para eles brincarem* (Janaína, 15; 6anos).

*Ah... toda semana, todo feriado poder sair... O que mais? Algum dia do mês alguém levar a gente pra outro lugar, por exemplo no recanto da cigarra, na universidade pra passear* (Carlos, 10;9 anos).

A partir das falas e com estes exemplos é possível notar que as crianças e adolescentes desejam uma intensificação das atividades de lazer. Desejam ver o abrigo como um lugar onde possam se divertir e que ele possa oferecer atividades direcionadas ao lazer não só dentro, mas também, fora do seu limite físico, por meio dos passeios. Esse fato chama atenção para a necessidade de ouvir as crianças e adolescentes institucionalizados, buscar saber o que os incomoda, quais sentimentos certas atitudes lhes provocam e o que poderia ser feito para que eles pudessem sentir mais atraídos e acolhidos no abrigo.

Diante disso, entende-se que o lúdico pode ser um facilitador para superação dos sofrimentos das crianças e adolescentes abrigados, uma vez que, segundo Oliveira (2000):

O brincar pode ser uma situação onde predomina o prazer sobre a tensão, favorece o relaxamento e conseqüentemente a emergência de novas ideias, criatividade que combina conteúdos e dinâmicas conscientes e inconscientes. Do ponto de vista psicológico, assumir os riscos de inovar alguma coisa faz parte do processo humano de desenvolvimento e supõe a crença, a confiança em si e no próprio grupo, que torna suportável e até desafiador o medo do desconhecido (OLIVEIRA, 2000, p. 22).

Nota-se que 16,7% das respostas das crianças e adolescentes fazem referência aos sentimentos, principalmente da saudade da família para explicarem essa mudança, como pode ser visto nos extratos a seguir:

*O que você acha que poderia ser feito para que as crianças gostassem mais do Abrigo onde elas moram? O que poderia ser feito? Assim, a família mesmo. Eu acho que a gente tinha que ir mais ver nossa família mesmo que a gente poderia assim, poderia tá aqui porque a gente também tá aqui mas também tá alegre com nossos familiares vem cá visitar a gente (Laisla, 12;11 anos).*

*Ah só se tivesse mais visita das mãe, dos pai, dos tio, dos parente (Roberto, 17;6anos).*

Acredita-se que, independentemente do modelo de família existente na qual se inclui uma criança e o adolescente em acolhimento, a relação entre os seus membros de maneira ativa e compartilhada permitirá estruturar alicerces mais consistentes para as experiências futuras que surgirem ao longo dessa convivência, tornando as condições mais seguras para o enfrentamento de dificuldades.

Assim, para se propor uma política de atendimento à família é preciso considerar alguns pontos, como o rompimento com a ideia de família idealizada e passar a considerar a família real como alvo. Para isso, são necessários trabalhos desenvolvidos diretamente com as famílias das crianças.

A mudança para que as crianças e adolescentes possam gostar mais do abrigo também é explicada por mudanças nas atitudes/comportamentos de pessoas que moram no abrigo, correspondendo a 8,3% das respostas.

*O que você acha que poderia ser feito para que as crianças gostassem mais do Abrigo onde elas moram? Eu acho que pra elas gostar mais do abrigo não... às vezes não é que o abrigo tá ruim, as vezes é as*

*peessoas que tão morando nele assim... igual... não tem como você gostar de um lugar se você vê o lugar como uma coisa violenta. Não tem como você gostar de um lugar se você apanha todo dia entendeu? Não tem como você gostar de um lugar se tem uma pessoa mais velha mandando em você, se não tem como assim... o cuidador fala que não adianta... têm certos funcionário que fala que não adianta o cuidador chamar a atenção que não adianta de nada, então, assim, o abrigo é muito bom, a gente tem muita oportunidade, muita brincadeira, é muito gostoso ficar aqui... é grande, tem atenção, só que eu acho assim, pra pessoa gostar não é mudar nada, mais atividade, mais brincadeira, só que... têm certas pessoas que tá no abrigo que atrapalha o abrigo (Lavínia, 15;3 anos).*

A partir deste extrato é possível notar que algumas crianças e adolescentes desejam uma melhora nas atitudes e principalmente no comportamento de alguns abrigados, uma vez que o comportamento agressivo por parte de alguns acaba causando um sentimento de insegurança em outros.

É possível observar ainda que 8,3% das respostas das crianças e adolescentes fazem referência às regras e obrigações para explicarem essa mudança, como pode ser visto no extrato a seguir:

*O que você acha que poderia ser feito para que as crianças gostassem mais do Abrigo onde elas moram? Não ter é... pra criança gostasse mais dele não ter é... castigo. A criança não ficar de castigo (Carlos Eduardo, 15;10 anos).*

Isto mostra como as crianças e adolescentes representam a realidade que vivenciam, uma realidade onde os comportamentos considerados inadequados são corrigidos através de atitudes punitivas por parte dos cuidadores.

Observa-se com este item que, ao serem questionados sobre possíveis mudanças no abrigo, as crianças e adolescentes apresentaram algumas possibilidades para que ocorram mudanças, levantando hipóteses de como poderia ser o abrigo segundo suas vontades e necessidades, tornando-o melhor, já que foram afastados de sua família e de sua comunidade.

A seguir verifica-se como as crianças e adolescentes justificam determinadas situações e/ou fenômenos.

## **6. Justificativa**

O item “justificativa” teve por objetivo conhecer como os sujeitos justificam a existência de determinadas situações. No caso deste estudo, diz respeito às justificativas

que os sujeitos da amostra apresentam para algumas crianças e adolescentes deixarem de morar com suas famílias e irem para os abrigos. Com relação a esse item **nenhuma** das crianças e adolescentes apresentou resposta não-importista ou fabulada, ou seja, **treze** deram respostas válidas para análise, consideradas crenças espontâneas ou desencadeadas, expressando claramente suas ideias.

Quanto à categoria *porque as crianças e adolescentes vão para o abrigo*, foi feita a seguinte pergunta: *Por que você acha que têm crianças que deixam de morar com suas famílias e vão morar em Abrigos?* Todos os sujeitos da pesquisa, ou seja, 100% da amostra, justificaram a saída das crianças e adolescentes de suas famílias devido aos conflitos/problemas presentes nestas, como pode ser visto nos seguintes exemplos:

*Por que você acha que têm crianças que deixam de morar com suas famílias e vão morar em Abrigos? Ah, por causa de problemas... Que tipo de problemas? Ah, os problemas que a mãe não pode cuidar, não sei o que... porque os pais ficam brigando* (Vitor, 14;2 anos).

*Porque a família não tá dando conta, não tá cuidando direito... sei lá* (Lavínia, 15;3 anos).

*Não sei! Talvez a mãe fuma e o Juiz não quer que fica perto* (Luan, 8;1 ano).

*Briga, por conta assim... deixa a criança na rua as vezes a criança passa fome. Os abusos também que tem né... esses negócio. Também... igual por exemplo, adolescente não obedece mãe esses negócio... as brigas, ou se não os adolescente vai pra festa e o Conselho pega* (Laisla, 12;11 anos).

A legislação brasileira vigente reconhece e preconiza a família enquanto estrutura vital, lugar essencial à humanização e à socialização da criança e do adolescente, espaço ideal e privilegiado para o desenvolvimento integral dos indivíduos. Contudo, a história social das crianças, dos adolescentes e das famílias revela que estas encontraram e ainda encontram inúmeras dificuldades para proteger e educar seus filhos (BRASIL, 2006).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de 1990; a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, de 1993; e, recentemente, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, incorporaram a moderna percepção de direitos sociais e desencadearam as transformações, ainda tímidas, observadas nas políticas públicas. A importância da relação familiar é discutida em lei e a convivência em família passou a ser valorizada como direito. No entanto, a prática ainda não está orientada nesse sentido. A cultura que

prevalece ainda é assistencialista no âmbito das políticas e as ações públicas estão voltadas para famílias que não conseguem alcançar padrões mínimos de sobrevivência, bem como apresentam dificuldades de socialização. Nesse enfoque, a família é vista como incapaz, sendo essa uma das principais motivações para a decisão de afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar e comunitário e o seu encaminhamento para instituições de abrigo, conforme será apresentado mais adiante. É preciso aprofundar o entendimento de que as famílias não são apenas “espaços de cuidados”, mas “espaços a serem cuidados” (MIOTO, 2004).

Mantendo-se focadas no atendimento aos mais pobres, as atuais políticas sociais no Brasil tendem a eleger a família como objeto de intervenção. Essa ênfase na família não é nova, porém experimenta mudanças em sua concepção. A noção de direitos sociais atualmente em vigor vem alterando o enfoque e a abordagem direcionados às famílias – antes pautadas na disciplina e na ordem - afirmando seu significado como conjunto de valores e práticas culturais (GARCIA, 2006).

A busca de um modelo satisfatório de política pública traz a necessidade de discussão ampla de estratégias e princípios, especialmente diante da realidade brasileira observada na atualidade. Spozati (2004) coloca a assistência social como política de proteção que deve operar preventivamente e protetivamente nas situações de risco.

Considerando a família como alvo de políticas públicas eficazes, Sposati (2004) observa a importância do enfrentamento da fragilidade dos arranjos familiares. Nessa direção, ganha relevo o apoio para a reconstituição do equilíbrio do núcleo familiar. É fundamental que a proteção, via políticas públicas, seja atitude real e considere especialmente os riscos e vulnerabilidades sociais, indo além dos benefícios apenas materiais, buscando alcançar a autonomia, a emancipação, a inclusão e a cidadania.

Para que isso aconteça, a organização da assistência social deve contar com uma “rede de proteção básica e especial, fundada na cidadania; um conjunto de seguranças sociais e monitoramento de riscos e de defesa de direitos” (SPOSATI, 2004).

A seguir verificase quais as soluções que as crianças e adolescentes apresentam para determinadas situações e/ou fenômenos.

## **7. Soluções**

O item “soluções” teve por objetivo possibilitar obter das crianças e adolescentes as soluções que eles propõem para determinadas situações. No caso deste estudo, diz

respeito às soluções apresentadas pelas crianças e adolescentes para que nenhuma criança precisasse morar em abrigos. Com relação ao item soluções, **nenhuma** das crianças e adolescentes apresentou resposta não-importista ou fabulada, ou seja, **treze**, deram respostas válidas para análise, consideradas crenças espontâneas ou desencadeadas, expressando claramente suas ideias.

Quanto à categoria *o que fazer para as crianças e adolescentes não precisarem ir para o abrigo*, foi feita a seguinte pergunta: *Alguma coisa poderia ser feita para que as crianças não precisassem morar nos Abrigos?* As respostas consideradas crenças foram classificadas nas subcategorias apresentadas no quadro 28.

**Quadro 28** – Caracterização do número de respostas e porcentual por subcategoria apresentadas pelas crianças e adolescentes segundo a categoria *o que fazer para as crianças e adolescentes não precisarem ir para o abrigo*.

<b>Respostas SIM</b>		<b>Subcategorias</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>%</b>
<b>Nº de crianças</b>	<b>%</b>			
10	76,9	Resolução dos conflitos/Problemas na Família	10	100,0
		<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,0</b>
<b>Respostas TALVEZ</b>		<b>Subcategorias</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>%</b>
<b>Nº de crianças</b>	<b>%</b>			
3	23,1	Resolução dos conflitos/Problemas na Família	3	100,0
		<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: dados da pesquisa (2012).

É possível observar que **dez** dos **treze** sujeitos da pesquisa responderam que sim, ou seja, que algo poderia ser feito para que as crianças e adolescentes não precisassem sair de suas famílias e irem para o abrigo, o que correspondeu a 76,9% da amostra. Todas as soluções apresentadas pelas crianças e adolescentes que responderam sim foram baseadas na resolução dos conflitos/problemas na família, como pode ser visto nos seguintes exemplos:

Alguma coisa poderia ser feita para que as crianças não precisassem morar nos Abrigos? *Que a mãe não precisasse fumar droga, não mexia nessas coisas, não precisava bater no filho por aquela coisa, ficava quieto com o filho em casa... [demorou alguns tempo] nem tão quieto porque a mãe precisa sair pra trabalhar, o filho ir pra escola, só (Viviane, 13;3 anos).*

*[gesticulou que sim] O que poderia ser feito? Poderia... as mães tirar os filhos da rua e dar mais atenção pra eles (Carlos Eduardo, 15;10 anos).*

*Aí a mãe tem que cuidar. Como que a mãe tinha que cuidar? Tratando dela, cuidando... O que mais? Dando carinho (Marina, 7;9 anos).*

*O pai parando de fumar e beber. Só (Luan, 8;1 ano).*

Quantos às crianças e adolescentes que responderam talvez, o que correspondeu a 23,1% da amostra, ou seja, que dependia de algumas coisas, todas as respostas também se basearam na resolução dos conflitos/problemas na família, como pode ser visto nos seguintes exemplos:

*Alguma coisa poderia ser feita para que as crianças não precisassem morar nos Abrigos? Ah... isso é difícil porque varia muito de pessoa que tá no abrigo, igual... tem vários casos diferentes e isso vem dos pais, não tem como... eu penso assim que seria muito difícil mudar, porque isso acontece porque a gente tá aqui por causa dos pais. Então, muitas pessoas... a maioria é por causa de pais, mas também tem porque acho que ficava muito na rua, mas isso varia muito, depende mais dos pais (Lavínia, 15;3 anos).*

*Não pode, não tem... condição de morar com a família por conta assim... é o mesmo... aquele mesmo problema que tá naquela família sempre vai ser o mesmo. Se a criança for pegar e ir pra lá, vai... vai dar no mesmo e aí daqui a pouco a criança volta pro Abrigo então, dependendo do caso que tiver na família, se for tipo uma briga de mãe e filha esses negócio depois com tempo pega e resolve é... assim ou se não, um descuido da família um descuido que deu assim com a criança e depois resolve o caso e vai de novo, mas agora também tem uns casos que não tem nem como assim... resolver pra criança ir ne porque tem que depender do pai e da mãe e eles não fazem aquilo que é certo pra ganhar os filhos né. Para você, em quais casos a criança não poderia mais morar com a família e teria que ir de qualquer jeito para o Abrigo? Ah... continuar deixando a criança andar na rua é... deixar a criança faltar de escola, não ir a escola, igual as vezes passa alguma dificuldade com comida com roupa (Laisla, 12;11 anos).*

Dessa forma, compreende-se que tanto para as crianças e adolescentes que responderam que SIM, quanto as que responderam TALVEZ, as soluções por eles apresentadas para que as crianças e adolescentes não precisarem ir para os abrigos seria a resolução dos conflitos/problemas na família. Diante destes dados, é interessante salientar que embora haja o reconhecimento explícito sobre a importância da família na vida social e, portanto, merecedora da proteção do Estado, tal proteção tem sido cada vez mais discutida, na medida em que a realidade tem dado sinais cada vez mais evidentes de processos de penalização e desproteção das famílias brasileiras. Assim,

fica evidente que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal (PNAS, 2004).

A importância da convivência familiar e comunitária para criança e o adolescente está reconhecida na Constituição Federal de 1988 e no ECA, bem como em outras legislações e normativas nacionais e internacionais. Subjacente a esse reconhecimento está a ideia de que a convivência familiar e comunitária é fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente, os quais não podem ser concebidos de modo dissociado de sua família, do contexto sociocultural e de todo o seu contexto de vida (PNAS, 2004).

Fica então evidente que o direito à convivência familiar e comunitária precisa ser abordado, desde a proteção à família de origem até a necessidade de proteção à criança e ao adolescente, cujos vínculos foram ameaçados ou rompidos, exigindo ações de restauração dos laços familiares ou de criação de novos vínculos que garantam a esses sujeitos em desenvolvimento, um dos seus direitos mais fundamentais: viver em família (PNAS, 2004).

Em geral, as ações que conduzem ao afastamento da criança e do adolescente de casa são inadequadas e pouco efetivas na superação das dificuldades que levaram à situação de vulnerabilidade. Condições dignas de vida e formas consistentes de suporte para criação dos filhos poderiam evitar separações desnecessárias e fortalecer os elos entre criança/adolescente, família e o meio a que pertencem. Assim, diante da complexidade e da multiplicidade do fenômeno, não há respostas únicas ou modelos e sim um amplo campo de possíveis ações a serem tomadas. É preciso que exista um leque de ações que garanta atendimento àqueles que necessitam, sempre levando em consideração o contexto sócio-familiar e comunitário das famílias (RIZZINI, 2006).

A partir desses dados, é possível observar que as crianças e adolescentes apresentam explicações válidas e que retratam a realidade, explicações essas importantes, pois revelam seu modo de compreender o mundo ao seu redor. Além disso, os questionamentos fazem com que as crianças e adolescentes reflitam sobre as situações apresentadas e levantem hipóteses, o que poderá permitir que eles passem a pensar em outras possibilidades para os problemas apresentados e vividos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na intensa caminhada desta pesquisa buscou-se analisar as representações das crianças e dos adolescentes afastados de suas famílias de origem e inseridos na modalidade de Abrigo Institucional do município de Viçosa – MG no que diz respeito à convivência familiar e comunitária. Os dados coletados evidenciaram o quanto as crianças e adolescentes são capazes de falar sobre a realidade na qual estão inseridos, construindo representações sobre suas vivências e buscando dar sentido a elas. Dessa forma, conhecer as representações das crianças e dos adolescentes sobre a convivência familiar e comunitária é importante uma vez que pode contribuir na elaboração de estratégias significativas que subsidiam ações que proporcionam a melhoria da qualidade de vida e bem estar deste público, podendo ainda fortalecer toda rede de atendimento.

O Método Clínico Piagetiano mostrou-se adequado para conhecer o que as crianças e os adolescentes pensam, sentem e compreendem sobre a instituição de acolhimento na qual estão inseridos. A intervenção sistemática, essência do método, permitiu compreender melhor o sentido das falas das crianças e dos adolescentes sobre o ambiente institucional. É interessante enfatizar que a utilização do Método Clínico exige muita prática por parte do pesquisador, pois demanda conhecimentos teóricos do mesmo, que durante a entrevista é desafiado a levantar hipóteses diante das respostas dos sujeitos para intervir de forma a compreender o que eles falam. Além disso, por não existir protocolos de entrevistas prontos sobre várias temáticas, inclusive a que foi abordada neste estudo, a construção da entrevista demanda reflexão constante para elaboração de perguntas que realmente atinjam os objetivos propostos e sejam compreensíveis para o sujeito.

Este estudo foi norteado por uma hipótese: As crianças e adolescentes afastados de suas famílias de origem e institucionalizados podem estar com seus direitos de convivência familiar e comunitária ameaçados devido à própria dinâmica de funcionamento da Instituição que não favorece a promoção do convívio familiar e comunitário, pois faltam alternativas efetivas de atendimento que permitam reverter as situações que levaram ao acolhimento.

A hipótese foi confirmada pelos resultados da pesquisa, uma vez que a vida no abrigo leva ao afastamento das referências familiares e comunitárias, perdendo-se elos que não precisariam ser fragilizados ou até mesmo rompidos. Nas instituições de

acolhimento *locus* da pesquisa, as crianças e os adolescentes são, na maioria dos casos estudados, “visitados”. É uma visita “teoricamente” semanal, e não um convívio assíduo, o que favorece o enfraquecimento dos laços relacionais e afetivos. Além disso, foi constatado que há crianças e adolescentes que não recebem visitas e também nunca visitaram sua comunidade de origem após o acolhimento, o que significa que há um “abismo” separando estas crianças e adolescentes de suas famílias e do local de onde vieram.

Pelos relatos das crianças e adolescentes foi possível perceber que estes, além de estarem afastados de suas famílias e de seu local de pertencimento, têm como protagonistas das decisões sobre seu dia a dia, sobre o seu futuro, e sobre o registro de suas histórias de vida, os profissionais que atuam nas instituições de acolhimento. Além disso, estão sob a tutela da justiça e deliberações importantes a respeito de suas vidas são tomadas, na maioria das vezes, sem consulta a eles próprios ou às pessoas que fazem parte de seu convívio (família extensa, padrinhos, vizinhos). Foi possível constatar ainda que o acolhimento acontece muitas vezes de forma abrupta, expondo a criança e o adolescente a uma nova realidade e, ao mesmo tempo, promove rupturas de vínculos afetivos.

Pelo apanhado histórico realizado sobre a institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, assim como constatou Silva (2007), constatou-se no presente estudo que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabeleceu novos princípios de proteção e atendimento a este público, em especial no que diz respeito ao direito fundamental da convivência familiar e comunitária. O ECA rompeu com a lógica das grandes instituições, consideradas como “depósitos de crianças”, buscando um novo modelo, que tem como base o atendimento personalizado e em pequenos grupos, assemelhando-se, na medida do possível, a uma família. Determinou, também, que devem ser procurados todos os caminhos para se restabelecer ou estabelecer vínculos, seja com a família de origem, extensa ou com a família substituta, priorizando a inserção comunitária. Trouxe à cena brasileira os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares, com o papel de zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Entretanto, as falas das crianças e adolescentes entrevistados evidenciaram que apesar das várias conquistas inauguradas pelo ECA, muitas mudanças ainda são necessárias para o rompimento da cultura da institucionalização em detrimento de políticas de reconstrução e fortalecimento dos vínculos familiares.

Nesta perspectiva, enquanto a carência de recursos financeiros for motivo para afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias, a cultura da institucionalização e do assistencialismo será mantida. Promove-se com esta cultura um retrocesso histórico, que tende a refletir diretamente na vida de muitas crianças, adolescentes e famílias empobrecidas, promovendo a continuidade da secular exclusão de direitos. Ao serem realizadas institucionalizações de crianças e adolescentes de forma equivocada, não só no que se refere aos motivos, mas também pela falta de ações de enfrentamento das situações que levaram ao acolhimento, há a violação, e não a garantia dos direitos das crianças, adolescentes e de suas famílias.

Portanto, faz-se necessário primeiramente tratar a prevenção à institucionalização, para não transformar as crianças e adolescentes, mais uma vez, em vítimas, agora de uma violência estrutural. É preciso lançar sobre as famílias de camadas empobrecidas um olhar digno de atenção, de amparo e de proteção que elas merecem como sujeitos, buscando sempre possibilitar alternativas que favoreçam a convivência assídua com suas crianças e adolescentes, mesmo em sistema de acolhimento.

A importância da “voz” das crianças e adolescentes em situação de acolhimento foi o ponto de destaque desta pesquisa, como um dos elementos fundamentais na construção de sua subjetividade individual e social. Vale lembrar que, do ponto de vista legal, até a aprovação do ECA, a criança não era reconhecida como cidadão, como sujeito de direitos, mas como um sujeito incompleto e incapaz, cujas necessidades deveriam ser expressas através da voz do adulto. Apesar das importantes mudanças que já aconteceram, entende-se que ainda é preciso colocar em prática ações que promovam a autonomia das crianças e adolescentes e que instiguem seu espírito inquiridor, para que sejam superadas as práticas que reforçam o poder do adulto sobre a criança. É preciso repensar como as crianças e adolescentes têm vivenciado sua infância nos abrigos, se as equipes de atendimento têm promovido momentos prazerosos, respeitando suas expressões, seus anseios e suas necessidades, pensando sempre em seu bem-estar e na sua qualidade de vida.

A cada entrevista era possível admirar-se com o fato de como as crianças e os adolescentes estavam ávidos para falarem sobre suas experiências no abrigo e se sentiam importantes ao ter alguém ali que estava perguntando e ouvindo atenciosamente suas respostas e colocações sobre a instituição de acolhimento. Assim, constatou-se que o abrigo visto pelas crianças e adolescentes tem diferentes modos de regulação

interacional como; ações cooperativas, conflitos, negociações e resoluções de conflitos; posições e hierarquia social dentro do próprio grupo; proteção, conforto e cuidado caracterizaram algumas relações presentes dentro do grupo e com os cuidadores e a equipe técnica; busca de cumplicidade, objetivos compartilhados e estratégias para a realização do brincar também fizeram parte das falas das crianças e dos adolescentes.

O abrigo esperado e desejado pelas crianças e adolescentes é um abrigo que oferece espaço físico amplo e adequado para realização das brincadeiras. É um abrigo que incentiva constantemente o desenvolvimento de atividades de lazer fora dos seus limites e, principalmente, é um abrigo que promove e garante a convivência familiar e comunitária, proporcionando que a família tenha presença assídua na instituição, além de tudo, é um abrigo que trabalha efetivamente para que sejam superados os motivos que os levaram ao acolhimento.

Ao entrevistar as crianças e os adolescentes e deparar com o contexto institucional no qual estão inseridos e, ao mesmo tempo, com as subjetividades presentes em suas histórias de vida, estes apresentaram vários conflitos e problemas familiares para as quais não há soluções e nem respostas prontas. Essas respostas precisam ser construídas para que aqueles desafios enfrentados pelas famílias sejam superados. Além disso, no decorrer do estudo, vários questionamentos de cunho teórico, legal e político surgiram em relação ao tema abordado. Não encontramos respostas conclusivas para esses questionamentos, mas sim, novas indagações. A única certeza que tivemos foi de que nem toda família pobre tem seus filhos abrigados, mas todas as crianças e adolescentes que estão nos abrigos de Viçosa-MG vêm de famílias pobres.

A partir do tratamento, análise e discussão dos dados foi possível perceber que, por mais que o pensamento da criança e do adolescente apresente suas limitações, próprias do seu estágio de desenvolvimento, eles possuem capacidade de falar sobre o abrigo onde moram e sobre suas vivências na instituição. Essa capacidade é demonstrada quando seus discursos perpassam da caracterização do abrigo, até as propostas de mudanças para que o ambiente institucional se torne mais prazeroso e para que as práticas sejam renovadas de forma a garantir o direito à convivência familiar e comunitária.

A pesquisa traz contribuições para o Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica e para a linha de pesquisa Família, Políticas Públicas e Avaliação de Programas e Projetos Sociais, por buscar compreender o acolhimento de crianças e adolescentes, enquanto uma política pública, tendo como perspectiva crianças e

adolescentes como membros da família e cidadãos de direito. O acolhimento institucional é umas das principais políticas públicas de proteção às crianças e aos adolescentes que tiveram os direitos ameaçados e/ou violados no contexto familiar. Através das representações dos sujeitos da pesquisa, foi possível perceber como estes vêem o abrigo onde moram, e quais mudanças necessitam ser efetivadas para que possa melhor atendê-los de modo a beneficiar a família em sua totalidade.

O diferencial desse estudo em relação aos demais estudos que pesquisam as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional é que nesta pesquisa as crianças e adolescentes tem o direito à voz, expressando suas representações sobre o abrigo onde vivem. Outro fator que diferencia este estudo dos demais foi a utilização do Método Clínico Piagetiano para coleta e análise dos dados. Este é um diferencial porque o Método Clínico Piagetiano é o método mais indicado para se ouvir crianças e adolescentes, por ter como foco não somente a resposta final do sujeito, mas principalmente o curso do pensamento até chegar à resposta final.

Finaliza-se o presente estudo com a consciência de que as análises apresentadas estão longe de serem conclusivas, devido à amplitude e complexidade da temática abordada. Destaca-se de modo incisivo a necessidade de que o tema pautado continue a ser objeto de aprofundamentos e demais pesquisas, os quais possam promover o debate político para o planejamento e desenvolvimento de políticas públicas que contemplem a efetivação dos direitos da criança e do adolescente em consonância com as necessidades destes e de suas famílias.

No decorrer deste estudo, enfrentamos algumas limitações. Uma delas foi a dificuldade de liberação da pesquisa pelo comitê de ética devido aos “possíveis” riscos para os indivíduos sujeitos do estudo. Garantir o direito das crianças e dos adolescentes institucionalizados darem voz a sua própria condição foi muito difícil, uma vez que, a visão adultocêntrica caracterizada por destacar as incapacidades das crianças em comparação com os adultos, a limitação de sua experiência, a insuficiência de seus conhecimentos e a incapacidade de pensar logicamente e de controlar e sua própria conduta ainda vigora na sociedade. É exatamente na tentativa de superar esta visão que inúmeras pesquisas no mundo inteiro, principalmente nos países desenvolvidos, têm garantido “a voz das crianças e adolescentes” como um direito fundamental, inclusive quando se trata de grupos vulneráveis, que muitas vezes em nome de “preservar sua integridade”, são excluídos de falar sobre o que pensam, sentem e percebem sobre o mundo em que vivem, especialmente sobre suas vidas. Diante disso, poder “dar voz” às

crianças e adolescentes foi uma experiência muito rica, que permeou todo o trabalho de campo, e não somente se restringiu às respostas dos sujeitos propriamente ditas. A escolha de participar ou não da pesquisa, ao mesmo tempo em que os possibilitava se fazer ouvir, também os respeitava em sua escolha de calar, mas o fato de permitir que se expressassem já demonstrava a importância atribuída por nós à sua voz.

Outra limitação enfrentada foi em relação à dificuldade de encontrar referencial teórico suficiente para discussão e análise aprofundada dos dados, uma vez que é pouco difundida a literatura que trata de estudos *com* crianças e adolescentes em situação de acolhimento, principalmente sobre suas vivências nos abrigos. Houve ainda a dificuldade em relação a extensão dos dados que demandou um grande período de tempo na transcrição das entrevistas e também na análise e discussão dos resultados.

Face a essas considerações, é importante destacar que não é competência apenas do Abrigo a excepcionalidade e a provisoriedade da medida de proteção. O serviço faz parte de uma rede de proteção que precisa funcionar para que possam ser garantidas, além de ações de reintegração familiar, ações para que o dia a dia institucional seja um espaço de desenvolvimento e respeito à identidade, à autonomia e à individualidade do público infanto-juvenil.

Considerando-se os resultados da pesquisa, foi possível perceber que o acolhimento institucional, não apenas o realizado pelas entidades *locus* da presente pesquisa, mas este compreendido enquanto política pública de proteção às crianças e adolescentes em situação de ameaça ou violação de direitos no contexto familiar, traz em si complexidades que exigem o comprometimento do Estado, da sociedade e da família.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, K. A. **Formas de participação das crianças na educação infantil**. 2010. 334 f. Tese (Doutorado em Estudos da Criança) – Instituto de Educação, Universidade de Minho, Braga, Portugal, 2010.

ANDRADE, C. A. **Estudo das representações sobre o adoecimento e hospitalização pela Perspectiva de Crianças Hospitalizadas numa Abordagem Piagetiana**. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2011.

ARPINI, D. M. **Violência e exclusão: adolescência em grupos populares**. Bauru, SP: EDUC, 2003.

AZEVEDO, M. A. GUERRA, V. N. A. **Violência Doméstica na Infância e na Adolescência**, SP, Robe, 1995

AZOR, A. VECTORE, C. Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. **Estudos de Psicologia Campinas**, 25(1), 77-89, 2008.

BARREIRA, D. A. SANTOS, A. M. SALES, C. M. LUCENA, M. M. V. BEZERRA, M. C. C. MONTEIRO, M. C. M. BENEVIDES, M. I. S. GOMES, M. A. BESSA, R. C. S. M. BARROCAS, R. Q. Família: uma rede em ação. **Texto contexto-enferm**. 1999; 8(2):489-493.

BARRETO, M. L. M. **Procedimentos de representações gráfica da quantidade em crianças de 4 a 6 anos de idade: uma perspectiva piagetiana**. Campinas: 2001. 241 p. Tese (Dissertação de doutorado) UNICAMP, 2001.

BARRETO, M. L. M. **Fundamentos da Teoria Piagetiana**. Viçosa, MG: UFV/Departamento de Economia Doméstica, 2010. (Apostila da disciplina ECD 233-Fundamentos da Teoria Piagetiana).

BARRETO, M. L. M. Fundamentos da teoria piagetiana. Viçosa, MG: UFV, 2011. (Notas de aula). s.d. ; s.e.

BERGER, M. V. B. Aspectos Históricos e Educacionais dos Abrigos de Crianças e Adolescentes: A Formação do educador e o acompanhamento os abrigados. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.18, p. 170 - 185, jun. 2005. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art17\\_18.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art17_18.pdf)> Acesso em: 18 de Junho de 2011.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação. Brasília, DF. 1990.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2004.

BRASIL, **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB/RH**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2006.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF, junho de 2009.

CÂMARA, L. T. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 10 ANOS – Avanços e Dificuldades. **Revista do TRT da 13ª Região**, 2000. Disponível em: <[http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/19222/Estatuto\\_da\\_Crian%C3%A7a\\_e\\_do\\_Adolescente.pdf?sequence=4](http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/19222/Estatuto_da_Crian%C3%A7a_e_do_Adolescente.pdf?sequence=4)>. Acesso em: 18 de junho de 2011.

CAMPOS, M. M. Por que é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa. IN: **A Criança Fala: A escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo, Cortez, 2008, p. 35-42.

CENTENARO, G. **A intervenção do serviço social ao paciente renal crônico e sua família**. 12/08/2008. Disponível em: <[http://www.abrasco.org.br/cienciaesaudecoletiva/artigos/artigo\\_int.php?id\\_artigo=3265](http://www.abrasco.org.br/cienciaesaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=3265)> Acesso em: 20 de junho de 2011.

COSTA, B. A. **Com a voz as crianças: um estudo sobre as representações de escola na educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2012.

CRUZ, S. H. V. (orgs). **A Criança Fala: A escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo, Cortez, 2008.

CURTIS, A. O brincar em diferentes culturas e em diferentes infâncias. In: MOYLES, J. R. **A excelência do brincar: a importância da brincadeira na transição entre educação infantil e anos iniciais**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

DANNEMANN, F. K. Primeira Roda dos Expostos. **Recanto das Letras**. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/resenhas/326112>. Acesso em: 17 de junho de 2011.

DELGADO, A. C. C; MÜLLER, F. Sociologia da Infância: Pesquisa com Crianças. **Educação e Sociedade**. Campinas, V. 26, n. 91, p. 351-360. mai/ago, 2005.

DELVAL, J. **Introdução à Prática do Método Clínico: descobrindo o pensamento das crianças**. Porto Alegre, ArtMed, 2002.

DESSEN, M. A. ABREU, N; NETO, S. Questões de Família e Desenvolvimento da Prática de Pesquisa. Editorial. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília. V. 16, n. 3, set-dez, 2000. p. 191-192.

DURHAM, E. Família e Reprodução Humana. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro, Zahar (3). p. 13 – 44. 1983.

FALEIROS, V. P. **Impunidade e inimputabilidade**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. XXIV, n. 77, p. 78-107, 2004.

FERNANDES, N. O. Centro e a margem: infância, proteção e acolhimento institucional. In: VASCONCELLOS, V.; SARMENTO, M (orgs.) **Infância (in)visível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2005.

FERREIRA, L. M. **Concepção de crianças de 4 a 6 anos sobre o consumo de água: uma abordagem baseada no método clínico**. 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

FREUD A. BURLINGHAM D. **Meninos sem lar**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura; 1958.

FILHO, M. J. A criança terceirizada: os descaminhos das relações familiares no mundo contemporâneo. **Papirus**. Campinas, SP, 2007.

GARCIA, J. “Política Social e Serviço Social – contextos distintos, desafios semelhantes”. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 86 São Paulo: Cortez, julho 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

GIRALDI, J. WAIDERMAN, M. C. Família ou Famílias – Construção Histórica e Social do Conceito de Família. **Anais do III Congresso Internacional de Psicologia e IX Semana de Psicologia**. 2007.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **RAE** 35(3): 20-29, São Paulo, 1995b.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GONÇALVES, H. “**Infância e Violência no Brasil**”. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

KOHAN, W. O. Infância e Filosofia. In: **Estudos da Infância**. Educação e Práticas Sociais. Petrópolis, Vozes, 2008.

KRAMER, S. A autoria e Autorização: Questões éticas na pesquisa com crianças. São Paulo, **Cadernos de Pesquisa**. n. 116, p. 41-59. 2002.

KRAMER, S. LEITE, M. I. (ORGS). **Infância: Fios e Desafios da Pesquisa**. Campinas, Papirus, 1996. p. 13-38.

LISBÔA, A. M. J. **A primeira infância e as raízes da violência**. LGE Editora, Brasília, 2006.

MARCÍLIO, M. L. O abandono de bebês na antiguidade. In: **História Social da Criança Abandonada**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 22-54.

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História social da infância no Brasil**. 2 ed, São Paulo: Cortez, 1999.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. Ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, M. C. S. *et. al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIOTO, R. C. T. “Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar”. In: **Política Social, Família e Juventude**. São Paulo: Cortez, 2004.

MONTOYA, A. O. D. Representações e construção do conhecimento. **Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**. v. 1, n. 1, jan./jun. 2008.

NCFR Task Force on the Development ou a Family Discipline. What is Family Science? **Family Science Review**. V. 1. n. 2, may. 1988. p. 87-99. (texto com tradução livre).

NOGUEIRA, P. C. COSTA, L. F. A criança, a mãe social e o abrigo: Limites e possibilidades. *Rev. Bras. crescimento desenvolv. hum.* v.15 n.3, São Paulo, dez. 2005

NUNES. B. F. Infância como objeto de estudo; problemas e limites de análise. IN: **Sociedade e Infância no Brasil**. Brasília, Editora UNB, 2003. p. 27-55.

OLIVEIRA, V. B. **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. 3. Ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2000.

PIAGET, J. (1926). **Representação do Mundo na Criança**. São Paulo: Idéias & Letras, 2005.

PIAGET, J. INHELDER, B. **A psicologia da criança**. 6. ed. São Paulo, SP: Difel, 1966/1980.

PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia**. Trad. Dirceu A. Lindoso; Rosa M. R. da Silva. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1976.

PINHEIRO. M. M. B. **A intermediação da Assistência Social nas Subvenções Sociais: O Caso de Minas Gerais**. PUC/SP. São Paulo, 2008.

PONTES J.R., F. A. **Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente: Uma modalidade de exercício do direito de participação política- Fatores determinantes e modo de atuação**, Rio de Janeiro, 1992, p 24-25.

PRADA, C. WEBER, L. N. D. A. O abrigo: análise de relatos de crianças vítimas de violência doméstica que vivem em instituições. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, 5(1), 2006.

QUINTEIRO, J. Infância e educação no Brasil: um campo de estudos em construção. IN: FARIA, A. L. G. de; DEMARTINI, Z. de B. F; PRADO, P. D. (orgs); **Por uma Cultura da Infância. Metodologias de pesquisa com crianças.** Capinas, Autores associados, 2002. p. 19-47.

RICHMOND, P. G. **Piaget: teoria e prática.** Trad.: Aydano Arruda. 2 ed. São Paulo: IBRASA, 1981.

RIZZINI, I. RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, I. RIZZINI, I. NAIFF, L; BAPTISTA, R. (coordenadores). **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI, Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2006.

ROCHA, E. A. C. Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. IN: **A Criança Fala: A escuta de crianças em pesquisas.** São Paulo, Cortez, 2008, p. 43-51.

ROCHA, M. **Estudo da representação sobre os recursos monetários e sua relação com o consumo por crianças e adolescentes, em uma perspectiva piagetiana.** 2009. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2009.

SARAIVA, J. E. M. Contextualizando a problemática. In Associação Brasileira Terra dos Homens (Org.), **Cuidar de quem cuida: reintegração familiar de crianças e adolescentes em situação de rua** (pp. 7-12). Rio de Janeiro: Booklink Publicações, (2002).

SARMENTO, M. J. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade.** Braga, Portugal, Universidade do Minho, Centro de Estudos da Criança, 2002.

SARMENTO, M. J. GOUVEA, M. C. S. (orgs). **Estudos da Infância.** Educação e Práticas Sociais. Petrópolis, Vozes, 2008.

SARAVALI, E. G.; GUIMARÃES, T. Ambiente educativo e conhecimento social: um estudo sobre as representações de escola. **Educação em Revista**, v. 26, n. 1, p. 157-184, 2010.

SILVA, J. P, BARBOSA, S. N. F, KRAMER. S. Questões teórico-metodológicas da pesquisa com crianças. IN: **A Criança Fala: A escuta de crianças em pesquisas.** São Paulo, Cortez, 2008, p. 79-101.

SILVA, M. I. R. S. **Crianças e adolescentes abrigados: vínculos e rupturas na história de convivência familiar e comunitária.** Juiz de Fora: mestrado em serviço social, UFJF-MG. 2007.

SILVA, M. O. **Representações de crianças e adolescentes sobre trabalho numa perspectiva piagetiana.** 2009. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2009.

- SILVA, M. R. NUNES, K. S. Avaliação e diagnóstico do processo de reinserção familiar e social de crianças e adolescentes egressos de uma casa de passagem. **Cogitare Enfermagem**, 9, 42-49, 2004.
- SIQUEIRA, A. C. DELL'AGLIO, D. D. Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. **Psicologia e Sociedade**, 23, 262-271, 2011.
- SIQUEIRA, A. C. DELL'AGLIO, D. D. Retornando à família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção familiar de uma adolescente institucionalizada. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, 17(3), 134-146, 2007.
- SIQUEIRA, A. C. DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, 18 (1). 2006.
- SOARES, O. M. A. **A representação de crianças e adolescentes sobre a inclusão escolar**. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2012.
- SOUZA, J. S. CASTRO, L. R. Pesquisando com crianças: subjetividade infantil, dialogismo e gênero discursivo. IN: **A Criança Fala: A escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo, Cortez, 2008, p. 52-78.
- SPOSATI, A. “Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social”. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 77. São Paulo: Cortez Editora, março 2004.
- TEDRUS, D. M. de A. S. O que é ser criança: a Categoria. IN: **A relação adulto criança**. Campinas, CMU/UNICAMP. 1998. p. 27-54.
- TRINDADE, J. M. B. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol.19, n.37, p. 35-58. Setembro, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881999000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100003)>. Acesso em: 18 de Junho de 2011.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. .
- VALENTE. J. A. G. **O acolhimento Familiar como garantia do Direito à convivência familiar e comunitária**. São Paulo: mestrado em serviço social, PUC-SP. 2008
- VENANCIO, R. P. Maternidade negada In: PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 189.
- WEBER, L. N. D. Os filhos de ninguém: abandono e institucionalização de crianças no Brasil. **Conjuntura Social**. Rio de Janeiro: n. 4, p. 30-36, julho, 2000.
- WEBER, L. N. D. **Laços de Ternura: pesquisas e histórias de adoção**. 3ª ed. (ano 2004), 7ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A

### Carta à Instituição de Acolhimento para autorização da coleta de dados

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

Viçosa, .../.../...

À Senhora,  
Coordenadora da Casa de Acolhimento

Prezada Senhora,

Sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, cujo projeto de pesquisa é: **CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA: Um estudo de caso sobre as representações de crianças e adolescentes dos abrigos de Viçosa-MG**, o qual está vinculado à linha de pesquisa "Família, Políticas Públicas e Avaliação de Programas e Projetos Sociais".

A proposta de pesquisa, já defendida e encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV, objetiva conhecer a representação de crianças e adolescentes de 7 a 17 anos inseridos na modalidade de acolhimento institucional do município de Viçosa – MG no que diz respeito à família e à convivência familiar e comunitária no período em que se encontram afastados de suas famílias.

Este trabalho poderá contribuir para o acúmulo de conhecimentos sobre o desenvolvimento infanto-juvenil em relação ao conhecimento social, pois as crianças e os adolescentes terão oportunidade de falar de vários aspectos da instituição na qual estão acolhidos. Suas falas poderão contribuir e subsidiar ações significativas no atendimento às crianças e adolescentes, tendo em vista que a representação deste público poderá trazer elementos que fortaleçam a rede de atendimento, e também, poderão contribuir para que as autoridades possam pensar em estratégias para atender as vozes e as expectativas das crianças e adolescentes afastados de suas famílias. Ouvir as representações das crianças e adolescentes poderá contribuir ainda para que a instituição de acolhimento planeje suas atividades pensando em atender as reais necessidades do público atendido e, conseqüentemente, melhorando sua dinâmica de funcionamento.

Para efetivação do estudo vimos por meio desta solicitar autorização para realizarmos a pesquisa nesta instituição de acolhimento. A escolha desta unidade de acolhimento se deu por acolher crianças de 7 a 15 anos proposta no estudo.

Os instrumentos de coleta de dados serão: pesquisa documental (fichas de inscrição e, ou registros necessários) e entrevista individual com as crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Para maior fidedignidade do estudo, as entrevistas serão gravadas e, após a transcrição, as gravações serão destruídas. A identidade das crianças será preservada sendo utilizado somente nomes fictícios e também será preservado em sigilo o nome da instituição.

Esclarecemos que o contato com os participantes, bem como organização das entrevistas, será de inteira responsabilidade da pesquisadora, tendo como princípio o sigilo absoluto das informações, além de respeitar a dinâmica de funcionamento da instituição de acolhimento para que esta não seja prejudicada e principalmente preservar a integridade física e emocional das crianças e adolescentes institucionalizados.

Esclarecemos, ainda, que será solicitada autorização das crianças por meio da explicação do que se trata a pesquisa e perguntas sobre o seu desejo em participar da

entrevista; frente ao seu consentimento respeitaremos se em algum momento ela queira desistir.

Certas de contar com a colaboração desta Instituição, desde já agradecemos e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

---

Izabela Amaral de Almeida  
Mestranda

---

Profª Drª Maria de Lourdes Mattos  
Barreto  
Orientadora

## APÊNDICE B

### PROTOCOLO DE ENTREVISTA

	<b>Número do Protocolo:</b>	
	<b>Nome fictício:</b>	
<b>Entrevistador:</b>	<b>Instituição de Acolhimento:</b>	
<b>Data da Entrevista:</b>	<b>Tempo de Acolhimento:</b>	
<b>Início: Término: Duração:</b>	<b>Motivo do Acolhimento:</b>	
<b>Criança/Adoles.:</b>	<b>Responsável pela Instituição:</b>	
<b>Idade: Data nasc.:</b>	<b>Responsável Familiar:</b>	
<b>Série: Escola:</b>		
<p><b>Apresentação do entrevistador e convite para participar da entrevista:</b></p> <p><b>Eu estou fazendo um trabalho e preciso conhecer os Abrigos de Viçosa e as crianças e adolescentes que moram nesses Abrigos. Eu gostaria de saber de você um pouco sobre o dia a dia aqui no Abrigo, e também sobre suas famílias, e para isso, preciso contar com sua ajuda. Você gostaria de participar?</b></p> <p><b>Então, vamos começar conversando sobre o Abrigo depois falaremos sobre a Família!</b></p>		
<b>CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA</b>		
<p style="text-align: center;"><b>1 Situação:</b> Em uma cidade bem distante de Viçosa, existem algumas crianças que por vários motivos, não poderão continuar morando com suas famílias. O Juiz acha que é preciso ter na cidade um lugar para estas crianças morarem, mas ele ainda não sabe como deve ser esse lugar. Ele quer um lugar bom para as crianças, mas não sabe do que as crianças gostam e o que elas querem que tenha lá.</p>		
<b>1. DESCRIÇÃO INICIAL</b>		
<b>01-</b> Em qual lugar essas crianças poderiam morar?		
<b>02-</b> Se você morasse nessa cidade, como você poderia ajudar a construir esse lugar?		Como deveria ser ou o que deveria ter nesse lugar?
<b>03-</b> Você sabe o que é um Abrigo?		O que é?  Você sabe por que os Abrigos existem?
<b>04-</b> Para você, as crianças gostariam de ir para outro lugar que não fosse a casa deles? Essas crianças que o Juiz acha que não vão mais poder morar com a família?		Por que sim?  Por que não?
<b>2. AUTOCARACTERIZAÇÃO</b>		
<b>05-</b> Você poderia me falar porque você veio morar aqui no Abrigo?		

<b>06-</b> Você se lembra como foi quando você veio morar aqui?		E como é agora?	
<b>07-</b> Você se lembra quem te trouxe para o Abrigo?			
<b>08-</b> Me fale um pouco daqui do Abrigo que você mora?		O que você acha de morar aqui?	
<b>09-</b> Você demorou a se acostumar morar aqui?		Por que sim?  Por que não?	
<b>10-</b> Você recebe visita de alguém de sua família?		Quem?  E de alguma outra pessoa?	
<b>3. ASPECTOS</b>			
<b>11-</b> O que você costuma fazer no dia a dia aqui no Abrigo durante a semana?		E nos fins de semana?  E o que você mais gosta de fazer aqui no Abrigo?	
<b>12-</b> Você costuma sair daqui para ir em outros lugares?		Quais?  Qual outro lugar?  E na escola, você vai?	
<b>13-</b> O que você faz quando vai nesses lugares?		O que você mais gosta de fazer nesses lugares?	
<b>14-</b> Você acha importante que as crianças que moram em Abrigos façam passeios ou atividades fora do Abrigo?		Por que sim?  Por que não?	
<b>15-</b> Você tem amigos aqui?		Quem são eles?  O que você e seus amigos fazem juntos?	
<b>16-</b> Você sabe se seus amigos gostam de morar aqui no Abrigo?		Por que eles gostam?  Por que eles não gostam?	
<b>17-</b> Como são as pessoas que trabalham aqui?		Como os funcionários tratam vocês?	
<b>18-</b> Quando você está doente ou precisa de alguma coisa, a quem você procura aqui no Abrigo?		Quem é essa pessoa?  O que essa pessoa faz para te ajudar?  E quando você tá triste ou alegre, quem você procura para conversar?  O que essa pessoa faz?  O que te faz ficar triste?  E o que te faz ficar alegre?	

<b>19-</b> Quando a família vem no Abrigo visitar a criança, o que eles podem fazer juntos?			
<b>4. EXTENSÃO</b>			
<b>20-</b> Você acha que todos os Abrigos são iguais? Ou seja, todos tem as mesmas coisas que tem aqui?		Por que sim? Por que não?	
<b>21-</b> Você acha que todas as crianças que vão para o Abrigo tem família?		Por que sim? Por que não?	
<b>22-</b> Você acha que todas as crianças que vão para o Abrigo gostam de morar no Abrigo?		Por que sim? Por que não?	
<b>23-</b> Você acha que todas as crianças que moram no Abrigo recebem visitas da família?		Por que sim? Por que não?	
<b>5. MUDANÇA</b>			
<b>24-</b> O que você acha que poderia ser feito para que todas as crianças pudessem receber visitas da família?		Como isso poderia ser feito?	
<b>25-</b> O que você acha que poderia ser feito para que as crianças gostassem mais do Abrigo onde elas moram?		Como isso poderia ser feito?	
<b>6. JUSTIFICATIVAS</b>			
<b>26-</b> Por que você acha que tem crianças que deixam de morar com suas famílias e vão morar em Abrigos?			
<b>7. SOLUÇÕES</b>			
<b>27-</b> Alguma coisa poderia ser feita para que as crianças não precisassem morar nos Abrigos?		- O que poderia ser feito? - Seria bom fazer isso ou não? - Alguém poderia fazer isso?	